



LUIZA BANDEIRA DE MELLO VASCONCELOS

**PENSANDO O PARADIGMA AMERICANISTA NA POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA DE 1917 A 1922: A ATUAÇÃO DE EPITÁCIO PESSOA**

João Pessoa
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUIZA BANDEIRA DE MELLO VASCONCELOS

Pensando o paradigma americanista na Política Externa Brasileira de 1917 a 1922: a atuação de Epiácio Pessoa

Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira

João Pessoa
2018

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

VASp Luiza Bandeira de Mello Vasconcelos.
 Pensando o paradigma americanista na Política Externa
 Brasileira de 1917 a 1922: A atuação de Epiácio Pessoa
 / Luiza Bandeira de Mello Vasconcelos. - João Pessoa,
 2018.
 107 f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Epiácio Pessoa; EUA; Política Externa Brasileira.
I. Título

UFPB/BC



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9.2, o Trabalho de
Conclusão de Curso

" Pensando o paradigma americanista na Política Externa Brasileira de 1917 a 1922: a
atuação de Epiácio Pessoa "

Elaborado por

Luiza Bandeira de Mello Vasconcelos

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Tálvio Sérgio Henriques Ferreira – UFPB (Orientador)

Profª. Mª. Mojana Vargas Correia da Silva – UFPB

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - UFPB

João Pessoa, 18 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são muitos já que foram grandes os desafios para chegar a esta conclusão de trabalho.

Agradeço aos meus pais, Flávia e Aldo, e irmãos, Fábio e Rafael, que sempre se mantiveram presentes e deram força e motivação para concluir cada etapa da minha vida, inclusive essa. Este trabalho também faz parte dos cuidados deles.

Agradeço à minha turma que, desde 2014, se mostrou unida de maneira tão intensa e impediu que muitos alunos desistissem do curso de Relações Internacionais ao longo do caminho. Sou grata aos momentos inesquecíveis, às amizades que mais parecem ser de uma vida, às noites mal dormidas em que todos estudávamos juntos e trocavam conhecimento, paciência e compreensão. Agradeço especialmente àqueles que acompanharam mais de perto essa última jornada de escrever a monografia em dias tão corridos, sobretudo Leandra, Bianca, Iale, Letícia e Caio.

Agradeço ao professor Murilo Mesquita, por me inserir no mundo dos artigos científicos, o que contribuiu de forma gigantesca no meu desenvolvimento de escrita e de argumentação.

Agradeço ao professor Túlio Ferreira, meu paciente orientador, que sugeriu o tema de Epitácio Pessoa a uma aluna já apaixonada pela República Velha desde os tempos do colégio. Agradeço pela orientação, paciência em tempos difíceis, por compartilhar as melhores expectativas e compreender as frustrações.

Por último, sou grata ao professor Pascoal Gonçalves, que em períodos de descrença, me convenceu a não desistir da entrega deste Trabalho de Conclusão de Curso neste semestre, de modo que eu não perdesse a disciplina, mesmo com todas as adversidades momentâneas. Obrigada, professor, por não me fazer desistir.

Estou cada vez mais convencido de que é dever dos nossos governos [do Brasil e dos EUA] - já ligados por uma amizade que se tornou tradicional - fortalecer tanto quanto possível as relações entre os nossos povos (...), isso requer apenas que conheçamos um outro melhor (...) mostrando as vantagens que os dois países podem oferecer um ao outro (...), por favor, acredite, Vossa Excelência, que esta será uma das minhas maiores preocupações”.

(Epitácio Pessoa, 1919).

RESUMO

Este estudo analisa o recorte temporal de 1917 a 1922 sobre como ocorreu a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a partir da atuação de Epiácio Pessoa enquanto chefe da delegação brasileira na Conferência de Paz de 1919 e, posteriormente, como presidente da República. Para isso, uma pergunta determina esse trabalho: “como a atuação de Epiácio Pessoa (1917-1922) contribuiu para o *paradigma americanista* na Política Externa Brasileira?”. A obtenção da resposta se dá a partir de cinco hipóteses complementares: a) a nomeação de Epiácio Pessoa para chefe de delegação foi fruto da construção de seu nome durante sua trajetória política na Paraíba e Rio de Janeiro anterior à guerra; b) ser parceiro dos Aliados na Primeira Guerra Mundial teve importância para uma maior aproximação com o paradigma americanista; c) a atuação da figura de Epiácio Pessoa através da sua participação na delegação brasileira da Conferência de Paz foi relevante para a instrumentalização do paradigma americanista na Política Externa Brasileira; d) durante o governo de Epiácio, a aproximação com os EUA, antes vista como uma maneira de angariar prestígio nacional, passou também a significar um instrumento para desenvolver a indústria e a economia do país; e) o perfil e preferências pessoais de Epiácio Pessoa contribuíram para a consolidação de uma política externa mais próxima do *paradigma americanista*. A justificativa do trabalho se dá por compreender que esta é uma parcela histórica complexa e pouco abordada na literatura de Política Externa Brasileira. Para a realização deste trabalho, utiliza-se a metodologia histórica e revisão sistemática de literatura que tem como fio condutor o próprio *americanismo*. Invoca-se também a Análise de Política Externa, a qual divide cada capítulo em um panorama externo, interno e individual de análise e se atenta para a importância do líder para o processo de tomada de decisão; e a utilização da biografia como metodologia capaz de fornecer entendimento do tema nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Epiácio Pessoa; EUA; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

This study aims to analyze within a temporal cut from 1917 to 1922 how did the approach between Brazil and the United States of America happened based on the performance of Epitácio Pessoa as head of the Brazilian delegation at the 1919 Peace Conference - held shortly after World War I - and, later, as president of the Republic. In order to do so, it is intend to answer the question "how did the performance of Epitacio Pessoa (1917-1922) contributed to the *americanist paradigm* in the Brazilian Foreign Policy?". The achievement of this answer is based on five complementary hypotheses: a) the appointment of Epitácio Pessoa as head of delegation was the fruit of the construction of his name during his political trajectory in Paraíba and Rio de Janeiro before the war; b) being a partner of the Allies in World War I was important for a closer relationship with the Americanist paradigm; c) the performance of the figure of Epitacio Pessoa through his participation in the brazilian delegation in the Peace Conference was relevant to the instrumentalization of the Americanist paradigm in the Brazilian Foreign Policy; d) during the Epitacio's administration, the approach with the US, previously seen as a way to raise national prestige, also became an instrument to develop the country's industry and economy; and, lastly, e) Epitácio Pessoa's personal profile and preferences contributed to the consolidation of an Foreign Policy closer to the *americanist paradigm*. The justification of this work is given to understand a complex historical part and little discussed in the Brazilian Foreign Policy literature. The method, for the accomplishment of this monograph, is the historical methodology and the systematic literature review that has as conductive thread the own *americanism*. It is also invoked the Foreign Policy Analysis, which divides each chapter into an external, internal and individual panoramas and focuses on the importance of the leader for the decision-making process; and the use of biography as a methodology capable of providing an understanding of a theme in a given context.

KEYWORDS: Epitácio Pessoa; USA; Brazilian Foreign Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - O JURISTA 1917-1919.....	19
PANORAMA EXTERNO	19
<i>A Primeira Guerra Mundial e a desconstrução do habitual cenário mundial</i>	20
A entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial	21
<i>A Revolução Russa e seus impactos no cenário internacional</i>	24
<i>Consequências da Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa: influências para uma nova estrutura mundial de poder</i>	27
<i>A ascensão da Direita na Europa</i>	28
<i>Rússia pós-Revolução Russa</i>	29
<i>A ascensão dos EUA como grande potência mundial após a Primeira Guerra Mundial</i>	30
<i>Avanços tecnológicos vs. decréscimos sociais oriundos da Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa</i>	31
<i>Considerações parciais</i>	32
PANORAMA INTERNO	33
Contexto brasileiro antes de entrar na Primeira Guerra Mundial: do início da república à neutralidade	34
Motivos para que Brasil quebrasse a política de neutralidade	36
A influência dos EUA na participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial	38
Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial.....	39
Os benefícios da participação.....	40
As dificuldades da participação.....	41
Considerações parciais	41
PANORAMA INDIVIDUAL	42
Construção do nome	42
Considerações parciais	46
CAPÍTULO 2 - O DIPLOMATA 1919	47
PANORAMA EXTERNO	47
A estrutura da Conferência de Paz de 1919	47
A Liga das Nações e o isolamento dos EUA.....	50
Considerações parciais	51
PANORAMA INTERNO	51
Participação no Brasil nas conferências pós-Primeira Guerra Mundial	52
Problema com número de delgados.....	54

O Brasil na Conferência de Paz de 1919 e Liga das Nações.....	55
A Liga das Nações.....	56
Demandas do Brasil na Liga das Nações	57
Questão do pagamento do café brasileiro pela Alemanha.....	58
Questão do confisco dos navios alemães pelo Brasil	59
Brasil no Conselho da Liga das Nações	60
Debate interno sobre a participação do Brasil na Liga das Nações.....	61
Considerações parciais	61
PANORAMA INDIVIDUAL	62
Rui Barbosa vs. Epitácio Pessoa	62
A ida à Conferência de Paz	64
Epitácio Pessoa na Conferência de 1919.....	65
Interesses e intenções brasileiras.....	67
Considerações parciais	71
CAPÍTULO 3 - O ESTADISTA 1919-1922.....	72
PANORAMA EXTERNO	72
A economia das grandes potências nos primórdios da década de 1920.....	72
A Rússia no início da década de 1920.....	74
Considerações parciais	76
PANORAMA INTERNO	76
A gestão do Presidente Epitácio Pessoa	77
Industrialização do Brasil na gestão de Epitácio Pessoa: aproximação crescente com os EUA....	79
A crise econômica da gestão de Epitácio Pessoa e seu declínio	81
Considerações parciais	83
PANORAMA INDIVIDUAL	84
A candidatura	84
Visitas presidenciais.....	86
Visita aos EUA.....	87
A gestão de Epitácio Pessoa enquanto presidente.....	89
Fim do governo de Epitácio Pessoa	94
Considerações parciais	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

A palavra paradigma, como conceito, é caracterizada por uma estruturação teórica e filosófica de uma determinada disciplina onde generalizações são formuladas (MERTON, 1968 *apud* LIMA, 2006). De acordo com Pinheiro (2004), o *paradigma americanista* é uma estrutura teórica da Política Externa Brasileira que representa a inclinação do comportamento do país voltado aos Estados Unidos da América (EUA). Francisco (2010) acrescenta que esse paradigma também trata do processo de mudança de eixo diplomático de Londres para Washington, de modo a orientar a atuação brasileira em prol de uma amizade especial com os EUA. Esse relacionamento entre os dois países, para Lima (2006), era considerado a maneira mais eficiente pela qual a nação brasileira poderia alcançar seus objetivos e interesses nacionais.

Em relação a esse *paradigma americanista*, Lima também mostra que há duas vertentes distintas: uma *pragmática*, acompanhada da noção de alinhamento nacional como instrumento de barganha estratégico; e outra *ideológica*, onde havia a congruência de valores e princípios entre os países sem que haja a barganha. Em relação ao americanismo pragmático é colocado que este defende o aproveitamento das vantagens advindas da amizade com EUA a partir de um cunho instrumental (PINHEIRO, 2004). Essa linha de pensamento foi cristalizada sobretudo pelo Barão do Rio Branco (FAVERÃO, 2006). É válido salientar que a relação entre ambos os países vem desde a independência do Brasil, de modo que “talvez fosse o Brasil a nação que mais se aproximasse da América do Norte do ponto de vista político, já que a intimidade e comunhão de ideias datavam dos primeiros dias de independência” (LACERDA, 2013, p. 69).

O Barão enxergava a relação Brasil e EUA como a viga mestre de sua política, apostando em um comportamento estratégico da política externa (PEREIRA, 2005 *apud* FAVERÃO, 2006). Era objetivo dele, a partir disso, elevar o país à noção de ‘país civilizado’ frente à comunidade internacional (PEREIRA, 2015) a partir da aproximação com os EUA, visto o domínio do país dentro de uma nova distribuição do poder internacional; e onde a América Latina estaria dentro de sua zona de influência (LIMA, 2006). Com esse alinhamento proposto, o Brasil obterias diversas vantagens como a consolidação de suas fronteiras, a defesa contra ações europeias e garantias no comércio, além de mais autonomia em questões sub-regionais e assumiria a imagem de líder no hemisfério (FAVERÃO, 2006; PEREIRA, 2005 *apud* FAVERÃO, 2006).

Barão do Rio Branco inauguraria, então, uma Política Externa Brasileira diferente da praticada no período do Império, de um isolacionismo político. Ele acreditava que participar mais ativamente do cenário internacional era benéfico ao país, o que poderia render-lhe frutos que o posicionamento anterior não poderia trazer (LACERDA, 2013). O governo brasileiro, como maneira de reforçar e provar esse alinhamento aos EUA, adotou a Doutrina Monroe¹ e Corolário Roosevelt² estadunidenses. Essa adoção também tinha os objetivos de garantir certa defesa do território brasileiro e tentar estabelecer, dentro do continente americano, um “condomínio de dois síndicos”, onde os EUA seriam o “síndico geral” e o Brasil se colocaria como “síndico” do hemisfério sul (LIMA, 2006). Lacerda (2013) acrescenta que essas práticas contribuíram para a sinalização de um ambiente positivo entre as duas nações, além de ser uma obra em comum entre os povos. Os EUA, vistos como potência, estendiam sua zona de influência no continente através da política de *Big Stick*³ e da onda pan-americana⁴ que se espalhava pelos países (LACERDA, 2013).

O americanismo também se expressava a partir da aproximação comercial e econômica entre ambos os países, sobretudo com os EUA comprando café brasileiro e, posteriormente, fornecendo empréstimos e investimentos ao país. A política de Barão, então, lançou as sementes que germinariam na aproximação com os estadunidenses pelas próximas décadas, em detrimento ao declínio da influência europeia no século XIX no Brasil, e que formariam consequências permanentes para a Política Externa Brasileira - consolidando o chamado Legado do Barão (LACERDA, 2013; LIMA, 2006).

Durante os governos da República Velha, percebe-se que essa tendência aos EUA foi reforçada, de modo que seus sucessores também atuavam prezando o americanismo (GARCIA, 2006). As ações do Barão, então, se tornaram marcantes por terem lançado a base desse americanismo para que personalidades diplomáticas futuras como Joaquim Nabuco, Oswaldo Aranha, Lauro Müller, Azevedo Marques, Félix Pacheco, Otávio Mangabeira e

¹A Doutrina Monroe inicialmente foi formulada como uma medida de segurança para proteção dos Estados Unidos contra uma possível ameaça de invasão europeia em território americano (ARÉVALO; KUHN, 2016).

²O Corolário Roosevelt propunha que os EUA tivessem aval para intervir em conflitos entre países do continente americano com a finalidade de manter a democracia e a ordem econômica estável. Assim, os EUA poderiam tomar medidas corretivas caso houvesse, para eles, necessidade (TEIXEIRA, 2014)

³A política do Big Stick é retratada como uma forma de assegurar de forma coercitiva que as regiões estejam dentro do espectro do “grande porrete” estadunidense, ou seja, dentro de sua zona de influência a partir da presença militar dos EUA na América Latina (ARÉVALO; KUHN, 2016).

⁴Pan-americanismo trata da ideal de união e solidariedade que envolviam os países do continente americano, de modo a garantir o afastamento das nações europeias para que a América permanecesse exclusiva para os americanos (VARGAS, 2014).

Epitácio Pessoa consolidassem esse paradigma como eixo fundamental para a Política Externa Brasileira e pudessem contribuir para sua manutenção e aprofundamento.

É fato que o legado e atuação de Rio Branco foram aspectos cruciais para que o Brasil angariasse mais destaque e envergadura em termos de política internacional, de modo que o país comesse a apresentar padrões de constância em sua política externa desse momento em diante (LACERDA, 2013). Entretanto, com a morte do Barão em 1912, essa política sofreu mudanças: o pragmatismo duro e estratégico dele dá lugar à ornamentalidade na formação de uma política externa que prezasse o cultivo da amizade com os EUA dentro de um contexto influenciado pela aproximação política e econômica (LIMA, 2006). A postura nesse momento trazia uma *vertente ideológica* com o estabelecimento de uma “amizade incondicional” entre os países (FAVERÃO, 2006) pela atuação de Lauro Muller, sucessor de Barão, de modo que largasse seu papel pragmático voltado ao desenvolvimento do país (JAGUARIBE, 1996 *apud* FAVERÃO, 2006).

Assim, é estabelecida certa dependência passiva frente aos EUA (PEREIRA, 2015). As perspectivas já existentes, então, se moldavam com as visões dos novos chanceleres, dando continuidade ao *paradigma americanista*. Nessa nova realidade, a amizade entre Brasil e EUA era intensificada em aspectos mais econômicos que políticos, de modo que os EUA passaram a investir no país. Vale salientar que a intensificação de relações comerciais entre Brasil e EUA foi considerada a saída para a nação, uma vez que o seu comércio com a Europa estava praticamente fechado (LIMA, 2006).

Lauro Muller optava por um alinhamento automático aos EUA. Ele enxergava que os vizinhos americanos seriam um país exemplo a ser seguido devido ao seu prestígio e crescimento econômico. Essa relação de concórdia, mais uma vez, foi a escolhida por ser a vertente que nortearia a política exterior no início do segundo decênio do século XX, com Epitácio Pessoa (LIMA, 2006). Nesse americanismo ideológico, priorizava-se fatores normativos que justificassem a aliança (FRANCISCO, 2010). Os EUA, então, assumiram a hegemonia das exportações brasileiras, sobretudo de café, e quebrariam o monopólio europeu sobre jazidas de ferro e de comunicações telegráficas (LIMA, 2006).

Além disso, durante sua trajetória, o *paradigma americanista* absorveu o acervo diplomático de princípios como pacifismo, jurisdicismo, não intervencionismo, defesa de igualdade e ocidentalismo (LIMA, 2006). De acordo com Vizontini (1999, p. 141), a aproximação brasileira aos EUA expressou nesse paradigma formas variáveis que vão desde “acordo sempre que possível”, “nobre emulação”; “parceiros prediletos” até “satélites

privilegiados"; mas todos representam o mesmo sentido de aliança que construiu a espinha dorsal da política exterior brasileira nesse período.

A política externa de um país busca satisfazer seus interesses domésticos em diversas áreas como economia e segurança a partir das suas relações com outras nações (PEREIRA, 2015). Na República Velha, a política internacional brasileira era marcada por três grandes iniciativas: a mudança de eixo diplomático da Europa para os EUA; a demarcação de fronteiras por diplomatas; e a participação mais ativa do país nos assuntos referentes ao hemisfério e ao restante do mundo (FAUSTO, 2004 *apud* PEREIRA, 2015). Assim, dentro do *paradigma americanista* visto, essa política é marcada pela aproximação e manutenção de laços de amizade com os EUA (CERVO, BUENO, 2002).

Com essa mudança de eixo, a diplomacia brasileira se caracterizou pela busca de novos espaços através da sua multilateralização e mundialização, de modo que essa relação entre os países construiu bases para um novo sistema de poder oriunda desde Rio Branco pela chamada aliança não-escrita (SANTOS, 1991; VIZENTINI, 1999). Assim, o processo de inserção dos EUA no Brasil se deu pela continuada retirada de posições e influências europeias nos âmbitos de investimento e finanças, comercial e cultural brasileiro (LIMA, 2006).

Durante o século XX, a Grã-Bretanha teve papel hegemônico sobre a economia brasileira. De lá vinham os empréstimos tomados pelo governo, além dos investimentos de infraestrutura e maior parte de importações. Entretanto, com a mudança do eixo diplomático, as políticas de cooperação tomaram novos rumos sendo redirecionadas para os EUA, o que representou uma das mais substantivas mudanças avindas do estabelecimento do sistema republicano. Na primeira República, o sistema econômico estava ainda bastante especializado: café, açúcar, algodão e borracha eram os principais produtos brasileiros e os que tinham maior dificuldade de entrar no meio internacional devido à concorrência. Os EUA, então, se tornaram o maior consumidor mundial de café, estabelecendo um sistema comercial com o Brasil que favorecesse os dois lados, uma vez que ambos buscavam novos mercados para exportação de seus produtos (CERVO, BUENO, 2002; LACERDA, 2013).

Há, para que se entenda esse processo de aproximação, fatores que consolidam a ligação entre Brasil e EUA, como: a) relações econômicas: EUA comprava café e impulsionava economia agroexportadora brasileira, enquanto o Brasil importava manufaturados e produtos alimentícios, como farinha de trigo de modo a substituir a posição da Grã-Bretanha como principal investidor; b) cooperação entre os países; c) não ter impedimentos externos que perturbassem a nova relação estabelecida; d) a atuação do

embaixador estadunidense Edwin Morgan (1912-1933) que contribuiu para a fortificação da aliança. Assim, o intercâmbio comercial entre os dois países foi crescente, principalmente, com a chegada de investimentos e abertura de concessões dos EUA no Brasil dentro de um critério de reciprocidade (CERVO, BUENO, 2002).

Neste trabalho, o *paradigma americanista* se dá dentro de recorte temporal a partir de 1917, com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, até 1922, fim do governo de Epitácio Pessoa. Inicialmente, a atuação brasileira no conflito foi fator impulsionador e fortificador do *paradigma americanista* na Política Externa. O país, sendo o único sul-americano a atuar na guerra, teve participação discreta, mas usou esse fato como instrumento para angariar projeção e prestígio internacional, sobretudo através da participação em conferências pós-guerra. Assim, a atuação do Brasil na Conferência de Paz de 1919 - onde foram tramadas a Liga das Nações e o Tratado de Versalhes - foi de extrema relevância para o reconhecimento internacional do país (CERVO, BUENO, 2002; GARCIA, 2006; LACERDA, 2013).

A delegação brasileira designada à missão de participar da Conferência de 1919 foi chefiada por Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942), então senador do estado da Paraíba. Sua atuação particular foi imprescindível para o alcance das vantagens que o país obteve no encontro e para o firmamento de relações mais alinhadas aos estadunidenses, sobretudo, após a oficialização de amizade entre Pessoa e o presidente dos EUA, Woodrow Wilson. Para isso, Epitácio Pessoa utilizou todo seu aporte de político e de conhecimento em Direito Internacional, além de seu perfil diversificado e jurisdicista para comandar a delegação brasileira. Posteriormente, ele foi eleito Presidente da República e sua atuação continuou a estruturar vínculos estreitos com os EUA (GARCIA, 2000; GARCIA, 2006; LACERDA, 2013).

Para organizar essa ideia, propõe-se responder à pergunta “como a atuação de Epitácio Pessoa (1917-1922) contribuiu para o *paradigma americanista* na Política Externa Brasileira?”. Para obter essa resposta, o objetivo do trabalho é analisar como ocorreu a aproximação entre Brasil e EUA a partir da atuação de Epitácio Pessoa enquanto Chefe da Delegação brasileira na Conferência de Paz de 1919 - realizada logo após a Primeira Guerra Mundial - e, posteriormente, sua atuação como presidente da República.

Para isso, temos as seguintes hipóteses complementares: a) a nomeação de Epitácio Pessoa para chefe de delegação se deu a partir de uma construção de seu nome durante sua trajetória política na Paraíba e Rio de Janeiro anterior à guerra; b) ser parceiro dos Aliados na Primeira Guerra Mundial teve importância para uma maior aproximação com o *paradigma*

americanista; c) a atuação da figura de Epiácio Pessoa através da sua participação na delegação brasileira da Conferência de Paz foi relevante para a instrumentalização do *paradigma americanista* na Política Externa Brasileira; d) durante o governo de Epiácio, a aproximação com os EUA, antes vista como uma maneira de angariar prestígio nacional, passou também a significar um instrumento para desenvolver a indústria e a economia do país; e) o perfil e as preferências pessoais de Epiácio Pessoa contribuíram para a consolidação de uma Política Externa mais próxima do *paradigma americanista*.

Desse modo, ao levar em consideração que parte da trajetória da Política Externa Brasileira se deu a partir de uma aproximação mais voltada aos EUA (CERVO, BUENO, 2002), é válido ressaltar a importância do estudo desse processo de aproximação. A proposta do presente trabalho busca coordenar diferentes informações em três níveis distintos de análise - panoramas externo, interno e individual - para que seja apresentado um conteúdo relevante para o entendimento do *americanismo* a partir da atuação de Epiácio Pessoa. Vista a importância de se abordar temáticas tão sólidas para o entendimento da Política Externa Brasileira, a pertinência do trabalho também pode ser expressa na escassez de bibliografia sobre o tema em questão. Há, de fato, espaços em branco na história da política externa da década de 1920 que tratam esse período de maneira acrítica. É um período complexo e pouco estudado. Desse modo, põe-se como indispensável a realização de um trabalho que articule tais ideias e traga uma análise desse período.

Neste trabalho, parcelas da História são distribuídas em três capítulos que discutem Epiácio Pessoa: 'O Jurista', 'O Diplomata' e 'O Estadista'. Cada um deles faz um recorte temporal que retrata os acontecimentos em três segmentos para facilitar o entendimento, sendo estes os panoramas externo, interno e individual de análise. Desse modo, cada capítulo compõe questões do âmbito internacional - que trata as influências externas e alguns dos acontecimentos marcantes no mundo nesse período -, do âmbito interno - que descreve fragmentos do contexto doméstico brasileiro -, e do âmbito individual - que apresenta a atuação de Epiácio Pessoa como líder com características marcantes para o desenrolar dessa história. Isso é feito a partir de uma metodologia histórica e de revisão bibliográfica para apresentar um conjunto de variáveis que buscam causalidade.

A metodologia histórica serve como ferramenta de análise que utiliza a História para observar o objeto através de uma problematização histórica - que é a aproximação do *americanismo* na Política Externa Brasileira a partir da atuação de Epiácio Pessoa. A partir dessa metodologia, coloca-se que os aspectos a serem percorridos fazem parte de um único trilho de entendimento, não podendo ser analisados de forma segmentada; por isso a

visualização a partir dos panoramas externo, interno e individual juntos. Busca-se observar como Eptácio Pessoa e sua atuação se encaixam nesses cenários diversos, ou seja, analisar a política externa desse momento a partir dos acontecimentos internacionais e de suas influências no âmbito doméstico do país.

Os três panoramas precisam ser analisados juntos para explicar como o Brasil se inseria nesse cenário e como transitou neste ambiente para reforçar o *americanismo* proposto. Esse enfoque também se beneficiaria da Análise de Política Externa ao buscar o papel dos líderes nessa política exterior, sem desconsiderar a multicausalidade de influências apontada. Segundo Salomón e Pinheiro (2013, p. 45), a Análise de Política Externa (APE) é uma área consolidada dentro da disciplina das Relações Internacionais (RI). Ela tem como foco o processo de tomada de decisão dentro de um Estado, de modo a observar as parcelas intrínsecas a nação - para além da caixa preta do Estado - sem excluir as diversas explicações multicausais e influências sistêmicas na formulação de política exterior. A APE absorve pressupostos das diversas escolas de pensamentos das RI, mas tem como grande parcela para sua base de sustentação o pilar do liberalismo com a ideia de que “o conflito recorrente entre Estados é evitável, a cooperação é possível, e o indivíduo, agindo por meio de instituições, é o principal agente de mudança na política internacional”.

Hudson (2008), sobre a importância do indivíduo no processo de tomada de decisão, acrescenta que o líder possui um conjunto de experiências, valores, crenças, memórias e concepções influenciados por um contexto que envolve fatores históricos, ideológicos, econômicos e políticos. Desse modo, a mente de um tomador de decisão não seria uma “tábula rasa”, e entender quais são os aspectos que o influenciam contribui para o entendimento do cenário em questão. A autora continua defendendo que “entender como os humanos percebem e reagem ao mundo ao seu redor, e como os humanos se moldam e são moldados pelo mundo ao seu redor, é fundamental para a investigação de cientistas sociais, incluindo aqueles em RI” (HUDSON, 2005, p. 1).

Essa metodologia leva em consideração que as mudanças na política externa são realizadas dentro de uma estrutura internacional e que tomadores de decisões moldam a política externa do país frente a esse cenário. Nessa ideia busca-se entender o papel do *paradigma americanista* construído a partir de uma política exterior que tem virada na reordenação do sistema internacional à época. Nessa ideia, o Brasil, de acordo com os panoramas externos a serem apresentados, se posicionou em um cenário composto de muitas influências e projeções.

A ascensão dos EUA como grande potência em paralelo com o enfraquecimento dos países europeus são influências fundamentais para compreender como o Brasil e a figura de Epiácio Pessoa se inseriam nessa conjuntura (CERVO, BUENO, 2002; GARCIA, 2006), através de uma leitura de oportunidades que o país tinha disponíveis. Essas questões foram imprescindíveis para a remodelagem do sistema que acontecia nesse momento e influenciaram o âmbito doméstico brasileiro. Internamente, havia uma série de fatores que compunham o quadro de influências que perpassam a atuação de Epiácio Pessoa. Muitos fatores e opções são colocados ao Brasil e tudo faz parte de um conjunto de ingerências no país. São diversos os grupos de interesses que se destacaram e que impactaram nas decisões do Estado, configurando um jogo complexo de classes, grupos, valores e alcances nesse cenário.

Entender esses aspectos contribui para amadurecer o processo decisório de política externa dentro de um contexto de grupos de interesses distintos que lutam pelo comando da economia brasileira nesse momento. O *americanismo*, então, é o fio condutor que tece essa história e que delimita o escopo abordado no texto. Assim, serão apresentados argumentos que confirmam que no período a ser destacado, de 1917 a 1922, houve uma maior aproximação entre Brasil e EUA, cristalizando essa “vontade americanista” como um fenômeno no país, de modo que esse fio condutor passa por Epiácio Pessoa. Para esse fim, invoca-se também a biografia como metodologia capaz de fornecer o entendimento de um determinado contexto. Segundo Veras (2010), a utilização da biografia pode contribuir para o estabelecimento de uma ponte entre o indivíduo e as indeterminações sociais de seu contexto.

Desse modo, a história de vida de determinada figura consolida informações que fazem parte de um amplo cenário em que esse indivíduo é fruto, ao mesmo tempo que gera influências a partir de sua atuação. Adotar a biografia, então, é “admitir o papel ativo do indivíduo na história” (VERAS, 2010, p. 150). Farias (2017) corrobora ao afirmar que esse indivíduo é pertencente a um cenário de constantes constrangimentos estruturais e sistêmicos, de maneira a desempenhar determinadas ações de acordo com esse contexto. Com isso, é descrita a trajetória política de Epiácio Pessoa como uma maneira de evidenciar a construção de seu nome de modo que, em 1919, foi nomeado chefe de delegação. Epiácio Pessoa, então, configura um personagem principal desse enredo, e que é parte fundamental na construção desse cenário.

CAPÍTULO 1 - O JURISTA

1917-1919

PANORAMA EXTERNO

Entender o impacto global dos acontecimentos da segunda metade da década de 1910 é de suma importância para discutir que rumos o cenário internacional estaria tomando e que mudanças seriam decisivas para desenhar as novas estruturas de forças externas. Dito isso, essa seção tem a finalidade de apresentar uma parcela dos aspectos que compunham o cenário internacional de 1917 a 1919, com o intuito de estabelecer um contexto de influências e de causalidades que repercutiram no Brasil nesse período. Logo, analisar esse quadro externo é importante para que se possa compreender o panorama interno brasileiro de forma justa.

Nesse quadro será analisada a Primeira Guerra Mundial a partir da entrada dos Estados Unidos da América (EUA) no conflito, uma vez que o evento solidificou mudanças significativas - de poderes no jogo de influências – no globo. Além disso, será discutida a Revolução Russa como outro evento que marcou as estruturas do sistema internacional do mundo. Outra abordagem tratada também está na compreensão de algumas das consequências imediatas da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa nesse sistema internacional em ebulição, tais como ascensão de movimentos de Direita na Europa, a Rússia após a revolução, a ascensão dos EUA como grande potência e os avanços tecnológicos vs. decréscimos sociais diante desses movimentos.

Destarte, essa série de acontecimentos mundiais foi crucial para redefinir o modelo estrutural pelo qual o mundo estava acostumado a ver pelas definições do Concerto Europeu. Para Lacerda (2013), essas modificações no sistema internacional representariam uma decadência europeia, mas não necessariamente uma decadência ocidental.

Frieden (2008) acrescenta que os

conflitos militares [que aconteceram a partir] de uma ferocidade nunca antes vista despedaçaram a Europa. O declínio econômico mais exorbitante de toda a história moderna gerou batalhas comerciais e monetárias, além de hostilidades financeiras. A livre movimentação generalizada de bens, capitais e indivíduos entre os países cedeu espaço para o fechamento agressivo de fronteiras e mercados. Dentro dos países, a calma sociopolítica se estilhaçou, provocando conflitos impiedosos. (...) O colapso da economia global causou crises nacionais e as condições domésticas difíceis levaram grupos internos ao extremismo. O nacionalismo econômico, o militarismo e o acirramento da guerra aprofundaram o infortúnio econômico (FRIEDEN, 2018, p. 195-196).

Nesse período da História, as grandes potências que faziam parte desse cenário internacional eram a Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, EUA, Japão, além da Itália e a Alemanha (HOBSBAWM, 1995), esse conjunto de países foram os atores principais que ditaram que rumos o panorama mundial tomaria a partir de uma série de eventos históricos. No primeiro tópico será tratada a Primeira Guerra Mundial como o primeiro desses eventos históricos.

A Primeira Guerra Mundial e a desconstrução do habitual cenário mundial

Hobsbawm (1995) alega que não é possível entender o século XX sem compreender a Primeira Guerra Mundial. Nesse momento, armadas oriundas de distintos continentes foram enviadas para lutar fora de suas respectivas regiões. A guerra envolveu os Estados europeus, exceto os Países Baixos, Espanha, Suíça e os três países da Escandinávia, em um cenário cuja Grã-Bretanha, Alemanha e França estavam cada vez mais debilitadas, ao mesmo tempo que Rússia e Império Austro-Húngaro se encontravam enfraquecidos.

Um conflito dessas proporções modifica de maneira substancial a vida dos países envolvidos, sobretudo a partir do desvio de toda economia para a produção de itens bélicos, de modo que

exércitos e guerra logo se tornaram “indústrias” ou complexos de atividade econômica muito maiores que qualquer coisa no comércio privado (...). Além disso, quase todos os governos estavam no ramo de fabricação de armamentos e material bélico, embora em fins do século XIX surgisse uma espécie de simbiose entre governo e produtores de armamentos privados especializados, sobretudo nos setores de alta tecnologia como a artilharia e a marinha, que antecipavam o que hoje conhecemos como “complexo industrial-militar (HOBSBAWM, 1995, p. 44).

A entrada dos EUA na guerra foi, sem dúvida, um elemento marcante - senão crucial - para os seguintes acontecimentos do conflito e, em longo prazo, para a mudança do cenário internacional como um todo. Essa entrada aconteceu mais próxima da parte final do conflito, em meados de 1917 e se deu a partir de um contexto de necessidade de suprimentos e recursos para dar continuidade a produção do arsenal de guerra pelos países europeus e a disponibilidade desses produtos em maior abundância por parte dos EUA. Durante sua neutralidade, as exportações estadunidenses mais que dobraram, de modo que, em relação a cena anterior à guerra, o superávit do país quintuplicou, chegando na casa de US\$6,4 bilhões (FRIEDEN, 2008; LACERDA, 2013).

Com a Europa preocupada com seu próprio território, abriu-se um *gap* de capitais e entrada de manufaturados nas regiões latinas, sobretudo na América do Sul. Os EUA, ao

perceber a oportunidade, se aproveitaram da chance de fincar-se aos mercados antes praticamente dominados pelas grandes potências europeias. Com isso, os anos posteriores configuraram um cenário de proeminência comercial, financeira e industrial estadunidense nessa região, de modo que a liderança internacional estaria em mudança de continente (FRIEDEN, 2008).

A relação dos EUA como provedor para os países europeus em conflito também contribuiu para a venda de munição: em 1914, os números permeavam US\$40 milhões; já em 1916, renderam US\$1,3 bilhão; e para a produção agrícola, com a produção em alta quantidade sobretudo para a Grã-Bretanha, com a falha dos fornecedores locais na Europa. Todo o pagamento desses recursos era feito com a entrega de bens, ouro e investimentos estrangeiros por parte da Europa (FRIEDEN, 2008). No entanto, apesar dos inúmeros indicadores favoráveis para os EUA durante seu período de neutralidade na Primeira Guerra Mundial, o país optou por quebrar essa política e se inserir dentro do conflito, como será visto a seguir.

A entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial

A adesão à política de neutralidade dos EUA na Primeira Guerra Mundial vinha desde a campanha presidencial de 1916, que elegeu o então presidente dos EUA Woodrow Wilson. Em sua expressão, Wilson utilizava *slogans* como “*He kept us out of war!*” (Ele nos manteve longe da guerra!) e “*America First!*” (América em primeiro lugar!) para ter popularidade entre as massas do país (TELEGRAPH, 2014). No entanto, em 1917, quando a Alemanha autorizou a violação das leis de não agressão marítimas internacionais, os ânimos estadunidenses se alteraram no quesito de permanência da neutralidade (ESTADÃO, 2017; USHMM, sem data).

Quando um submarino alemão afundou o navio britânico Lusitânia, deixando cerca de 1200 mortes - sendo destas, 129 cidadãos estadunidenses, a pressão para que os EUA entrassem no conflito se fortificaram (THE TELEGRAPH, 2014). A guerra submarina irrestrita, então, foi um dos fatores que fizeram com que os EUA de fato quebrassem a política de neutralidade e saíssem do isolacionismo, tornando-se parte do conflito (USHMM, sem data; PATERSON, 2009; SARAIVA, 2007).

Posteriormente à declaração de guerra submarina irrestrita, os Aliados, a partir da inteligência britânica, conseguiram interceptar um telegrama secreto alemão, enviado pelo Sr. *Zimmermann*, secretário de Estado da Alemanha. Nessa comunicação diplomática, o secretário deu orientações ao embaixador alemão no México oferecer auxílio financeiro ao governo

mexicano com o objetivo de recuperar os territórios correspondentes ao Arizona, Novo México e Texas, de modo a concentrar as atenções dos EUA no continente e evitar que entrassem no conflito (ESTADÃO, 2017). Essa proposta também tinha a intenção de unir o apoio do México ao lado alemão do conflito, a partir do plano de retomada e devolução desses territórios citados aos mexicanos (THE TELEGRAPH, 2014).

De acordo com o acervo especial de 100 anos do Estadão (2017) sobre a Primeira Guerra Mundial, os jornais do dia dois de março de 1917 apresentavam o seguinte⁵:

Imagem 1



FONTE: Estadão, 2017.

Legenda: Acervo especial de 100 anos da Primeira Guerra Mundial.

Como mostra o jornal da época, a notícia se espalhou pelo mundo, o que agravou ainda mais os ânimos dos EUA frente a situação. O oferecimento de uma aliança ao México pela Alemanha a partir do telegrama - que ficou conhecido como *Telegrama Zimmermann* - foi,

⁵“O governo possui documentação mostrando que a Alemanha, preparando a campanha submarina illimitada, tentou garantir os seus interesses, levando em conta a possibilidade dos Estados Unidos abandonarem a neutralidade. Segundo taes documentos, a Alemanha offereceu ao governo do México a sua alliança e apoio finaceiro geral, assim como auxílio material, para a reconquista do Texas, do Novo México e do Arizona, sob a condição do México agir imediatamente como mediador e efectuar a aproximação da Alemanha ao Japão. As instrucções a tal respeito eram precisas e datavam de Berlim do dia 19 de Janeiro, assignadas pelo sr. Zimmermann, secretário de Estado da Alemanha” (ESTADÃO, 2017).

além da guerra submarina irrestrita, outro motivo que fez os EUA entrarem de vez no conflito (KENNEDY, 1988).

No entanto, de acordo com Paterson (2009), há uma série de questionamentos em aberto quando são analisados os motivos pelos quais fizeram os EUA entrar no conflito. O autor coloca que, além da questão dos submarinos e do telegrama, talvez aspectos relacionados à segurança nacional do país, interesses econômicos ou até mesmo em até que ponto era o idealismo proposto por Woodrow Wilson, presidente dos EUA, poderiam ter interferido na decisão de inserir o país na guerra.

Nos meses seguintes, tropas estadunidenses sob a liderança do general *John J. Pershing* foram mobilizadas e, posteriormente, enviadas ao território europeu, o que proporcionou uma vantagem significativa aos Aliados na guerra (USHMM, sem data). No entanto, o discurso de Wilson ainda permanecia de acordo com os ideais de levar a paz ao redor do mundo e por um fim ao conflito. Desse modo, a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial não se mostrou justificada apenas pelo cunho militar - é válido acrescentar que seus exércitos nem mesmo estavam preparados para enfrentar uma batalha como os europeus inicialmente, de modo que a produção de equipamentos de guerra próprios custou um tempo maior. Assim, a real diferença que os EUA proporcionaram ao conflito foi através de sua abundância de recursos e força produtiva (KENNEDY, 1988).

É possível visualizar de forma substancial as disparidades dos Aliados com os demais *players* do conflito a partir da seguinte tabela mostrada por Kennedy (1988).

Tabela 1:

Comparações industriais/tecnológicas com os Estados Unidos (sem Rússia)		
	Grã-Bretanha / EUA / França	Alemanha / Áustria-Hungria
Porcentagens da produção de manufaturas do mundo (1913)	51.7	19.2
Consumo de energia (1913), milhões de toneladas de carvão equivalente	798.9	236.4
Produção de metal (1913) em milhões de toneladas	44.1	20.2
Potencial industrial total (Grã-Bretanha em 1900 = 100)	472.6	178.4

Fonte: KENNEDY, 1988, p. 297, tradução nossa.

Como é possível analisar, a produção de manufaturas por parte dos Aliados - com os EUA - era bem maior que o dobro de seus adversários, chegando a 51,7 milhões de toneladas. O consumo de energia a partir do carvão, por sua vez, não ficava para trás, com praticamente o quádruplo da produção alemã e austro-húngara, enquanto a produção de metais dos Aliados configurava o dobro de seus oponentes. Por último, Kennedy (1998) apresenta sobre o potencial industrial desses países uma escala comparativa de que a Grã-Bretanha em 1900 equivalia a 100. Os Aliados mostravam quase 500, enquanto Alemanha e Áustria-Hungria quase 200, uma diferença significativa.

Assim que os EUA entraram oficialmente no conflito, Bulgária, Turquia e Áustria-Hungria, aliados da Alemanha, pediram cessar fogo (SARAIVA, 2007). Ainda com os avanços dos Aliados em 1918, “o fim era apenas uma questão de semanas. As potências centrais não apenas admitiram a derrota, mas desmoronaram (...). Nenhum dos velhos governos ficou de pé (...). Mesmo os beligerantes do lado vitorioso ficaram abalados” (HOBBSAWM, 1995, p. 30). Foi somente no final de 1918 que a Alemanha aceitou o cessar-fogo no conflito e aceitou sua derrota (SARAIVA, 2007).

A partir do ocorrido, é possível concluir como a Primeira Guerra Mundial, sobretudo a partir da entrada dos EUA no conflito, pôde contribuir para o entendimento desse remodelamento da estrutura internacional: o Concerto Europeu cada vez mais se desestabilizou em paralelo com a ascensão mundial dos EUA como grande potência. Esse conturbado cenário interno europeu favoreceu, posteriormente, a chegada de novas formas de estruturas político-ideológicas na Europa, configurando um novo quadro internacional rico em fatores distintos. No entanto, as alterações nesse quadro não foram dadas somente pela Primeira Guerra Mundial. A seguir, será discutida a Revolução Russa, como um segundo movimento que influencia para sua composição.

A Revolução Russa e seus impactos no cenário internacional

O contexto do Império Russo anterior à Revolução Russa era de intenso descontentamento de sua participação na Primeira Guerra Mundial: a nação se encontrava exaurida durante os anos de conflito; as populações ansiavam por paz e pela saída do país da guerra a qualquer preço (RICUPERO, 2008). Internamente, o Império se encontrava essencialmente agrário e semifeudal, a partir do poder dos czares e da aristocracia rural. A maioria de sua população era camponesa, de modo que a produção do país era concentrada

em produtos agrícolas - no entanto, ainda assim, essa produção era bem pequena, diferentemente da Grã-Bretanha, França ou Alemanha, que continham proletariados industriais melhores estruturados (BARROS, 1997; CURTY, LÉON, BARBOSA, 2017).

Em meio a esse contexto, o movimento socialista tomou destaque e envergadura substancial em relação ao sentimento antiguerra frente às populações, de maneira que “a Rússia, madura para a revolução social, cansada de guerra e à beira da derrota, foi o primeiro dos regimes da Europa Central e Oriental a ruir sob as pressões e tensões da Primeira Guerra” e apresentar um movimento forte de mudanças estruturais (HOBSBAWM, 1995, p. 54). O então governo czarista desmoronou em meio as manifestações operárias e greves gerais que reclamavam pela falta de alimentos e más condições de trabalho. A reivindicação principal era oriunda da falta de pão e dos baixos salários e longas horas de serviço, além do acesso dificultoso às terras para os pobres da cidade, operários e agricultores, respectivamente. Mesmo as próprias tropas do regime do czar se negaram a atacar as populações, passando a fazer parte das manifestações (CURTY, LÉON, BARBOSA, 2017; HOBSBAWM, 1995).

Nas ruas, “o slogan “Pão, Paz, Terra” conquistou logo crescente apoio para os que o propagavam, em especial os bolcheviques de Lenin, que passaram de um pequeno grupo de uns poucos milhares em março de 1917 para um quarto de milhão de membros (...)” (HOBSBAWM, 1995, p.55). Dentro desse cenário, o czar abdicou e foi substituído por um governo liberal e provisório influenciado pelos Aliados - para que o Império Russo não assinasse acordos de paz em paralelo com a Alemanha. Entretanto, a queda do czar foi considerada uma proclamação de liberdade, democracia direta e igualdade pelas massas de Petrogrado, de modo que uma parcela dessa convulsão social foi redirecionada em forma de poder para os bolcheviques. Logo, os partidos revolucionários cresceram em constante expansão na mesma medida que a insatisfação pelo então governo provisório permanecia. Nesse cenário,

aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo (HOBSBAWM, 1995, p.51).

Esse desenho social, com de um lado um governo provisório impotente e, do outro, a onda anárquica popular conflagradora, resultou em um “vácuo revolucionário”. Nessa conjuntura de efervescência social, a revolução espalhou-se em forma de radicalização pelas

cidades, campos e estradas da nação, sobretudo em favor dos bolcheviques, que se tornaram maioria e foram levados ao poder, de modo que

quando chegou a hora, mais que tomado, o poder foi colhido. Diz-se que mais gente se feriu na filmagem da grande obra de Eisenstein, Outubro (1927), do que durante a tomada de fato do Palácio de Inverno em 7 de novembro de 1917. O Governo Provisório, sem mais ninguém para defendê-lo, simplesmente se esfumou (HOBSBAWM, 1995, pp. 55-56).

A Revolução Russa, por ser um momento de intensa heterogeneidade do sistema, é considerada um dos movimentos revolucionários mais organizados da história moderna, tornando-se parte fundamental do século XX, assim como a Revolução Francesa foi para o século XVIII (HOBSBAWM, 1995; RICUPERO, 2008). A conflagração foi realizada com o objetivo de provocar a revolução proletária mundial, não restrita ao território russo. Assim, a vitória bolchevique, para seus idealizadores, era um passo para alcançar a vitória do bolchevismo em patamares internacionais - ou pelo menos europeus - a partir de uma Rússia considerada o centro de subversão mundial. Alguns ainda defendem que sem a participação da nação na guerra mundial e suas consequências revolucionárias, a Rússia teria se encaminhado para a construção de uma sociedade industrial de cunho liberal-capitalista (CURTY, LÉON, BARBOSA, 2017; HOBSBAWM, 1995).

Internacionalmente, a Revolução Russa foi vista como um movimento ameaçador e que necessitava ser dissipado de forma urgente. Tropas financiadas pelos Aliados, sobretudo britânicas, polonesas, estadunidenses, japonesas, francesas, sérvias, romenas e gregas foram enviadas ao combate. Nesse momento, a Rússia pós-revolução foi diminuída a um território sem saída para o mar (HOBSBAWM, 1995).

Ademais, a Revolução Russa é entendida como uma “uma luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social, tida como encarnada nos destinos da União Soviética e do comunismo internacional, a eles aliada ou deles dependente” (HOBSBAWM, 1995, p. 51). Dessa maneira, o evento é um fator significativo que mostra que esse período traz substanciais mudanças nos paradigmas internacionais à época. As então estruturas estabelecidas de poder e de forças reconhecidas na Rússia, aos poucos, vão se desfazendo e dando lugar aos novos atores, com novas formas de organização. Esses fatores influenciam os Estados nacionais em diferentes graus, mas também compõem o novo quadro internacional. Tanto a Revolução Russa quanto a Primeira Guerra Mundial, então, são eventos que marcaram o cenário externo à época – e assim, marcaram os panoramas internos das nações (CURTY, LÉON,

BARBOSA, 2017). No próximo tópico serão abordados alguns pontos referentes às consequências desses movimentos como fatores influentes nessa nova composição de forças.

Consequências da Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa: influências para uma nova estrutura mundial de poder

A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa foram acontecimentos que marcaram o declínio da civilização ocidental do século XIX (FARIA, 2015). Nesse mesmo século, a produção mundial e o mercado de produtos primários aumentaram substancialmente, de modo que a economia mundial capitalista se expandiu para fora dos limites das economias nacionais. No entanto, esse período também deu início ao século dos massacres. Ambos os conflitos resultaram em números alarmantes de mortos: 1.8 milhões de alemães, 1.6 milhões de franceses, 800 mil britânicos e 116 mil estadunidenses - mesmo com pouquíssimo tempo de participação dos EUA no conflito (FARIA, 2015; LACERDA, 2013).

Os regimes que saíram da guerra, exceto da Rússia soviética, seguiram as instituições de um governo liberal constitucional. Novos países foram formados, como o caso da Estônia, Letônia, Lituânia, Finlândia; e muitos redefinidos, como o caso da Áustria, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia, conforme podemos visualizar na imagem a seguir:

Imagem 2:



Fonte: UOL, 2014.

Legenda: **Europa após a Primeira Guerra Mundial.**

Fora as mudanças geográficas, os eventos citados proporcionaram consequências agravantes de cunho social, político e econômico para as populações dos países envolvidos. Desse modo, partes significativas da formatação de novas forças mundiais nesse período também foram oriundas desses diversos fatores críticos. Para entender isso, nos pontos a seguir serão discutidos aspectos relacionados às consequências como a ascensão da Direita no continente europeu, bem como os passos da Rússia após a revolução, as penas impostas à Alemanha pós-guerra, além da ascensão dos EUA como novo *player* estratégico no mundo, e os resultados quanto aos impactos econômicos e tecnológicos no continente europeu.

A ascensão da Direita na Europa

Segundo Faria (2015), sem a Primeira Guerra Mundial, não haveria a ascensão do Fascismo, Nazismo e, possivelmente, não haveria tampouco a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, posteriormente. Os ex-combatentes, em sua maioria, saíram do conflito com severos traumas físicos e psicológicos, e muitos se tornaram inimigos da guerra. No entanto, uma parcela substancial dos ex-soldados, tomados pela “experiência partilhada de viver com a morte e a coragem um sentimento de incomunicável e bárbara superioridade - inclusive em relação a mulheres e não combatentes -” (HOBSBAWM, 1995, p. 27), acabaram por se transformar em membros do movimento da Direita europeia no período após a Primeira Guerra Mundial.

Esse sentimento, quando acrescido ao cansaço do conflito, se tornou em hostilidade “surda e calada” nas massas. Isso mostra que farpas dos acontecimentos descritos, sobretudo da Primeira Mundial, foram grandes impulsionadores de uma nova onda de pensamento e comportamento social radical, como uma nova força em ascensão e em construção nesse período - que, posteriormente, cresceu de forma alarmante, sobretudo na Alemanha e Itália. Assim, o sentimento de fracasso e revolta do pós-guerra favoreceu a ascensão desse modelo político de Direita que, posteriormente, ganharia adeptos e se espalharia pelo sul e leste europeu (FRIEDEN, 2008).

A Alemanha, por exemplo, estava temporariamente de fora do jogo internacional (HOBSBAWM, 1995) por conta das severas penas e indenizações obrigatórias que recebeu ao fim do conflito. Naquele momento, internamente, a hiperinflação causada pela impressão de dinheiro também era influenciada pelas penalidades, de modo a gerar polêmicas e revolta entre a população. No entanto, esta parecia ser a única maneira de pagar as contas naquele

momento, mas que resultava na desintegração da economia e na destruição do valor da moeda nacional, prejudicando até mesmo a estrutura social do país (FRIEDEN, 2008).

Os alemães acreditavam que “o colapso foi causado pela retirada de dinheiro de uma economia em apuros; [enquanto] os franceses diziam que os alemães imprimiam dinheiro de forma indiscriminada por se recusarem a fazer o esforço necessário para pagar as indenizações” (FRIEDEN, 2008, p. 207-208). Nas ruas do país, havia um debate interno sobre qual seria a melhor abordagem e atitude que o país deveria tomar frente a esse cenário de penalidades: cooperação ou enfrentamento; paralelo a isso, a situação econômica alemã se agravava com os pagamentos à França⁶.

O que é preciso destacar nesse momento é que esse é o cenário perfeito para a ascensão de grupos radicais de Direita que buscam melhorar e se vingar pela situação do país. Além da ascensão desses grupos como fator preponderante para entender como esse novo arranjo internacional se formava, cabe a compreensão de como a Rússia, após os movimentos revolucionários, contribuíram nesse quadro.

Rússia pós-Revolução Russa

Inicialmente a Revolução Russa sobreviveu por três motivos:

primeiro, [a Rússia] possuía um instrumento de poder único, praticamente construtor de Estado, no centralizado e disciplinado Partido Comunista de 600 mil membros (...) Segundo era, de forma evidente, o único governo capaz de manter a Rússia integral como Estado - e disposto a tanto -, desfrutando, portanto, de considerável apoio de patriotas russos à parte isso politicamente hostis, como os oficiais sem os quais o novo Exército Vermelho não poderia ter sido construído. (...) A terceira razão era que a Revolução permitira ao campesinato tomar a terra. Quando chegou a isso, o grosso dos camponeses da Grande Rússia — núcleo do Estado, além do seu novo exército — achou que suas chances de mantê-la eram melhores sob os vermelhos do que se retomasse a fidalguia. Isso deu aos bolcheviques uma vantagem decisiva na Guerra Civil de 1918-20 (HOBBSAWM, 1995, p. 57).

Na Rússia, bolcheviques controlavam o maior país do globo. Isso gerava medo generalizado, sobretudo no ocidente, de que esse movimento fosse o começo de uma onda de conflagrações radicais de encontro ao capitalismo ocidental. Por outro lado, o país se encontrava em guerra civil: parcelas mais rebeldes dos partidos socialistas provocavam e ridicularizavam partidos mais tradicionais. Estes ressaltavam o patriotismo nacional e

⁶ As decisões internas do país quanto às penalidades somente foram tomadas no início da década de 1920, logo, serão abordadas no terceiro capítulo.

acreditavam que as urnas modificariam a sociedade, alvo de chacota de outras parcelas de socialistas russos (FRIEDEN, 2008)

Internamente, a nação também passava por problemas de abastecimento e produção industrial. A colheita comportava metade do volume de antes da guerra e os resultados da produção industrial eram substancialmente menores. Internacionalmente, a política soviética era complexa e revolucionária em sua estratégia e construção da retórica para absorção interna e externa (CURTY, LÉON, BARBOSA, 2017; RICUPERO, 2008). No entanto, com o passar do tempo, a Rússia pós-revolução e pós-guerra civil fez com que o otimismo revolucionário dos partidos socialistas se esvaísse em um cenário de governo esfacelado pelos conflitos internos.

Mesmo com uma série de problemas internos, a Revolução de Outubro provocou, como dito, uma fagulha de medo no Ocidente sobre uma possível onda revolucionária na Europa. Streeter (2010) coloca que os efeitos da Revolução Russa, ademais das consequências pós-guerra, prevaleceram no cenário europeu nos próximos anos. Os ideais radicais, para ele, cruzaram o continente, de modo que ‘a conversa revolucionária estava no ar, e não somente em Geneva’ (STREETER, 2010, p. 89, tradução nossa). Entender isso é importante para compor o conjunto de forças internacionais desse período porque coloca em alerta países e populações. Outro ponto essencial para parametrizar esse jogo internacional é entender como se deu a ascensão dos EUA como a maior potência mundial após a Primeira Guerra Mundial e paralela à Revolução Russa, como será visto adiante.

A ascensão dos EUA como grande potência mundial após a Primeira Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial foi, de fato, um divisor de águas quando se pensa na reformulação de forças de poderes do cenário internacional na época. O conflito devastou o território europeu e os EUA foram os maiores beneficiados do conflito, tornando-se a principal potência comercial, financeira e industrial do mundo. O conflito criou uma espécie de dependência europeia de tecnologia, capital e mercados estadunidenses, de modo a tornar o país uma espécie de líder e dominante mundial (FRIEDEN, 2008; HOBSBAWM, 1995; LACERDA, 2013)).

A produção de manufaturas, por exemplo, praticamente triplicou nesse período, crescendo de cerca de US\$23 milhões, em 1914, para US\$6 bilhões, em 1919. Nos anos seguintes, os EUA conseguiriam superar e quase duplicar toda a capacidade de produção europeia. Com isso, o país deixou de ser

um observador passivo do lento colapso da ordem clássica e se tornaram líder nos esforços de reconstruí-la. Como escreveu o editor de economia do Financial Times: ‘A mudança na postura internacional dos Estados Unidos a partir de 1914 talvez tenha sido a transformação mais dramática da história da economia’ (FRIEDEN, 2008, p. 197).

Desse modo, os EUA se fortaleciam enquanto a Europa se recuperava e reconstruía (FRIEDEN, 2008), porém ainda enfraquecida quando comparada aos estadunidenses. De acordo com Hobsbawm (1995), um dos grandes motivos pela ascensão dos EUA nesse cenário foi o fato de estarem geograficamente distantes da luta e fornecerem os principais recursos e arsenais aos seus aliados na guerra. Assim, “é provável que o efeito econômico mais duradouro das duas guerras tenha sido dar à economia dos EUA uma preponderância global sobre todo o Breve Século XX” (HOBBSAWM, 1995, p. 45). Além disso, a nação também se transformou no maior credor mundial. Sobretudo britânicos e franceses, durante o conflito, perderam ou venderam seus investimentos globais para dar continuidade na guerra, principalmente para a compra de suprimentos necessários. Os EUA, portanto, saíram da posição de devedor e se alocaram como o primordial credor internacional (HOBBSAWM, 1995).

Aos poucos, os EUA tomaram o lugar que a Grã-Bretanha ocupava anterior a 1914, de modo que o poder estadunidense na economia e nos mercados internacionais eram tão grandes quanto o dos britânicos algumas décadas antes. Esse fato é um dos principais remodeladores de forças no cenário internacional à época. Em relação às suas indústrias, diversas se espalharam pelo mundo, inclusive no Brasil, de acordo com as oportunidades de investimentos diretos mais rentáveis. Nos anos posteriores, filiais de empresas - e bancos - do país já eram encontradas em vários países ao redor da Europa, Ásia e América Latina, de modo que Wall Street, em Nova York, substituiu Londres como o centro financeiro mundial (FRIEDEN, 2008). Concomitante a esse crescimento, faz-se necessário, também, averiguar qual era a situação interna na Europa em termos sociais, econômicos e tecnológicos em busca do mapeamento dos fatores que compunham o enredo internacional.

Avanços tecnológicos vs. decréscimos sociais oriundos da Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa

Em termos tecnológicos, a Primeira Guerra Mundial trouxe alguns avanços. O submarino, por exemplo, foi a única invenção utilizada como arma estratégica no conflito, uma vez que transportava suprimentos e alimentos pelo mar para as populações necessitadas.

Logo, atacar os submarinos adversários era uma forma tática de vulnerabilizar os rivais, pondo à margem da fome as populações oponentes. A guerra também revolucionou a administração, de modo que havia uma competição de tecnologias entre os países em conflito no que tange o fornecimento de serviços essenciais ao contexto da época (HOBSBAWM, 1995; LACERDA, 2013).

Desse modo, a guerra trouxe aceleração no progresso técnico do mundo ao custear essas inovações e estudos, sobretudo quando se pensa em aeronáutica e computadores. Esses avanços teriam sido realizados de maneira mais hesitante e possivelmente lenta se fossem pensados a partir dos cálculos de custo-benefício em cenários de paz (HOBSBAWM, 1995).

No entanto, em termos sociais e populacionais, o número correspondente à população ativa e apta ao trabalho na Europa caiu bruscamente, sem contar as perdas de recursos produtivos. Na Turquia, por exemplo, o genocídio desenfreado de armênios, que alcançou cerca de 1.5 milhões de cidadãos, “pode figurar como a primeira tentativa moderna de eliminar toda uma população” (HOBSBAWM, 1995, p. 46).

Ademais, o conflito, juntamente com o movimento da Revolução Russa, fez com que milhões de pessoas fossem forçadas a se deslocarem entre os Estados como refugiados ou a partir de trocas compulsórias de população.

Um total de 1.3 milhão de gregos foi repatriado para a Grécia, sobretudo da Turquia; 400 mil turcos foram decantados no Estado que os reclamava; cerca de 200 mil búlgaros passaram para o diminuído território que tinha o seu nome nacional; enquanto 1,5 ou talvez 2 milhões de nacionais russos, fugindo da Revolução Russa ou no lado perdedor da Guerra Civil russa, se viram sem pátria. (...) Numa estimativa por cima, os anos 1914-22 geraram entre 4 e 5 milhões de refugiados (HOBSBAWM, 1995, p. 46).

Nos anos seguintes, na posterior Liga das Nações, esses deslocamentos foram os principais impulsionadores da criação de um documento chamado passaporte de Nansen como um documento burocrático que dava respaldo a essas populações vulneráveis (HOBSBAWM, 1995).

Considerações parciais

A partir do decorrido, buscou-se mapear parcelas que fizeram parte da reestruturação do novo jogo de forças, poderes e influências internacionais que se remodelavam nesse período em lugar do antigo Concerto Europeu. É possível observar, então, como a Primeira Guerra Mundial, sobretudo a partir da entrada dos EUA no conflito, pôde contribuir para o

entendimento desse remodelamento, uma vez que pôs em xeque as estruturas tradicionais europeias com a desestabilização dos países europeus durante e no imediato pós-conflito.

Paralelo a isso, a Revolução Russa, considerada um dos principais movimentos do século XX, mostrou-se de suma relevância para entender como o bolchevismo e a revolução no país foram fonte de uma onda de conflagrações - mesmo que de pequeno porte - ao longo de regiões do globo. Era buscado, pelos bolcheviques, a revolução mundial a partir de sua atuação local, o que gerou medo nas grandes potências capitalistas ocidentais.

Na Europa, mesmo com uma série de avanços tecnológicos e inovadores oriundos da guerra, sobretudo nos computadores, a desestabilização econômica nos países pós-conflitos era alarmante. Hiperinflação e desemprego eram os indicadores mais preocupantes, o que fez com que as nações realizassem uma série de medidas austeras para controlar a situação. Com isso, o Concerto Europeu logo deu lugar aos EUA como maior potência mundial e como novo credor e influenciador dos poderes. Esse cenário de tentativa de controlar o desmoronamento europeu, por outro lado, fez com que ascendessem, nos países - principalmente na Alemanha, com as penalidades do Tratado de Versalhes - novos grupos político-ideológicos de Direita que buscavam se vingar e retomar a situação econômica desses países.

Esses fatores, quando olhados juntos, compõem o novo cenário de estruturas de poder e influências que se instalava no século XX. Entender essa conjuntura é de extrema importância para se atentar em como o Brasil se inseria nesse cenário, e em como essas forças influenciaram o governo e decisões brasileiras. Essa inserção será vista na próxima seção, que retrata uma parcela do panorama interno do Brasil no período de 1917 a 1919.

PANORAMA INTERNO

Após visualizar o panorama externo, entender o panorama interno brasileiro do período de 1917 a 1919 é essencial para compreender como o Brasil buscou se projetar internacionalmente ao participar da Primeira Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Para isso, cabe mapear como o país se posicionou internamente desde a quebra de sua neutralidade, até como agiu no imediato pós-conflito. Com isso, é possível captar qual a imagem que o Brasil passava dentro de um contexto internacional e, com isso, quais os objetivos que almejava nesse contexto.

Para essa finalidade, nessa seção serão abordados inicialmente os fatores que consolidam a alteração de eixo diplomático e de relações comerciais e financeiras do país da Europa, sobretudo para os Estados Unidos. A guerra trouxe inúmeras mudanças à essa

realidade apresentando novos detentores de poderes mundiais, como é o caso dos EUA, com um discurso de nova ordem internacional, justamente quando passaram a ser um dos mais fortes atores do cenário internacional (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2006; PINHEIRO, 2004). Em seguida é tratado o contexto à época como um conjunto plural de causas políticas, estratégicas, econômicas que levaram o Brasil a essa escolha de quebrade neutralidade.

Também é levado em consideração a posição e atuação brasileiras nessa conjuntura, que visou alguns interesses pragmáticos para com os EUA, como um futuro aliado, sobretudo com o objetivo de ser reconhecido internacionalmente após sua participação na guerra. É possível afirmar que a contribuição brasileira angariou simpatia de países centrais, sobretudo dos EUA para futuras negociações de paz (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2006). Após esse entendimento, ainda serão tratadas as consequências da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, sejam os benefícios, como o estreitamento das relações econômicas e de intercâmbio de *expertise*, como as dificuldades, as quais prejudicaram atividades comerciais estabelecidas no Brasil. Inicialmente, é preciso entender o contexto do país antes de entrar no conflito.

Contexto brasileiro antes de entrar na Primeira Guerra Mundial: do início da república à neutralidade

Retomando a história política do Brasil, o período que consolida o fim da monarquia e a construção da República no Brasil é o ponto de partida para buscar entender a aproximação brasileira aos países vizinhos continentais, sobretudo os EUA, categorizando uma espécie de preâmbulo da americanização da Política Externa do país (PINHEIRO, 2004). Dentre as diversas mudanças que a transição do Império para a República trouxe às políticas do país, pode-se citar como uma das principais o processo gradativo de alteração de eixo diplomático e de relações comerciais e financeiras do país da Europa, sobretudo Inglaterra, para os EUA. Essa modificação seria uma forma de escape às pressões do continente europeu, rompendo, assim, com a política exterior do Império. Desse modo, um caminhar voltado aos EUA significaria o fim da herança colonial, além da busca por industrialização e do progresso da democracia em território brasileiro (BANDEIRA, 1998).

Nesse momento, vinculada à Política Externa Brasileira, o nacionalismo também se expressava galgando proximidade aos estadunidenses, como pôde ser visto pela mudança do nome do país para ‘Estados Unidos do Brasil’, além da elaboração de uma Constituição similar à estadunidense e adoção do federalismo na política. (BANDEIRA, 1998). Entretanto,

apesar da aproximação entre Brasil e EUA ter aumentado desde a virada para a república, é preciso enfatizar que até a Primeira Guerra Mundial, as relações internacionais e a maior parcela de poder mundial estavam direcionadas à Europa, sobretudo com Grã-Bretanha e França. A Primeira Guerra Mundial, então, trouxe mudanças à essa realidade apresentando novos detentores de poderes mundiais, como é o caso dos EUA, com um discurso de nova ordem internacional.

Até esse cenário, era considerado raro uma potência não-europeia angariar tanto poder de modo a influenciar de forma direta os interesses europeus. Sendo assim, a intervenção dos EUA no conflito significou uma forma de alargamento da noção do pan-americanismo e de ideais propriamente estadunidenses ao restante do mundo (GARCIA, 2006). Acrescentar a Primeira Guerra Mundial nesse contexto passa a ser relevante para entender a aproximação brasileira dos EUA. Ao final da guerra, os EUA, como uma grande potência, tinham o discurso de levar reestruturação ao chamado velho mundo através da promoção de instituições que propagassem a paz. Foi o caso da Conferência de Paz e da então Liga das Nações, ambas realizadas no período pós-conflito (GARCIA, 2006; LACERDA 2013).

A opção de voltar-se aos EUA parecia interessante aos entusiastas republicanos brasileiros, uma vez que os estadunidenses ofereciam melhores opções para que o crédito nacional não ficasse abalado na Europa, além de uma posição de privilégio do açúcar no mercado e uma reciprocidade tarifária que não prejudicasse os interesses brasileiros. Entretanto, diversos setores da sociedade se opuseram às tentativas de firmar acordo entre os dois países, de modo que a discussão fosse alongada por diversas vezes (BANDEIRA, 1998). Os EUA, por outro lado, acreditavam que América Latina, e consequentemente o Brasil, precisavam ser lembrados dos benefícios de um governo constitucional e democrático: a república (GARCIA, 2006).

No período inicial da Primeira Guerra Mundial, o Brasil adotou uma postura de neutralidade perante o conflito, sem aliar-se especificamente a nenhum dos grupos envolvidos. Internamente, havia certa discussão entre os *germanófilos* - aqueles que defendiam a aproximação do país com a Alemanha durante a guerra -; os *pró-aliados* - que acreditavam que a aproximação com os EUA e o grupo dos Aliados seria a melhor escolha para a nação; e os *neutros*, cuja crença era de que o envolvimento do Brasil com a guerra de forma direta não era necessário nem benéfico (BUENO, CERVO, 2002).

Entretanto, apesar da discussão interna sobre quais caminhos a nação deveria seguir, o que ocorre é a quebra da neutralidade brasileira para participação da guerra com alinhamento aos Aliados e, consequentemente, aos EUA (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2013). No

próximo tópico serão discutidos alguns aspectos que possibilitam o entendimento do porquê o Brasil optou pela ruptura da política de neutralidade.

Motivos para que Brasil quebrasse a política de neutralidade

Tendo em vista o contexto da época, existe um conjunto de causas políticas, estratégicas, econômicas, somadas às diferentes pressões internas e externas as quais o Brasil enfrentava e que levaram a essa escolha. Segundo Eugênio Garcia (2006), é possível destacar cerca de dez motivos que influenciaram nessa escolha, sendo elas:

Tabela 2

	Motivos para quebra de neutralidade do Brasil na Primeira Guerra Mundial	Explicação do motivo
1.	País já vinha acompanhando os EUA através de uma política de aproximação.	Desde a consolidação da República, o Brasil veio se aproximando da zona de influência do pan-americanismo. Assim, era cultivada uma amizade tradicional e benéfica entre os dois países, de modo a semear o sentimento de solidariedade continental.
2.	Simpatia da população à causa aliada.	A quebra da neutralidade ocorreria por conta da vontade nacional, que respaldou a aproximação com os Aliados a partir da opinião pública.
3.	Comércio do Brasil com Alemanha paralisado por conta do bloqueio marítimo.	A maior parte das exportações brasileiras já se direcionava para Aliados, constatando um cenário de aproximação econômica entre esses países. O Brasil, então, esperava lucrar com a entrada na guerra a partir do aumento de suas vendas de matérias-primas, como manganês, suprimentos e gêneros alimentícios aos países aliados.
4.	Entrar na guerra poderia ajudar a contornar restrições colocadas pelos	Buscava-se um afrouxamento de regras destinadas ao Brasil quanto à sua

	Aliados que prejudicavam as transações brasileiras com o restante do mundo.	comercialização de produtos ao redor do mundo.
5.	Cooperação com aliados poderia trazer benefícios materiais ao Brasil.	Esse alinhamento poderia possibilitar ao país a aquisição de munição e materiais, além do intercâmbio de profissionais para treinamento e especialização.
6.	Pressões externas, sobretudo dos EUA, para quebra de neutralidade e rompimento com Alemanha.	Os EUA tinham receio de que a aproximação brasileira com a Alemanha aumentaria a vulnerabilidade do sul do país, sobretudo com a questão dos imigrantes alemães. Tinha-se temor de que houvesse um processo de ‘germanificação’ do Brasil.
7.	Receio de invasão argentina.	O apoio dos Aliados seria estrategicamente pensado para trazer maior tranquilidade à fronteira do sul, sobretudo com navios estadunidenses no Atlântico Sul como instrumento de dissuasão para a Argentina.
8.	Indignação por conta do torpedeamento dos navios brasileiros por alemães.	Grande parte dos setores internos do país consideraram o torpedeamento como um ato de agressão contra país até então neutro.
9.	Pressão externa ao café.	Essa pressão ameaçava alguns interesses do governo brasileiro por conta dos embargos externos ao café, prejudicando a produção nacional.
11.	Apostava-se na vitória dos Aliados tendo em vista a sua participação nas futuras negociações de paz.	A participação em negociações de paz no período pós-conflito traria aumento do poder de barganha brasileiro, em conjunto com o fortalecimento do seu prestígio internacional e de aproximação aos EUA a partir de uma cordial amizade. Com isso, seria possível ter mais voz para demandar

		questões particulares internacionalmente, como é o caso do confisco brasileiros dos navios alemães.
--	--	---

Fonte: Garcia, 2006. Tabela formulada pela autora.

Sendo assim, Garcia (2006) tratou de alguns temas considerando motivações que fizeram com que o Brasil quebrasse sua neutralidade política em prol dos Aliados.

Outros autores também reconheciam esses motivos como causadores da quebra de neutralidade brasileira, como é o caso de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002). Para eles, uma das principais razões que levaram a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial se deu pelo ataque aos navios mercantes brasileiros na ação dos submarinos alemães em 1917, sem nenhum socorro às vítimas. Esse ocorrido teria gerado, então, repercussão nacional, trazendo revolta e indignação por parte da população. Assim, o Brasil, a partir do então presidente Wenceslau Brás (1868-1966), liberou sua declaração de guerra contra Alemanha e realizou o torpedeamento e prisão do comandante do vapor mercante *Macao* (BUENO, CERVO, 2002; LACERDA, 2013).

Dessa forma, o país foi a única nação da América do Sul a entrar na guerra. A partir da entrada do país no conflito foram autorizadas diversas medidas de represália internamente, tais como a Lei da Guerra com fins de declarar estado de sítio em partes do território; além de constatar sem efeito contratos feitos com inimigos (BUENO, CERVO, 2002; HAAG, 2009). Na sua participação oficial do país na guerra, constatou-se a presença de influências dos EUA nessa atuação, o que contribui para o entendimento de como se deu a aproximação do Brasil ao seu vizinho do norte à época.

A influência dos EUA na participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial

Os EUA, segundo Pinheiro (2004), influenciaram a decisão brasileira de entrada no conflito. A entrada no Brasil na Primeira Guerra Mundial não foi muito após a dos estadunidenses, de modo que estes vinham invocando a presença brasileira através da noção de solidariedade hemisférica por um período (BUENO, CERVO, 2002). Seguindo essa lógica, era fato de que as elites brasileiras acreditavam que havia um suposto “direito de reconhecimento” do Brasil que o diferenciava das outras nações quando se tratava de alinhamento aos EUA (PINHEIRO, 2004).

Para os EUA, a aproximação com o Brasil interessava por conta da posição brasileira estratégica que influenciaria os demais países latino-americanos. Dentro da zona de influência, então, o Brasil sucumbiria às influências estadunidenses e as traria para o âmbito da América Latina (BUENO, CERVO, 2002; LACERDA, 2013). Essa percepção causou mudança significativa no Brasil, traçando um novo paradigma americanista histórico da Política Externa Brasileira, de modo que “o período testemunharia a passagem do Itamaraty a uma nova fase da sua histórica institucional, que iria aumentar seu prestígio e lhe garantir uma relativa autonomia” (PINHEIRO, 2004, p. 19). Visto isso, na próxima seção, será abordado de forma mais aprofundada como se deu a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, de modo a entender seu papel na conflagração a partir dessa aproximação com os EUA.

Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial

Quando quebrou sua política de neutralidade e decretou seu alinhamento aos Aliados em 1917, já no final da guerra, o Brasil contribuiu de forma discreta, porém, com o intuito de ser reconhecido internacionalmente (BUENO, CERVO, 2002). De forma geral, sua contribuição se deu através do patrulhamento do Atlântico Sul com os ingleses, além do envio de unidade médica, aviadores e frota de navios à Europa (PINHEIRO, 2004).

De forma mais detalhada, a participação brasileira se deu através do envio de a) 13 oficiais aviadores para fazerem parte da frota dos Aliados; b) uma missão com 100 médicos-cirurgiões à França para ajudar no socorro às vítimas; c) um corpo de estudantes e soldados do Exército para dar guarida ao Hospital do Brasil para assistência aos feridos mesmo após o conflito. Ainda, foi formada a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) composta por cruzadores e contratorpedeiros para incorporação à força naval inglesa. Entretanto, essa força não conseguiu chegar ao seu objetivo, uma vez que foi colhida pela epidemia de gripe espanhola, o que inutilizou a missão (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2013).

Mesmo que considerada insuficiente em termos práticos (GARCIA, 2000), a contribuição brasileira angariou simpatia das nações, sobretudo dos EUA para futuras negociações de paz pós-conflito (BUENO, CERVO, 2002; STREETER, 2010). Assim, o país garantiu uma projeção transatlântica de sua Política Externa, o que levava à qualificação do Brasil para tomar parte da futura Conferência de Paz de 1919 (PINHEIRO, 2004; STREETER, 2010). Depois de visualizada algumas características da participação brasileira, serão destacados no próximo tópico algumas consequências dessa participação.

Os benefícios da participação

Apesar de sua contribuição discreta, ao participar do conflito ao lado dos Aliados, o Brasil incentivou laços mais fortes de amizade de países como a Itália, França e Grã-Bretanha. Com isso, o país recebeu diversas propostas destes europeus para estreitar relações econômicas e de intercâmbio de *expertise*, sobretudo para especializar profissionais brasileiros (BUENO, CERVO, 2002; PINHEIRO, 2004; STREETER, 2010).

Com a Itália foram estabelecidas propostas de cooperação aérea e naval entre os países a partir da disposição italiana em ceder aviões de combate à Marinha brasileira com pilotos instrutores e intercâmbio de pilotos. Já a França apostou no envio de uma missão de aviação, além de aeroplanos e equipamentos para fotos aéreas e telegrafia sem fio. A Inglaterra, por sua vez, contribuiu com a instalação de arsenais modernos com capacidade de construção de navios de guerra e mercantes, aeroplanos, fábricas de armas, e distribuição de munição, material de ferro e aço destinado à indústria dos tempos de paz (BUENO, CERVO, 2002).

Ainda, os ingleses promoveram a legação brasileira em seu território à categoria de embaixada como sinal de amizade entre os países. A parceria com os EUA, sobretudo, também foi benéfica para o Brasil, uma vez que foi acrescido o intercâmbio comercial entre ambos (BUENO, CERVO, 2002), além de ocorrer um aumento de investimento estadunidense a ponto de o Brasil ser considerado mercado preferencial por conta do declínio das atividades britânicas (PINHEIRO, 2004). Streeter (2010) acrescenta que as exportações, sobretudo de café e manganês, foram acrescidas. Havia ressentimento por parte dos brasileiros com o histórico de favorecimento de relações dos EUA com a Argentina.

O questionamento do Brasil perpassava a ideia de que o país devia ser prioritário para os estadunidenses, uma vez que “foram eles [os brasileiros], não os argentinos, que foram para a guerra no lado dos EUA” (STREETER, 2010, p. 80, tradução nossa). Esse ponto é de fundamental importância para preencher, aos poucos, os argumentos que mostram como esse contexto favoreceu a aproximação do Brasil e EUA e, consequentemente, uma Política Externa Brasileira voltada ao americanismo.

Internamente, o saldo da balança comercial foi favorável durante e após a guerra por conta da diminuição das importações devido à desorganização de produção europeia e aumento de exportações de produtos pouco expressivos em venda. Esse saldo favorável durou até a normalidade de produção da Europa, em 1920, quando passou a gerar déficits (BUENO, CERVO, 2002). Apesar disso, esse sentimento de cooperação com alguns países europeus e uma aproximação mais desenhada com os EUA ajudaram a forçar a industrialização nascente

do país, de modo a suprir o mercado interno de produtos brasileiros, uma vez que anteriormente estes eram importados (LACERDA, 2013; PINHEIRO, 2004).

Lacerda (2013) aponta que os EUA, nesse contexto, tornaram-se o principal fornecedor e comprador brasileiro. Com isso, o conflito foi de fato um evento decisivo no que tange a transferência de poder econômico da Europa para os EUA. Entretanto, além dos benefícios que favoreceram o Brasil com a entrada no confronto, podem ser elencadas algumas dificuldades enfrentadas pelo país durante sua participação.

As dificuldades da participação

Apesar de o Brasil ter se beneficiado com a cooperação com alguns países europeus e com os EUA, a sua participação na Primeira Guerra Mundial também trouxe algumas dificuldades internas e externas que afetaram, sobretudo, sua economia.

A guerra submarina - uma das estratégias de guerra oriundas como a criação dos submarinos para enfraquecer as populações adversárias a partir da fome, como visto no Panorama Externo -, criada pela Grã-Bretanha no início do conflito, em 1915, afetou negativamente o Brasil. Assim, esses dois pontos prejudicaram atividades comerciais estabelecidas no Brasil, interrompendo, por exemplo, algumas viagens para a Europa. Além disso, havia certa dificuldade na exportação do café, uma vez que o produto foi declarado contrabando de guerra e teve sua entrada proibida na Grã-Bretanha, um dos principais importadores do produto (BUENO, CERVO, 2002; MCCREERY, 2010).

O Brasil buscou negociar a modificação de alguns pontos que tratavam o café, fazendo com que este fosse aceito em certas quantidades na Europa. O país também enfrentou dificuldades por conta da crise mundial dos anos 1920, que trouxe limites à expansão da industrialização e à reposição de máquinas e equipamentos (BUENO, CERVO, 2002; MCCREERY, 2010).

Considerações parciais

O período de 1917 a 1919 no cenário brasileiro diz muito sobre a posição do país frente aos últimos acontecimentos mundiais. A quebra de sua neutralidade ao se inserir na Primeira Guerra Mundial mostra um conjunto de influências externas, principalmente oriundas dos EUA, nessa inserção internacional do Brasil. O posicionamento pró-EUA da

nação fez com que o país escolhesse um caminho de aproximação continental em busca de um aliado de força e relevância mundial e, com isso, de prestígio para o próprio país.

É possível perceber que a quebra da neutralidade na Primeira Guerra Mundial, conjuntamente com seu esforço em participar do conflito, mesmo que de maneira discreta, foram formas de consolidar uma projeção mundial voltada ao crescimento do país como futura potência e como ator relevante no cenário em destaque. Assim, o entendimento da atuação interna do país, bem como os benefícios e consequências negativas dessa participação são indispensáveis para corroborar a consolidação do lugar que o Brasil se colocava nesse momento.

Nessa cena, Eptácio Pessoa, futuro chefe de delegação brasileira na Conferência de Paz em Paris e, posteriormente, presidente da República, configurou parte fundamental para o alcance dessa posição para o Brasil. Na próxima seção será discutido o Panorama Individual, a partir de suas ações no período anterior à guerra como fase fundamental para a construção de seu nome.

PANORAMA INDIVIDUAL

Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942), paraibano nascido em Umbuzeiro, possuía um vasto histórico como jurista antes mesmo de arcar com as funções de chefe da delegação brasileira na Conferência de Paz de 1919 e, posteriormente, presidente da República. Nesta seção, busca-se entender em qual contexto individual Eptácio Pessoa se inseria nos panoramas externo e interno descritos. Desse modo, as seções a seguir têm a finalidade de orientar como foi dada a construção de seu nome - anterior a 1917 - em busca de esclarecer como o paraibano se destacou nacionalmente e foi nomeado ao cargo que mudaria sua vida - de chefe de delegação.

Construção do nome

Eptácio Pessoa iniciou sua carreira em Pernambuco como promotor interino, e posteriormente, passou a ser promotor efetivo em 1887. Com o passar dos anos, assumiu a Secretaria de Governo da Paraíba, foi Deputado à Constituinte e nomeado lente catedrático da Universidade de Direito de Recife. No final da década de 1890, tornou-se Ministro da Justiça e Negócios Interiores de Campos Salles, no entanto, solicitou exoneração em 1901. No ano

seguinte foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal - inaugurando o período de maior prestígio pessoal até o momento - e, em seguida, Procurador-Geral da República, função a qual pediu novamente exoneração em 1905. Em 1909, elaborou o Código de Direito Internacional Público do país a pedido do Barão do Rio Branco, o que, para alguns, foi uma das principais ações que tiveram repercussão nacionalmente e que garantiu futuramente a presença de Eptácio na delegação brasileira (APLPB, sem data; BRASIL, 2018; FAGUNDES, 2013; FRANCA FILHO, 2013; GARCIA, 2013; GASPAR, sem data; NOLETO, 2009).

Para Franca Filho (2015), o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal é, na maioria dos casos, o último passo de uma carreira jurídica de sucesso. Eptácio o ocupou antes dos 40 anos de idade, após a nomeação do então presidente da República Campos Sales:

Tenho particular satisfação em comunicar que acabo de assinar o decreto de sua nomeação para do ministro Supremo Tribunal – elevado cargo em cujas funções julguei dever aproveitar a sua superior capacidade intelectual e moral. Aceite afetuoso cumprimentos de seu amigo, Campos Salles (CAMPOS SALLES, 1902 *apud* FRANCA FILHO, 2015).

Campos Salles não era o único que acreditava no potencial de Pessoa, como é possível ver nos depoimentos de José Castro Nunes - redator e cronista brasileiro - e Levi Carneiro - jurista e escritor brasileiro - (ABL, sem data; FGV, sem data), respectivamente.

Conheci o Dr. Eptácio quando Ministro do Supremo Tribunal e Procurador-Geral da República. Levava sobre os seus eminentíssimos colegas a vantagem de falar excelentemente. Era um orador perfeito, argumentador exímio, mas orador para parlamentos ou auditórios seletos que pudessem acompanhar-lhe os raciocínios concatenados na exposição precisa e eloquente do seu ponto de vista (JOSÉ CASTRO NUNES, 1957 *apud* NOLETO, 2009, p. 50).

Ninguém excedeu [Eptácio] na clareza, na segurança, no brilho, com que expunha e discutia todas as questões; ninguém teve maior ascendência naquele [Supremo] Tribunal nem o dominou mais fortemente pelo prestígio da palavra e pela força de persuasão (LEVI CARNEIRO, 1977 *apud* FRANCA FILHO, 2013, p. 27).

Pessoa logo teve sua atuação destacada de modo que em 1915 se tornou Senador da República pelo estado da Paraíba (FRANCA FILHO, 2015). Ao chefiar a política paraibana realizou uma campanha popular no interior do estado e, por conta de sua oratória, impressionou a população. Mesmo com inúmeros adversários políticos que buscavam intervir contra seu mandato, o senador obteve reconhecimento pela Câmara de seus deputados (DIAS, sem ano). No entanto, é válido destacar que no país, em especial na Paraíba, nesse contexto de Primeira República, os laços entre política e parentela eram comuns. Lewin (1993 *apud*

GOMES, 2017, p. 14) acrescenta que, “apesar do esforço direto do político paraibano para expandir o poder da sua família política como político”, “Epitácio foi um produto direto da parentela”.

Entretanto, há autores que defendem o brilhantismo da carreira de Epitácio Pessoa ao longo de sua trajetória. Mello (2014) defende que Epitácio tinha

vocação legítima de estadista, [e] defrontou no governo e fora dele, lutas e adversários de grande porte. Epitácio Pessoa, porém, jamais condescendeu com qualquer fraqueza ou tibieza de caráter, elevando bem alto o conceito de personalidade que lhe assinalou singular destino no cenário de nossa vida pública. Parlamentar, ministro de Estado, ministro do Supremo Tribunal Federal, [posteriormente] presidente da República, ministro da Corte de Justiça Internacional de Haia, em todas essas posições eminentes, o grande brasileiro sempre revelou-se um paradigma da inteligência latina e um brilhante ornamento de nossa cultura. Estudioso dos problemas do direito, jurisconsulto que foi, na mais alta expressão do termo, cumpre destacar a fecunda contribuição por ele dada a esse monumento legislativo que foi o Código Civil brasileiro, um dos maiores serviços prestados ao Brasil pelos velhos republicanos (MELLO, 2014, p. 106).

Pessoa, ao longo dos anos, adotou a resolução pacífica dos diferendos em suas práticas e tornou-se conhecido por sua especialidade no Direito Internacional, sobretudo ligado às fronteiras nacionais e internacionais após ser convidado para resolver questões para o país nesse âmbito. Conhecido por ser um homem culto, Epitácio era defendido por proteger os interesses nacionais e por declarar seus pontos de vista a partir de uma oratória fantástica (FRANCA FILHO, 2013; NOLETO, 2009; MOTA, FERREIRA, 2010; .STREETER, 2010). Haroldo Valladão, jurista que atuou durante o século XX no país, completa que

difícilmente se poderá encontrar uma figura tão completa de jurista qual a de Epitácio Pessoa. Tornou-se homem do direito e exerceu as múltiplas atividades de jurisperito, no seu grau máximo, relevando sempre competência, zelo e altivez. Privilegiado de talento e de cultura, possuindo extraordinário brilho de expressão, a falar ou a escrever, harmonizou essas qualidades para o esplendor de uma vida de jurisconsulto (VALLADÃO, 1977 *apud* FRANCA FILHO, 2013, p. 29).

Por conta do cenário de parentela na Paraíba - em que a relação entre política e família era comum - e durante seu mandato de senador da Paraíba, Epitácio governou assuntos locais com seus aliados por mais de uma década e meia, de modo que esse período é chamado, para alguns, de “era de ordem de Epitácio Pessoa”, ao qual se diferencia dos anos anteriores, conhecidos pela desorganização interna do estado. No entanto, isso não quer dizer que Epitácio Pessoa se dedicava exclusivamente à Paraíba. Ele morava no Rio de Janeiro com sua esposa e filhas, uma vez que acreditava que era possível ter mais influência na capital, por ser a sede do poder federativo. Essa distância, por outro lado, incomodava políticos paraibanos,

que nem sempre conseguiam negociar questões políticas com Pessoa. A distância de trem entre as capitais era de 6 a 8 dias (STREETER, 2010). Segundo Oswaldo Trigueiro, figura próxima à família de Pessoa, Epitácio

como um líder, sabia como manter sua distância e não permitiria intimidade. (...) Nas segundas, ele receberia Paraibanos em sua casa na Rua dos Voluntários da Pátria [no Rio] - apesar de que ele nunca foi à estação buscar ou levar nenhum deles. Eu não consigo lembrar nenhum almoço ou jantar com algum dos nossos senadores - da mesma forma, ele raramente os convidava para sua casa (TRIGUEIRO *apud* STREETER, 2010, p. 72, tradução nossa).

Assim, Trigueiro trata Epitácio como “o oposto de um político inteligente. Ele era orgulhoso de enfrentar crises e fazer amizades” (TRIGUEIRO *apud* STREETER, 2010, p. 73, tradução nossa). Em concordância ou não com Trigueiro, Pessoa escreveu uma carta ao então governador do estado Camilo de Holanda indicando que teria certa incompatibilidade entre sua personalidade e as pressões exercidas na função de Senador, de modo que queria desligar-se desse papel. Ele indicou que alguns problemas de saúde relacionados a complicações no sistema nervoso também influenciaram a decisão. Discute-se hoje se essa carta pode ter sido um artifício para uma manobra política - para que Pessoa lançasse sua carreira a outros patamares -, uma vez que, o político não demonstrou nenhuma preocupação contundente em afrouxar seus afazeres políticos dentro do âmbito da política estatal (STREETER, 2010).

Como é possível observar baseado nos depoimentos, foram criadas imagens de Epitácio Pessoa que legitimaram sua atuação e existência política, de modo que fossem vistos “vários ‘Epitácios’ e múltiplos ‘Pessoas’” (GOMES, 2017, p. 14), com traços singulares e que permitiram montar um significado maior à figura de Epitácio Pessoa como advogado internacional, negociador, com conhecimento acerca da Europa e forte defensor da soberania nacional (NOLETO, 2009; STREETER, 2010). Desse modo, antes de ocupar os cargos de Chefe de Delegação e presidente da República,

Epitácio Pessoa já possuía uma vasta experiência burocrática, tanto no legislativo como no judiciário, como promotor público, Juiz, Secretário-Geral do Estado da Paraíba, Deputado pela Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Federal, Ministro de Estado, Ministro do STF, Procurador da República (...). Nesses anos, encontramos o sujeito Epitácio Pessoa nos lugares de domínio do funcionalismo público e em cargos políticos, mas também envolto em intensa atividade intelectual e em relações de poder de conchavos políticos regionais, notadamente, no seu Estado natal, a Paraíba, onde sustentava e articulava uma rede de base familiar do tipo oligárquica (COSTA, 2017, p.7).

Em 1917, pouco antes do Brasil declarar guerra oficialmente à Alemanha e quebrar sua política de neutralidade, Epitácio Pessoa foi orador do banquete realizado em oferecimento aos candidatos à presidência e à vice-presidência Rodrigues Alves e Delfim Moreira, respectivamente. Nesse discurso, aponta-se que Pessoa, nas entrelinhas, mostrou certa ambição quanto as futuras candidaturas à Presidência da República, o que configurou sua fala como um “discurso-plataforma” pela imprensa à época (COSTA, 2017; DIAS, sem ano).

Apesar de todo o prestígio interno quanto à sua imagem e seu extenso conhecimento jurídico, Epitácio Pessoa tinha a fraqueza de não ter experiência diplomática. Sua formação no Direito e toda sua caminhada profissional o oferecia largas habilidades na advocacia e na política, no entanto, não na atividade diplomática. Isso, no entanto, não pareceu ser um empecilho quando, posteriormente, Pessoa foi convidado a chefiar a delegação brasileira na Conferência de Paz em Paris (STREETER, 2010).

Considerações parciais

A construção do nome de Epitácio Pessoa foi fruto de uma trajetória política de sucesso. Nesse histórico, Pessoa foi reconhecido nacionalmente como um político e jurista de larga experiência e merecimento, capazes de fazer com que seu nome e atuação ficassem consagrados dentre os políticos de maior escalão no país.

Cabe dizer que Epitácio, dentre seu leque de escolhas durante os anos, pode ter agido de forma estratégica já aspirando aos maiores cargos da política nacional. No entanto, segue o pensamento de que Epitácio Pessoa, a partir de seu trajeto, construiu seu nome de tal forma que, em 1919, foi convidado a participar da Conferência de Paris de 1919.

CAPÍTULO 2 - O DIPLOMATA

1919

PANORAMA EXTERNO

Nessa seção, apresenta-se a Conferência de Paz de 1919, tal como a construção da Liga das Nações, para visualizar como as negociações desse evento influenciaram o panorama externo mundial no ano de 1919. Não somente o âmbito internacional, cada delegação que representava seu país atuava de modo a também gerar influências para o âmbito doméstico.

Logo, observar como se estruturou a Conferência, assim como suas principais comissões, é interessante para compreender quais influências seriam oriundas das negociações. Será falado também sobre os discursos de Woodrow Wilson, então presidente dos EUA e a criação da Liga das Nações, bem como o posterior isolacionismo estadunidense após o congresso negar a participação na Liga.

Ao final de 1918, a Primeira Guerra Mundial chegou ao fim. Com isso foram iniciadas uma série de reuniões com diplomatas de 29 países com o objetivo de estabelecer a paz e a (nova) ordem mundial. Além desses anseios, as nações vitoriosas tinham diversos interesses - muitos escondidos -, no entanto, tinham em comum os principais problemas provenientes da guerra (SHEPLEY, 2011).

Nesse momento, o contexto era de esperança e crença em dias melhores, porém, meio ao desmantelamento dos países por conta do conflito. As populações acreditavam que essa seria “a guerra para acabar com todas as guerras” e que o despertar da opinião pública para os assuntos internacionais seria o prenúncio de uma nova era de relações pacíficas entre os povos” (GARCIA, 2000, p.8). Para discorrer sobre os problemas em destaque foi realizada a Conferência de Paz de 1919, instaurada logo após o armistício de paz em 1918.

A estrutura da Conferência de Paz de 1919

A Conferência de Paz de 1919 (ou Conferência de Paris ou somente Conferência de 1919) foi um dos eventos mais importantes do século XX, sendo a reunião internacional mais importante desde o Congresso de Viena, em 1815. Nela, os delegados teriam o dever de decidir os caminhos a serem seguidos numa nova estrutura de forças global após a Primeira Guerra Mundial, em busca de (re)construir o mundo moderno (FARIA, 2015; GARCIA, 2013; STREETER, 2010).

O corpo das reuniões da Conferência era estruturado em comissões de agendas específicas presididas individualmente por cada um dos cinco presidentes nomeados: França, EUA, Reino Unido, Itália e Japão (FARIA, 2015; GARCIA, 2013). Ainda de acordo com Faria (2015, p.2), as comissões eram as seguintes:

I. Liga das Nações e Comitê Militar e Naval Intercalado;

II. Responsabilidade dos Autores da Guerra e Execução de Penalidades;

Esta comissão discutia os seguintes pontos:

1. Atos Criminosos.
2. Responsabilidade dos Autores da Guerra.
3. Violação das leis e costumes da guerra.

III. Reparação de danos;

Esta comissão discutia os seguintes pontos:

1. Avaliação de danos.
2. Medidas de Controle e Garantias.
3. Questões Monetárias.

IV. Questões Territoriais;

Esta comissão discutia os seguintes pontos:

1. Estudo das Fronteiras Orientais (incluindo assuntos da tchecoslovacos, poloneses e bálticos).
2. Estudo de Assuntos Ocidentais (disputa pela região da Alsácia-Lorena).
3. Colônias Alemãs

V. Tratado com a Alemanha;

Esta comissão discutia os seguintes pontos:

1. Controle da produção de materiais de guerra na Alemanha
2. Desarmamento do Exército Alemão
3. Estudo dos meios de impor as condições do armistício na Alemanha
4. Cláusulas Militares, Navais e Aéreas”

As nações participantes tinham interesses específicos, apesar de participarem de reuniões com pautas pré-definidas. A primeira sessão plenária foi realizada em 18 de janeiro de 1918, presidida por *Clemenceau* - presidente do Conselho de Ministros da França -, com 32 representantes de nações (GARCIA, 2013). De acordo com Streeter (2010), a preocupação da França, por exemplo, correspondia sobre o que fazer com sua vizinha Alemanha, enquanto

a preocupação britânica focava na manutenção de uma balança de poder europeia favorável à nação. Desse modo, para esses países, a interação com o Brasil não era uma prioridade.

Um dos resultados das reuniões da Conferência de Paz foi o Tratado de Versalhes. Esse documento culpou a Alemanha pelo conflito e, por isso, decretou uma série de cláusulas que geraram enfraquecimento no país, sobretudo nos âmbitos econômico e militar.

Contudo, os países membros da Conferência ainda tinham diferentes visões sobre quais deveriam ser as consequências para a Alemanha: franceses e britânicos defendiam que os alemães pagassem as indenizações necessárias - cobrindo todos seus custos na guerra -, de modo que pagar pela agressão faria com que novos conflitos não surgissem. Os EUA, por outro lado, defendiam que o país pagasse de acordo com sua capacidade momentânea em prol da manutenção da paz a longo prazo, a partir de uma visão mais idealista (FRIEDEN, 2008; HAAG, 2009; HOBSBAWM, 1995).

No documento, em nome das reparações causadas às nações vitoriosas, foram impostos pagamentos altíssimos à Alemanha, tida como a única responsável pelo conflito pela cláusula da “culpa de guerra”. “Em 1921, a soma foi fixada em 132 bilhões de marcos ouro, ou seja, 33 bilhões de dólares na época, o que todo mundo sabia ser uma fantasia” (HOBSBAWM, 1995, p. 81). Os valores altíssimos e a severidade das punições fortificaram o nacionalismo radical alemão. A saída do país foi, então, recorrer a inúmeros empréstimos, principalmente estadunidenses, fazendo com que, futuramente, o país se afundasse em dívidas (HOBSBAWM, 1995).

Concomitante às discussões do Tratado de Versalhes, durante as sessões da Conferência de Paz, o então presidente dos EUA, Woodrow Wilson, se destacou nas reuniões; alguns apontam que o estadunidense até mesmo dominou os encontros. Essa postura é condizente com as modificações de estrutura de poder internacionais que aconteciam, as quais colocaram os EUA “de credor menor, protecionista e antipadrão-ouro a bastião da ordem econômica internacional. (...) Esses elementos pareciam bem melhores vistos do posto de comando da economia internacional do que das regiões periféricas ou intermediárias” (FRIEDEN, 2008, p. 203). Levando em consideração que a Conferência de 1919 tinha o objetivo de desenhar as novas ordens mundiais e que seu desenrolar foi gerenciado pelos EUA, os indicadores e formatos do mundo pós-conflito foram praticamente ditados pelos interesses estadunidenses (FRIEDEN, 2008; GARCIA, 2013).

Nesse contexto, o presidente Wilson propôs em um de seus discursos na Conferência, 14 pontos que considerava fundamentais para selar a paz e o equilíbrio entre os povos em âmbitos globais a partir de uma visão idealista de “paz sem vencedores”. Nos pontos, Wilson

ênfatiou o livre-comércio e navegação entre as nações em prol da cooperação internacional na diplomacia e economia. O terceiro ponto de Wilson⁷, por exemplo, tratou especificamente da instalação dessas condições comerciais igualitárias, enquanto no último ponto⁸, o presidente apresenta a ideia da construção de uma associação mundial de nações em busca de segurança política e integridade territorial estendida a todos os Estados (FRIEDEN, 2008; LINK, 1971). Essa associação, criada com o nome de Liga das Nações, que será discutida adiante.

A Liga das Nações e o isolamento dos EUA

A Liga das Nações era a alternativa do presidente dos EUA para impedir outro conflito de proporções mundiais. Para isso, essa associação de Estados independentes deveria abranger soluções democráticas e pacíficas aos problemas que surgissem no cenário internacional ao promover uma nova ordem mundial nos moldes de um acordo de paz internacional (GARCIA, 2013; LACERDA, 2013; HOBSBAWM, 1995). No entanto, o senado estadunidense se negou a fazer parte da Liga - e não ratificou o Tratado de Versalhes -, indo de encontro com as ideias de Wilson. Uma das justificativas para a rejeição era de que parcelas nos EUA não concordavam com o fato da nação se relacionar com países

que pareciam incapazes de governar a si mesmos ou de se relacionar com outros sem a utilização de grande violência. (...) Essa decisão foi confirmada e sedimentada em novembro, quando as eleições nacionais concederam o controle da Presidência e do Congresso aos republicanos. Embora alguns republicanos apoiassem a Liga, em geral o partido – que ficaria à frente da Presidência e do Congresso até 1933 – era liderado por homens que encaravam a participação norte-americana nos assuntos europeus com suspeita ou desdém. Tal visão se estendeu por quase todos os aspectos da diplomacia econômica internacional e atingiu todas as questões de economia global (FRIEDEN, 2008, p. 204).

Com a saída dos EUA, o Brasil foi a única nação americana no Conselho (GARCIA, 2000 *apud* HAAG, 2009; FRANCA FILHO, 2013). Inicialmente, a Liga solucionou disputas de pequeno porte, como o caso da disputa das Ilhas Aland pela Finlândia e Suécia. No entanto, com a recusa dos EUA, o funcionamento da Liga com os moldes inicialmente propostos foi um fracasso – apesar de ter colaborado para coleta de estatísticas (HOBSBAWM, 1995). Com isso, o isolacionismo estadunidense criou margem para uma

⁷“The removal, so far as possible, of all economic barriers and the establishment of an equality of trade conditions among all the nations consenting to the peace and associating themselves for its maintenance” (LINK, 1971, p.1).

⁸“A general association of nations must be formed under specific covenants for the purpose of affording mutual guarantees of political independence and territorial integrity to great and small states alike” (LINK, 1971, p.1).

espécie de rivalidade entre as grandes nações, o que atravancou as relações comerciais e financeiras no mundo. Mesmo com a ausência do país na Liga das Nações, o capital estadunidense permaneceu fluindo de forma livre no restante do globo, o que parecia suficiente para a permanência da economia mundial (FRIEDEN, 2008; HAAG, 2009).

Considerações parciais

A Conferência de Paz de 1919 dá fim à Primeira Guerra Mundial. Nela, foram discutidos diversos pontos que buscaram estabelecer o processo de paz pós-conflito e estabelecer a nova ordem mundial que moldaria as relações internacionais a partir de então. Temas como o Tratado de Versalhes, os 14 Pontos de Wilson e a Liga das Nações foram amplamente negociados entre os países e suas respectivas delegações participantes.

Nesse contexto, pode-se dizer que os EUA, pelo papel de liderança de seu presidente Woodrow Wilson frente às negociações, se posicionaram na dianteira do andamento da Conferência - sobretudo ao anunciar os 14 Pontos de Wilson e sugerir a formação da Liga das Nações. A posição de proeminência de postura dos EUA frente aos outros Estados participantes correlata à construção do quadro de forças internacionais que se estabelecia à época.

Esse contexto é de fato crucial para entender qual o comportamento do Brasil, como membro convidado da Conferência, a partir da atuação da delegação brasileira chefiada por Epitácio Pessoa. O comportamento da comitiva foi desempenhado de acordo com seus interesses nacionais, assim como será visto no próximo tópico.

PANORAMA INTERNO

Após o entendimento do panorama brasileiro no período da Primeira Guerra Mundial, é passado nesse momento um período posterior, quando ocorrem as conferências de paz pós-Primeira Guerra. Entender esse panorama contribui para a compreensão de qual imagem o Brasil buscava empreender desde a quebra da neutralidade para o conflito, até a atuação nestas conferências. Assim, o comportamento interno brasileiro nesse momento diz muito sobre suas pretensões internacionais, levando também em conta que os objetivos de angariar prestígio internacional da forma como foi realizada não era unânime entre as parcelas do país. No entanto, o Brasil viu na diplomacia uma maneira estratégica de conquistar prestígio internacional para si (HILTON, 1980 *apud* LACERDA, 2013; LACERDA, 2013).

Com o intuito de compreender esse comportamento, é tratada nessa seção a participação do Brasil na Conferência, de modo que sua presença buscava garantir assentos exclusivos no encontro destas nações. Essa participação, de fato, trouxe novas oportunidades para o país, ainda no quesito de prestígio mundial. À grosso modo, a participação do país na Conferência de 1919 e Liga das Nações ocorreu a partir de uma aproximação aos EUA, e que esta lhe garantiu bons resultados e frutos nas negociações. Para chefiar a delegação brasileira, o nome escolhido foi o de Eptácio Pessoa, cuja atuação foi em buscar projeção do Brasil dentro do cenário internacional (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2000; SANTOS, 2003) e que será tratada adiante.

Participação no Brasil nas conferências pós-Primeira Guerra Mundial

Acabado o conflito, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial assegurou sua presença na Conferência de Paz de 1919, inclusive como membro-fundador da Liga das Nações, em ambos os casos com assentos destinados à delegação brasileira (BUENO, CERVO, 2002; FAGUNDES, 2013; GARCIA, 2013; LACERDA, 2013). Esse fato é relevante para ressaltar que é nesse período que a América Latina emergiu na política internacional a partir das modificações oriundas do conflito. (GARCIA, 2006). Essa participação, então, garantiria novas oportunidades para países da América Latina, sobretudo para o Brasil - oportunidades estas anteriormente experienciadas em poucas situações como em algumas conferências pan-americanas e na Conferência de Haia (GARCIA, 2006; HAAG, 2009).

Segundo Garcia (2005 *apud* LACERDA, 2013, p. 42), “a aspiração de participar das grandes decisões mundiais era um traço característico da Política Externa Brasileira do período”. Lacerda (2013) acrescenta que os laços de amizade e dependência econômica com os EUA se mantinham nesse período graças a uma visão pan-americana estabelecida nos anos anteriores. Esperava-se pelos brasileiros que a participação do país na Conferência de 1919 e Liga das Nações ocorresse a partir de sua cordialidade especial com os EUA, e que esta lhe garantisse bons resultados e frutos nas negociações, uma vez que a presença nas conferências teria efeito positivo no que concerne à opinião pública brasileira (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2000; GARCIA, 2006; GARCIA, 2013; LACERDA, 2013).

A amizade e prestígio do então Ministro das Relações Exteriores Domício da Gama com autoridades estadunidenses foi considerada útil para que o Brasil participasse da Conferência com um número justo de delegados. Essa oportunidade marca a percepção das

elites brasileiras de que o reconhecimento internacional neste momento faria a diferença na posição brasileira na hierarquia do mundo, o que posteriormente justifica a fixação do país em garantir um assento permanente na futura Liga das Nações (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2000; GARCIA, 2006; GARCIA, 2013; PINHEIRO, 2004 *apud* HAAG, 2009).

Segundo Silva (1998), a diplomacia brasileira, em prol desse prestígio internacional que clamava, recorria à tradição diplomática do Brasil. O país, além de esbanjar suas dimensões continentais e demográficas e seu território estratégico dentro da América do Sul, apresentava seus princípios diplomáticos de pacifismo, respeito ao Direito Internacional e igualdade soberana, que calhavam com o que era proposto na Liga. A candidatura do Brasil ao futuro Conselho da Liga era vista e tratada como natural por parte dos brasileiros, sobretudo em virtude das boas relações do país com os EUA.

Ao formar a delegação que iria ser enviada à Paris para a Conferência de Paz de 1919, inicialmente foi pensado o nome de Rui Barbosa por conta de seu prestígio internacional advindo da participação na Conferência de Haia, em 1907. Entretanto, Barbosa declinou o convite ao alegar que os tratados internacionais que seriam firmados na Conferência seriam “farrapos de papel” firmados pelas grandes potências exclusivamente de acordo com seus interesses (GARCIA, 2000; GARCIA, 2006; MCCREERY, 2010). Moniz Bandeira (1973) ainda acrescenta que o nome de Rui Barbosa teria sido vetado pelos EUA, uma vez que Barbosa não agradava o governo estadunidense⁹ (BANDEIRA, 1973 *apud* GARCIA, 2000).

O segundo nome escolhido para chefiar a delegação brasileira foi Epitácio Pessoa. Juntamente a ele, a delegação foi composta por Olinto de Magalhães (médico e diplomata), Pandiá Calógeras (político), Raul Fernandes (político e diplomata), Rodrigo Otávio Menezes (consultor jurídico), o comandante Malan d’Angrogne (consultor militar), o capitão-de-fragata Armando Burlamaqui (consultor naval), Hélio Lobo (secretário-geral), sete secretários e oito adidos (GARCIA, 2006).

Vale salientar que Pandiá Calógeras, membro da delegação e deputado por Minas Gerais, antes da ida de Epitácio Pessoa à Paris, já trabalhava nos primórdios da Conferência na França a fim de ampliar as bases de decisões brasileiras. (BUENO, CERVO, 2002). Assim, ele foi anteriormente à delegação para acompanhar os trabalhos prévios e preparar a chegada da delegação completa. Calógeras tinha a esperança de ver a projeção do Brasil como destaque internacional, de modo que o país não poderia ter comportamento indiferente ao

⁹A afirmação de Moniz Bandeira é criticada por nomes que atribuem a recusa de Rui Barbosa a uma escolha particular e não a motivações macro (GARCIA, 2000).

novo cenário pós-guerra para não desperdiçar a oportunidade que se abria de imagem de grande potência mundial. (GARCIA, 2000).

No entanto, antes mesmo de chegar em Paris, a delegação brasileira enfrentou seu primeiro desafio: o aceite internacional de seu número excedente de assentos para a Conferência. No subtópico a seguir será visto a trajetória desse primeiro desafio e como a cordialidade brasileira com os EUA foi utilizada como instrumento estratégico para a resolução desse problema.

Problema com número de delegados

Para atuar na Conferência de 1919, os membros da delegação brasileira viajaram à Paris destinados a ocupar os assentos da reunião, excedendo o limite estipulado. Para conseguir que esse número maior fosse aceito, Domício da Gama, então Ministro de Relações Exteriores recorreu à Embaixada brasileira em Washington para solicitar apoio dos EUA ao Brasil através do Secretário de Estado Interino Frank Polk. Domício argumentava que a diminuição do número de delegados seria humilhante. Polk defendeu a causa brasileira, alegando que o país merecia tratamento favorável por ser o único país da América do Sul a ter lutado com os aliados (GARCIA, 2006; LACERDA, 2013).

Na primeira reunião dos representantes das grandes potências, o Presidente dos EUA Woodrow Wilson acatou a solicitação brasileira. À priori, o Brasil deveria ter a mesma quantidade de assentos que a Bélgica e Grécia, por exemplo, com dois cada um, entretanto, Wilson utilizou o argumento do tamanho do território e da população do Brasil para garantir um número maior, gerando insatisfação entre os outros países participantes da Conferência. Os EUA, por sua vez, agiram dessa maneira pragmática ao tentar evitar a influência alemã no Brasil. Assim, eles tinham o interesse de afastar a Alemanha do Brasil, alegando a posição “excepcional” de três delegados brasileiros como útil aos aliados (GARCIA, 2006; LACERDA, 2013; STREETTER, 2010).

Em reação à decisão dos EUA, o Primeiro-ministro britânico David Lloyd George argumentou que a representação deveria ser proporcional aos feitos de cada país e lembrou Bélgica, Grécia e Sérvia. A ação do Primeiro-ministro tomou repercussão gerando espanto entre os outros países quanto à escolha dos EUA, que acusaram esse movimento estadunidense de conter “certo perfume pan-americano” (LIBRE PROLA *apud* GARCIA, 2006, p. 51). A condição de aceite para que todas as nações entrassem em acordo foi, então,

que o Brasil ficasse com o mesmo número de delegados que Bélgica e Sérvia, trazendo a ideia de justiça na Conferência (BUENO, CERVO, 2002).

A delegação brasileira considerou o acordado um triunfo diplomático e vitorioso, de modo que satisfazia tanto a opinião pública brasileira e a delegação enviada, quanto os outros Estados presentes na discussão (GARCIA, 2006; GARCIA, 2000). A partir disso, o país passou a atuar na Conferência.

O Brasil na Conferência de Paz de 1919 e Liga das Nações

Como visto, a Conferência ocorreu em formas de reuniões com delegações dos países nos meses seguintes. Seu funcionamento se dava a partir de conferências maiores que tratavam dos interesses gerais dos Estados em todas as sessões; e conferências exclusivas, cujo objetivo era discutir interesses particulares dos países, sobretudo de menor porte e, conseqüentemente, considerados menos preponderantes. (GARCIA, 2006; GARCIA, 2013; STREETER, 2010).

Esse tipo de postura exclusivista de interesses de potências de grande porte irritava a delegação brasileira, sobretudo Eptácio Pessoa e Calógeras. A impressão que ficava era de que tudo seria decidido por grandes potências e a presença de menores Estados serviria apenas para garantir um caráter liberal e inclusivo às reuniões de fachada. Assim, a delegação brasileira iniciou uma série de protestos e articulações com nações de menor escala em busca de garantir a defesa dos interesses destes e do Brasil (GARCIA, 2000; GARCIA, 2006; GARCIA, 2013).

No entanto, Domício da Gama tinha receio de criar atrito com EUA e abalar toda a construção de um laço de amizade entre ambos os países e defendeu que o lugar do Brasil era de fato menor nas conferências e que o país não podia lutar pelo contrário. Seus argumentos eram: a) o lugar de destaque nas assembleias caberia às nações vencedoras; b) o Brasil não podia reclamar de um congresso no qual foi apenas convidado a participar; c) era necessário que a delegação fosse prudente para evitar votos de interesse político dominante; d) as conferências se alastrariam muito se todos os detalhes particulares dos países fossem discutidos (GARCIA, 2006; LACERDA, 2013). Contudo, Calógeras respondeu ao Domício alegando que, mesmo os interesses dos países maiores e menores tivessem sido distintos, as soberanias precisavam ser consideradas iguais (GARCIA, 2000).

Além dessa discussão, a Conferência de 1919 também foi responsável para discutir e propor a criação da Liga das Nações; e o Brasil também fez parte desse movimento, como será indicado no próximo subtópico (GARCIA, 2000; STREETER, 2010).

A Liga das Nações

A Liga foi criada com o objetivo de preservar a paz e impedir novas guerras ao longo da Conferência de Paz de 1919. Ela foi elaborada a partir do 14º Ponto do presidente Wilson que diz que “uma associação geral de nações deve ser formada sob pactos específicos com o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial para grandes e pequenos Estados indistintamente” (HARTMANN, 1985 *apud* GARCIA, 2000, p. 15). Sua estrutura foi formada a partir de um Conselho Executivo composto por membros permanentes (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão) e membros provisórios, de modo que estes assentos seriam promovidos por eleição (BUENO, CERVO, 2002).

Por ter participado da guerra, o Brasil foi membro fundador da Liga (GARCIA; 2013; SANTOS, 2003) e, como membro provisório com mandato de três anos, seria supostamente reeleito para o Conselho nas eleições seguintes à formação da Liga (BUENO, CERVO, 2002; LACERDA, 2013; STREETER, 2010). Participar da Liga das Nações foi útil ao Brasil por ser uma maneira de diversificar sua prática de multilateralismo político e universal, uma vez que eram poucas as conferências de grande porte que tinha participado anteriormente (HAAG, 2009; SANTOS, 2003). Vale salientar que nela, a delegação brasileira continuou a adotar o mesmo comportamento de aproximação aos EUA que estava sendo realizada até o momento.

Assim, a delegação chefiada por Eptácio Pessoa apostou em uma atuação conjunta dos EUA e Brasil na Conferência. Esse estreitamento trouxe diversos benefícios como prestígio para o país, além de um maior laço da amizade entre as duas nações, que já vinham em uma trajetória de cordialidade comum. O Brasil, então, entra na Liga com uma imagem positiva pelas nações e assume, internacionalmente, a noção de que a vida política universal está centrada em Genebra, o que gera boas reações por parte dos Estados envolvidos (BUENO, CERVO, 2002). É válido destacar no contexto em que se inseria a diplomacia e a elite brasileira à época era considerado que a atuação na Liga asseria a oportunidade essencial para que essas parcelas pudessem reforçar seu status de nação de forma internacional (HAAG, 2009; SANTOS, 2003).

O Brasil, a partir dessa boa imagem, desejava um posto permanente no Conselho Executivo. Entretanto, um clima de preocupação começou a surgir a partir de rumores de que

o Brasil não seria reeleito devido ao princípio de rodízio para a ocupação dos assentos. Com essa ameaça, a delegação rapidamente reivindicou seu prestígio internacional para a candidatura do assento. Afrânio Melo Franco, um dos delegados do Brasil na Liga, percebeu que somente o assento no Conselho daria ao país a devida relevância que era buscada. Félix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores após Domício da Gama, acrescentou que conseguir o assento permanente na Liga se tornou um dos principais objetivos de sua gestão (BUENO, CERVO, 2002; STREETER, 2010). Esses posicionamentos contribuem para o entendimento de que o alinhamento com os EUA era considerado peça chave para a política externa do Brasil.

As grandes potências como a Inglaterra, por outro lado, tinham planos de reservar a atuação no Conselho somente aos “grandes interesses”, de modo que somente elas fossem contempladas. Epiácio Pessoa argumentou contra essa ideia mostrando que caso essa premissa fosse aprovada, a Liga não seria uma conferência de nações, mas sim órgão de cinco Estados exclusivos. Ele atuou, então, em prol de nações menores e “naquele momento, o Brasil firmou posição pela igualdade dos Estados e contra as fórmulas discriminatórias que estatuíam formalmente uma distinção entre países de primeira e de segunda classe” (GARCIA, 2000, p. 16; STREETER, 2010). Isso contribuiu para o esforço brasileiro de ampliar a participação de potências menores nas comissões através de um papel de liderança brasileira. (GARCIA, 2000).

Mesmo que as grandes potências não fossem simpáticas à inclusão brasileira (BUENO, CERVO, 2002), foi decidido que países de menor porte poderiam ter quatro representantes no Conselho Executivo da Liga e que os quatro primeiros que ocupassem os postos seriam designados pela Conferência de Paz. Para isso, Epiácio convoca Domício da Gama por conta de seu histórico de amizade com autoridades estadunidenses para que ele entre em contato com o Embaixador dos EUA no Brasil, Edwin Morgan (GARCIA, 2000).

O interesse de Epiácio era de que as demandas brasileiras fossem repassadas ao presidente Woodrow Wilson e seu Secretário de Estado, de modo a invocar o prestígio brasileiro perante aos EUA para que o país fosse designado neste Conselho. Vale salientar que para outros países, o Brasil possuía interesses mesquinhos nessa participação (GARCIA, 2000; STREETER, 2010). Os itens dessas demandas brasileiras serão discutidos no próximo bloco.

Demandas do Brasil na Liga das Nações

Para entender um pouco mais sobre a atuação brasileira na Liga das Nações e os interesses de Eptácio Pessoa e sua delegação nas conferências, volta-se à compreensão de dois grandes motivos de disputa no Brasil nas reuniões: a questão do pagamento do café brasileiro pela Alemanha e a questão do confisco dos navios alemães pelo Brasil.

Questão do pagamento do café brasileiro pela Alemanha

Ainda antes da Primeira Guerra Mundial, o Brasil vendeu todo seu café que estava estocado em depósitos nos portos europeus e guardou seu dinheiro na Alemanha, no banco *Bleichroeder*. Entretanto, com fim do conflito, os alemães entenderam que esse dinheiro brasileiro precisaria ser confiscado para fins de reparação de danos da guerra, gerando descontentamento e revolta no Brasil. Eptácio Pessoa, então, buscou solucionar a controvérsia a partir do argumento de que a atividade de venda do café foi realizada antes da guerra, logo, a devolução do dinheiro teria de ser à parte das resoluções e discussões a respeito do conflito (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2000; GARCIA, 2013).

Com isso, Eptácio garantiu o reconhecimento pela Comissão Financeira da Liga das Nações, indicando que a responsabilidade pelo pagamento era de fato da Alemanha (GARCIA, 2000). Assim, o embate foi resolvido satisfatoriamente em favor do Brasil através do artigo 263 do tratado de paz - um dos poucos que trazia uma menção direta do Brasil -, o qual garantia a restituição por parte alemã dos valores referentes à venda do café anteriormente realizada. No longo prazo, sabe-se que essa restituição integral nunca aconteceu (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2000; GARCIA, 2013; LACERDA, 2013). De acordo com o artigo 263,

a Alemanha dá garantias ao governo brasileiro de que todas as somas provenientes da venda do café pertencente ao Estado de São Paulo nos portos de Hamburgo, Bremen, Antuérpia e Trieste, que foram depositadas no Banco Bleichroeder de Berlim, deverão ser reembolsadas com juros à taxa ou taxa que houverem sido convencionadas. A Alemanha, tendo-se oposto à transferência, em tempo útil, das ditas somas ao Estado de São Paulo, garante também que o reembolso será efetuado à taxa cambial ao dia do depósito (TRATADO DE VERSALHES *apud* GARCIA, 2000, p. 18).

O Brasil, a partir da atuação de sua delegação, garantiu sucesso à causa brasileira nas negociações da Conferência com o apoio fundamental dos EUA (GARCIA, 2013). A seguir, será falado outra dificuldade enfrentada pelo país na Liga, nesse momento condizente à questão do confisco dos navios alemães à frota brasileira.

Questão do confisco dos navios alemães pelo Brasil

O embate do confisco dos navios alemães foi iniciado quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha, assim que quebrou sua política de neutralidade perante à guerra e juntou-se aos Aliados. Quando isso aconteceu, inúmeros navios alemães que estavam atracados em águas brasileiras foram confiscados pela nação. No entanto, durante a Liga das Nações, a posse brasileira desses navios foi questionada de modo que se discutiu, a partir de uma sugestão da delegação francesa, que os navios deveriam ser partilhados entre os ex-Aliados de acordo com suas respectivas perdas marítimas (DIAS, sem ano; GARCIA, 2000; GARCIA, 2013; MCCREERY, 2010).

Assim, a conta deveria ser feita a partir de uma porcentagem de capturas e perdas durante o conflito, nas quais, as capturas de um país não poderiam se sobressair às perdas. Essa definição afetaria em grande modo o Brasil, uma vez que suas capturas durante a guerra eram de fato maiores que suas perdas; sendo assim, o país seria obrigado a ceder navios. Entretanto, os EUA estavam na mesma situação que o Brasil - com o número de capturas mais altas que perdas - o que fez com que o Presidente Wilson não permitisse tais medidas que os prejudicassem. Com isso, o Brasil também se safou das perdas e teve reconhecido o direito de propriedade dos navios (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2000).

A questão do torpedeamento dos navios brasileiros pela Alemanha, antes mesmo do Brasil quebrar sua neutralidade em prol dos Aliados, também entrou no fórum de discussões da Liga das Nações. O Brasil agia em represália à tonelagem de café que tinha sido destruída (BUENO, CERVO, 2002) ao ameaçar não assinar o Tratado de Versalhes caso o veredito de sua demanda não ser positiva. Para garantir que sua solicitação fosse atendida, Eptácio Pessoa recorreu à sua crescente amizade com o presidente Wilson para garantir seus interesses (GARCIA, 2000; GARCIA, 2013). Dentro desse contexto, nota-se um maior estreitamento da relação entre Brasil e EUA, sobretudo a partir dos ‘pedidos de favores’ que Pessoa e Wilson trocavam.

A Alemanha, por outro lado, defendeu-se alegando que tinha o direito de uma indenização por suas perdas. O Brasil, a partir da voz de Eptácio, respondeu à Alemanha afirmando que a medida supracitada veio após o torpedeamento dos navios mercantes e não poderia ser considerada para suspender o pagamento dos navios perdidos e de toda sua mercadoria (BUENO, CERVO, 2002). Ao mesmo tempo do embate sobre o torpedeamento dos navios, ocorreu na Liga das Nações a seleção dos quatro países para compor os assentos não permanentes do Conselho, como será discorrido adiante.

Brasil no Conselho da Liga das Nações

Na seleção dos países que compunham os assentos não permanentes da Liga foram escolhidos Brasil, Bélgica, Grécia e Espanha, confirmando a entrada oficial do Brasil no Conselho da Liga (GARCIA, 2000; LACERDA, 2013). Quando o país ainda não participava efetivamente do Conselho eram defendidas as causas dos pequenos Estados, entretanto, quando o Brasil se tornou membro da cúpula da Liga foi dito que o país “se rendeu à sua aspiração de grandeza e aceitou de bom grado uma posição diferenciada no concerto das nações” (GARCIA, 2000, p. 20).

Nessas demandas, o Brasil adotou em sua atuação na Conferência de 1919 e, consequentemente, na Liga das Nações, uma estratégia de continuar a aproximação com os Estados Unidos estabelecendo uma

parceria assimétrica instrumental à defesa de seus interesses materiais e ao fortalecimento de seu prestígio internacional. Epiácio Pessoa, cultor dessa política, barganhou a ajuda norte-americana nas questões concretas de interesse capital para o país, fazendo algumas concessões em relação ao Pacto da Liga (GARCIA, 2000, p.20).

A diplomacia brasileira, ao perceber a formação de um novo quadro de ordem mundial, enxergou a Liga das Nações como o lugar chave que conduziria o futuro da política internacional. Assim, a Liga e o multilateralismo pregados seriam os pontos de virada para o fim de uma política tradicional do Velho Mundo, onde o velho e o novo em termos de ordem mundial coexistiam, porém em transição (BARACUHY, 2006 *apud* HAAG, 2009; HAAG, 2009). Desse modo, a política brasileira enfrentaria seu “(...) batismo de fogo internacional, com o desafio de fazer política externa à sombra do Barão [do Rio Branco]” (BARACUHY, 2006 *apud* LEITE, 2011). Esse comportamento do Brasil à Liga contribuiu para a cristalização do alinhamento e aproximação do país ao referencial dos EUA, de modo a corroborar uma parceria estratégica de projeção de interesses de ambos os lados.

Com a saída dos EUA da Liga das Nações, após a recusa do Congresso estadunidense de fazer parte da Instituição, o Brasil ocupou o lugar de representação das Américas, o que garantiu sucesso na Política Externa do país (FRANCA FILHO, 2010). A participação na Liga teve reflexos na opinião pública do país, de modo a gerar um debate interno a respeito do comportamento do Brasil nas conferências.

Debate interno sobre a participação do Brasil na Liga das Nações

A respeito da atuação brasileira na Liga, a opinião pública era conturbada. Enquanto as autoridades do governo esperavam que a participação do Brasil gerasse bons frutos em relação à opinião dos brasileiros, alguns setores da sociedade ressaltavam críticas quanto à associação por crerem que a Liga já teria nascido falida e incapaz devido ao conteúdo voltado ao internacionalismo imperialista de seus artigos. Essas mesmas parcelas apontavam que o poder de decisão era concentrado na minoria dos países, sobretudo nas superpotências, de modo que a Liga se tornaria um instrumento de projeção de influência dos países mais fortes (GARCIA, 2000).

Acompanhado dessa discussão, internamente também ocorria outro debate: com a morte do presidente Rodrigues Alves era preciso a eleição de um novo presidente. Para esse cargo foram indicados dois nomes: Rui Barbosa e Epitácio Pessoa - mas esse momento será discorrido no próximo capítulo. Entretanto, é válido sublinhar que foram postas em debate na política interna do país temáticas até então pouco discutidas, como a questão das conferências de paz e da Política Externa Brasileira (BUENO, CERVO, 2002; GARCIA, 2000; GARCIA, 2013).

Considerações parciais

Nesse panorama foi possível entender como a atuação da delegação brasileira nas conferências de paz pós-guerra foram essenciais para a consolidação de uma imagem brasileira de prestígio, de reconhecimento internacional e como influenciador de uma política interna no país. A participação do Brasil nessas conferências foi alvo de debate político em diversos setores da sociedade, os quais se dividiam em defender os ganhos obtidos pela aproximação brasileira com os EUA e recriminar a atenção desproporcional à amizade com os estadunidenses.

É possível confirmar, a partir dessa atuação, que o comportamento brasileiro se deu através de um exercício pragmático e estratégico de fazer política externa e interna, uma vez que o país tinha diversos interesses a serem alcançados e, com a aliança com os EUA, muitas dessas demandas foram alcançadas. Na próxima seção será apresentado dentro do Panorama Individual como a atuação de Epitácio Pessoa se deu para a consolidação desse estreitamento de relações entre Brasil e EUA.

PANORAMA INDIVIDUAL

Parte dos resultados da atuação da delegação brasileira em Paris se deu a partir de Epitácio Pessoa, chefe da comitiva. Com sua experiência de jurista e de Direito Internacional, ele colocou-se à disposição dos interesses nacionais em busca do prestígio internacional sonhado pelo Brasil. Apesar de não ter sido a primeira opção pensada para ocupar esse cargo, Pessoa foi escolhido e representou o país na Conferência de Paz de 1919 (HAAG, 2009; LACERDA, 2013; STREETER, 2010).

Nessa seção será buscado explicar como Pessoa, ao ser nomeado, agiu individualmente em prol desses interesses nas negociações de Paz e como estabeleceu uma aproximação mais estruturada entre o Brasil e os EUA baseada nos laços com o presidente Wilson. Para compreender como foi a ida da delegação para Paris e, posteriormente, como Epitácio se posicionou frente as nações participantes é preciso entender primeiramente como se deu a escolha de seu nome.

Rui Barbosa vs. Epitácio Pessoa

Como visto, para chefiar a delegação brasileira da Conferência de paz, o nome de Rui Barbosa foi o primeiro a ser cogitado pelo então presidente Rodrigues Alves por ser a figura que mais exprimiria a vontade da nação e por já ter certo prestígio internacional (GARCIA, 2006). Barbosa era conhecido e admirado no mundo, sobretudo na Europa, por conta de sua atuação na Conferência de Haia em 1907, a qual lhe designou reconhecimento externo (HAAG, 2009; STREETER, 2010). Inicialmente, com o nome de Rui Barbosa sendo cotado, Epitácio Pessoa, até então somente um político influente no país, demonstrou simpatia a essa preferência natural:

o nome do senador Rui Barbosa é escolhido pela nação inteira, e estou certo de que aquele brasileiro tem a consciência nítida desse apelo do país. Não se trata de uma indicação de governo, de um convite presidente ou vice-presidente da República, e sim da realização de um desejo de todo o Brasil (EPITÁCIO PESSOA, 1918 *apud* GARCIA, 2013, p. 113).

No entanto, por conta de seu alto privilégio nacional e de seu destaque no âmbito jurídico, Pessoa também sabia que seu nome estava sendo sondado:

Fui, é verdade, sondado ligeiramente pelo sr. ministro Domício da Gama, que me disse, fora eu lembrado à Conferência de Paz, juntando a essa insinuação alusões que eram lisonjeiras; limitei-me a agradecer tais referências, nada dizendo, porém, sobre a insinuação - convite velado, o que bem se compreende, porquanto em hipótese alguma eu poderia ser convidado antes do senador Rui Barbosa. Afirmando-lhe mesmo que até agora não me foi feito convite algum; se este vier, nada poderia responder antes de saber como o recebe o senador Rui Barbosa, apesar de toda cordialidade que existe entre nós, e da maneira cativante por que me trata o eminente brasileiro: Ainda mais: para que eu aceite o convite é necessário que saiba antes em que condições seguirei, isto é, se o Brasil terá uma delegação da qual será chefe notável o Senador Rui Barbosa, ou se mandará ao contrário apenas um representante, apenas o Senador Rui Barbosa, sendo os outros seus auxiliares (EPITÁCIO PESSOA, 1918 *apud* GARCIA, 2013, pp. 113-114).

O clima dessa decisão era conturbado internamente e a oposição à Domício fez com que a mídia pressionasse o caso. Sentindo-se acuado - e insatisfeito com o fato de que outros membros da delegação foram convidados sem seu conhecimento - Barbosa declinou o convite alegando que fora feito tardiamente e que foi vítima de uma “sórdida intriga internacional” (BARBOSA, 1956 *apud* GARCIA, 2013, p. 114; STREETER, 2010). Outros fatores também fizeram parte de sua decisão, como seu orgulho e teimosia e aspectos externos. No que diz respeito a esses aspectos, Domício da Gama, então Ministro das Relações Exteriores e ex-embaixador do Brasil em Washington, receava que a presença de Rui Barbosa como figura conhecida e imponente no âmbito internacional pudesse ofuscar sua posição de Ministro (HAAG, 2009; STREETER, 2010). Com o declínio de Barbosa, Pessoa era a segunda opção mais cotada.

Com isso, Epitácio não foi uma escolha óbvia, mas sua decisão pessoal de se desprender de seu cargo político na Paraíba e permanecer no Rio de Janeiro veio a calhar positivamente nesse contexto, de modo que foi convidado para ser o chefe da delegação (STREETER, 2010). Assim foi escolhida a figura de Epitácio Pessoa para representação brasileira que chamava atenção ao ser um grande conhecedor do Direito Internacional e por ter um currículo político substancial, além de possuir vasto entendimento sobre a Europa - por já ter morado no continente. Pessoa também não era visto como antagonico aos EUA, fator que era relevante visto ao histórico de preferência aos EUA na Política Externa Brasileira (CERVO, BUENO, 2002; FAGUNDES, 2013; STREETER, 2010).

Epitácio Pessoa conhecia de forma profunda as minúcias da Primeira República e mantinha contatos com o alto escalão da política brasileira. Isso colaborou com que fosse considerado experiente o suficiente para delegar o país em Paris. Em 1919, partiu como Chefe da Delegação brasileira para a Conferência de Paz para lidar com as consequências do pós-Guerra. Essa oportunidade era raríssima para que o Brasil pudesse ter papel relevante no

cenário internacional e se mostrasse externamente como uma autoridade latino-americana (STREETER, 2010). Assim, além de participar da reunião com grandes personalidades em busca de reconstruir o mundo moderno, Epiácio também estaria à margem da opinião pública nacional - a qual acompanhava de perto cada passo do chefe de delegação. Epiácio Pessoa estava prestes de participar da reconfiguração da ordem mundial abalada após a Primeira Guerra Mundial (GARCIA, 2013), como será visto nos próximos tópicos.

A ida à Conferência de Paz

A equipe da delegação brasileira convocada saiu do Rio de Janeiro para a Europa a bordo do *Curvelo*, navio confiscado da frota alemã durante a guerra como um ato simbólico. No entanto, no meio do percurso, percebeu-se que a viagem iria atrasar em dias, devido à baixa velocidade que navegavam, de modo que a delegação perdesse a abertura da conferência. Isso prejudicaria inicialmente os objetivos da missão de se projetar internacionalmente logo na primeira reunião (HAAG, 2009; GARCIA, 2013; LACERDA, 2013; STREETER, 2010). Para contornar, Pessoa alertou o Ministro Domício da Gama sobre a situação e solicitou que Calógeras e Olinto de Magalhães participassem enquanto a delegação não chegava:

Viagem muito atrasada. Velocidade máxima 10 milhas... Acredito que não chegaremos a Paris antes do [dia] 27... Talvez [seja] conveniente Sua Excelência telegrafar Olinto que, em caso do debate chegar às questões brasileiras, [ele] possa sugerir atraso até a nossa chegada, [uma vez que] trazemos documentos provando os nossos direitos. Saudações carinhosas. Epiácio Pessoa (Epiácio Pessoa, 1919 *apud* STREETER, 2010, p.87, tradução nossa¹⁰).

No entanto, quando chegam em solo europeu, descobrem que o então presidente Rodrigues Alves faleceu (STREETER, 2010). Durante os primeiros dias da delegação brasileira em Paris, muitas dificuldades foram encontradas. Esses obstáculos principais se davam pelas falhas de comunicação com países europeus, que focavam em agendas muito distintas, além dos problemas com transporte e alimentação. Todos estes causavam certas humilhações à delegação brasileira e prejudicavam os interesses da missão da comitiva (GARCIA, 2013; STREETER, 2010). Diante disso, Epiácio descreveu que

¹⁰“Voyage much delayed. Maximum speed steamer 10 miles...Believe will not arrive Paris before 27...Maybe convenient Your Excellency telegraph Olinto in case debate comes to Brazilian questions can suggest delaying until our arrival seeing we bring documents proving our rights. Affectionate Greetings. Epiácio Pessoa”

aí [no Rio de Janeiro] não se tem ideia sequer aproximada das dificuldades na vida aqui. Alojamentos, alimentação, vestuário, condução, tudo a preços fantásticos (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* GARCIA, 2013, p. 115).

Além dessas dificuldades é válido ressaltar que Paris tinha memórias ruins para Eritácio Pessoa, uma vez que foi na cidade francesa que sua primeira esposa morreu no parto (STREETER, 2010). Apesar dos percalços, Pessoa se manteve firme e participou da Conferência, como será visto.

Eritácio Pessoa na Conferência de 1919

O primeiro contato de Eritácio Pessoa com os representantes dos países na Conferência de 1919 foi com *Clemenceau*, representante da França. A partir de uma conversa amigável e que permitiu que conhecesse outros chefes de delegação (STREETER, 2010), Pessoa enviou um telegrama ao Rio de Janeiro com suas primeiras impressões:

Recepção cordial. Lembrei-o da afinidade entre o Brasil e a França e ele respondeu acrescentando as mesmas ideias e declarando-se pronto para nos ajudar a defender nossos interesses. Ele perguntou com insistência [sobre a] minha visão da Liga das Nações, de qual comissão faço parte, expressando-se revelando uma grande divergência com [o] [Presidente] Wilson (PESSOA, 1910 *apud* STREETER, 2010, p. 90, tradução nossa¹¹).

No entanto, apesar do discurso francês, Calógeras alertou Eritácio Pessoa que a França não estava de fato interessada em contribuir com as reivindicações brasileiras. Além da França, Pessoa queria se encontrar pessoalmente delegados chave das grandes potências antes das negociações oficialmente começarem para expor as demandas brasileiras antes da apresentação oficial; isso para tentar influenciar (STREETER, 2010).

Em termos de participação, Pessoa atuou dentro da comissão encarregada da redação da carta fundadora da Liga das Nações. À pedidos do presidente estadunidense Woodrow Wilson, a realização da comissão que discutia a Liga precedeu as demais negociações específicas a serem realizadas na Conferência. Uma vez que o Brasil enxergava a participação na Liga como forma de promover os objetivos de sua missão com o foco em questões relacionadas ao café e a adesão dos navios alemães, Pessoa poderia exercer sua experiência

¹¹“Cordial Reception. I reminded him of the affinity between Brazil and France and he responded adding the same ideias and declaring himself ready to help us defend our interests. He asked with insistence my view of the League of Nations, of which comission I am part, expressing himself in terms revealing a large divergence with (President) Wilson”.

como advogado e jurista para alcançar objetivos almejados pelo país dentro dessa comissão (GARCIA, 2006; LACERDA, 2013; STREETER, 2010).

No entanto, levando em consideração o clima controverso de opiniões quanto a elaboração da Liga, sobretudo entre EUA e França, cabia ao chefe da delegação brasileira se portar de modo a balancear os próprios interesses nacionais. Era interessante uma aproximação com a França, uma vez que a nação poderia ser um forte influenciador positivo no que tange à questão dos navios brasileiros, porém, por outro lado, os EUA “se provavam ser um aliado poderoso nas negociações futuras” ao convidar a delegação brasileira à conferência e afirmar sua posição nas reuniões (STREETER, 2010, p. 90, tradução nossa).

Seguindo os conselhos de Calógeras, Eptácio optou pelo alinhamento aos EUA por acreditar que esse estreitamento seria mais vantajoso para o país do que as aproximações com França ou Grã-Bretanha. Sugeriu, então, que fosse enviado ao Departamento de Estado dos EUA um memorando com as reivindicações dos navios e do café para que seus vizinhos estadunidenses ficassem a par de seus interesses. Ao perceber que os aspectos da Conferência - apesar do discurso dos EUA de diplomacia e inclusão de nações - estavam sendo discutidos somente pelas grandes potências, Eptácio se aproveitou da oportunidade de clamar por prestígio por ter participado da guerra para se aproximar ao ator com mais influência internacionalmente nesse momento, os EUA (GARCIA, 2006; GARCIA, 2013; LACERDA, 2013; STREETER, 2010).

Ciente dos problemas de balanceamento de interesses, Eptácio Pessoa viu que seriam discutidas somente as demandas das grandes potências vencedoras da guerra, cada qual com seus respectivos interesses nacionais. Em uma mensagem ao Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, diz

aqui tudo será decidido exclusivamente entre cinco grandes potências de acordo com seu interesse ou pontos de vista individuais, enquanto a presença de pequenas nações é destinada apenas a dar a aparência [de] organização liberal [à] Conferência (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* STREETER, 2010, p. 91, tradução nossa¹²).

Estados menores tinham pequena chance de voz, de modo que os interesses de países asiáticos ou do “oriente próximo” eram escanteados. A presença de pequenas nações, como o caso do Brasil, Bélgica e Grécia, serviria de fachada para garantir essa aparência liberal à Conferência. Visto isso, Pessoa exerce suas habilidades de jurista e político, além de

¹²“Here all will be decided exclusively [between] five great powers according to their interest or individual points of view while the presence of small nations is destined only to give the appearance [of a] liberal organization [to the] Conference”

excelente orador, para formar bloco de pequenas nações como forma de protesto e para garantir voz aos pequenos Estados dentro da Liga, questionando a “velha diplomacia”. A partir disso, Pessoa defendia os interesses brasileiros - que serão vistos no tópico a seguir - e se tornava uma figura notável entre os demais representantes (GARCIA, 2006; GARCIA, 2013; STREETER, 2010).

Interesses e intenções brasileiras

Epitácio Pessoa tinha a intenção de que o Brasil ultrapassasse suas capacidades diplomáticas até então realizadas. A atuação na Comissão da Liga das Nações era a chance de Epitácio, pessoalmente, se aproximar das grandes nações para galgar esse alavancamento diplomático (STREETER, 2010). Nessa comissão estavam EUA, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão, além dos “poderes com interesses limitados” Brasil, Bélgica, China, Portugal e Sérvia, que contestavam a hegemonia das grandes potências. Após discussões foram acrescentados à comissão Romênia, Polônia, Tchecoslováquia e Grécia; no entanto, discutia-se quem seria a representação desses países menores. A proposta é que fossem escolhidos quatro países, com Brasil e Bélgica (HAAG, 2009; STREETER, 2010). Nessa luta, obteve-se uma vitória pessoal de Epitácio, que fez o uso de sua experiência como advogado e argumentador para criar um bloco de nações menores para defender seus interesses:

Eu lutei [a proposta Cecil], propondo quatro [países] para serem escolhidos diretamente pelos Estados interessados. Outros delegados mostraram o mesmo sentimento. Cecil retirou a emenda, prevalecendo nossa proposta (EPITÁCIO PESSOA, 1919 apud STREETER, 2010, p. 96, tradução nossa¹³).

A figura de Epitácio, aos poucos, se tornou uma ponte entre esses países e as grandes potências, no entanto, sua preocupação com os interesses nacionais em primeiro lugar ainda era predominante e sofriam obstáculos. Vendo essa dificuldade de adentrar nas preferências das grandes potências, Pessoa aproveitou-se da boa relação entre Domício da Gama e o embaixador americano Edwin Morgan para enviar carta a Wilson de modo que a situação brasileira fosse apresentada, requisitando o prestígio que EUA deveria ter com o país (GARCIA, 2013; HAAG, 2009; STREETER, 2010).

¹³“I fought [the Cecil proposal], proposing four [countries to be] chosen directly by interested States. Other delegates showed the same sentiment. Cecil withdrew the amendment, our proposal prevailing”.

Vossa Excelência compreende o prestígio que tal designação nos daria. O Brasil, o único beligerante sul-americano, tem a seu favor reivindicações especiais (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* STREETER, 2010, p. 97, tradução nossa¹⁴).

Essa tática funcionou de modo que os EUA consideraram questões brasileiras (STREETER, 2010). De acordo com Pessoa (1961 *apud* GARCIA, 2006), Wilson prometeu que levaria as questões e demandas brasileiras com maior consideração, de modo que os EUA jamais, intencionalmente ou não, agiriam de modo a prejudicar os interesses do país sul-americano. A partir disso é iniciado o cultivo de uma boa relação entre Epiácio Pessoa e o Presidente Wilson através de visitas em que Pessoa garantia o apoio do do Brasil nas decisões e interesses dos EUA com a expectativa de alinhar uma relação recíproca (STREETER, 2010).

Segundo Streeter (2010, p. 97, tradução nossa), Epiácio “Pessoa se esforçou em ajudar a causa do seu país na Conferência a partir do cultivo de boas relações com o Presidente Wilson”. Assim, vê-se que são constantes as tentativas de aproximação brasileira aos EUA dentro da trajetória da Política Externa Brasileira. Isso pode ser visto quando a delegação brasileira lutava para resolver o caso dos navios alemães, por exemplo (GARCIA, 2013). Em resposta a premissa em discussão de que os ganhos pelos países deveriam ser repartidos em conformidade com suas perdas, Epiácio Pessoa, em carta direta a Wilson, escreveu:

Vê, pois, Vossa Excelência, a impossibilidade em que me acho de aderir a essa solução, e a razão do apelo que o Brasil vem dirigir aos Estados Unidos, seu amigo e seu aliado. A situação do meu país em relação aos navios, permita-me Vossa Excelência dizê-lo, é análoga a dos Estados Unidos da América. Alguns deles foram requisitados pelo governo de Vossa Excelência para o transporte de tropas; outros foram empregados no abastecimento dos aliados. Isso bastaria para justificar em favor do Brasil a exceção aberta em benefício dos Estados Unidos. Mas o que me parece razoável é que os navios que cada potência, grande ou pequena tenha apreendido, sejam considerados como sua propriedade definitiva, sujeita apenas à indenização devida de seus antigos donos. Essa solução abonaria a imparcialidade da Conferência e seria ato digno de homem de Estado que concebeu a Liga das Nações, onde, todas elas se sentam em pé de igualdade (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* GARCIA, 2013, pp. 120-121).

No entanto, sabe-se que o protesto brasileiro foi negado pelo Conselho Supremo, o que fez com que Epiácio recorre-se novamente a Wilson:

A delegação dos Estados Unidos, desde que se abriu a discussão sobre o assunto, tem tido em vista a situação do Brasil e os efeitos que para ele possam resultar os diferentes planos sugeridos. Não preciso dizer que os Estados Unidos jamais fariam internacional ou conscientemente qualquer coisa que pudesse prejudicar os

¹⁴“Your Excellency understands the prestige such designation would give us. Brazil, the only South American belligerent, has in its favour special claims”.

interesses do Brasil. Logo que a matéria volte a debate, a posição do Brasil encontrará da parte da delegação dos Estados Unidos a maior consideração. Temos esperança de que a solução final será inteiramente satisfatória para o Brasil (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* GARCIA, 2013, p. 120).

Logo, de acordo com o Artigo 263 do Tratado, a Alemanha foi obrigada a devolver ao Brasil o somatório da venda de café com base no câmbio de 1914; os juros precisariam ser pagos a partir de uma taxa anual de 4.5% (GABAGLIA, 1951 *apud* GARCIA, 2006). Sobre à questão dos navios, o Brasil passou a enfrentar situações de embate com países europeus, sobretudo França. Desse modo, o país mais uma vez retornou oficialmente aos EUA alegando que se recusaria a assinar o Tratado de Versalhes se este não reconhecesse que os navios agora pertenceriam ao país (LACERDA, 2013; STREETER, 2010).

No final das contas, o Brasil terminou esse embate com posse sobre os navios alemães. Entretanto, essa atuação de Epiácio Pessoa de sempre se relacionar aos EUA em momentos mais problemáticos recebeu diversas críticas que o acusaram de se subordinar exclusivamente aos interesses estadunidenses (CERVO, BUENO, 2002; LACERDA, 2013). Em maio do mesmo ano foi liberado um protocolo que permitia que os países aliados pudessem conservar e usufruir os navios capturados ou retidos durante a guerra. No desenrolar dessa decisão, Pessoa confiou poderes aos EUA para que interferissem nas negociações em defesa à causa brasileira (GARCIA, 2013).

Os encontros com os EUA se davam no luxuoso *Hotel Crillon*, onde a delegação estadunidense se encontrava. A aproximação entre Epiácio e Wilson se estruturou de tamanha forma que, Wilson, quando voltou para Washington após a apresentação da Liga, fez questão de despedir-se pessoalmente de Epiácio. Isso mostra o estreitamento dos laços entre as duas figuras – e, logo, entre os dois países - sendo consolidado numa aproximação de interesses e políticas externas (STREETER, 2010). Mais dessa aproximação será vista na atuação de Epiácio Pessoa na Liga das Nações.

Nas discussões a respeito da Liga das Nações propriamente dita, a delegação brasileira se mostrava disposta a aderir ao seu princípio, mas clamava que o Brasil tivesse a representação a qual acreditava fazer jus à sua contribuição na Primeira Guerra Mundial (GARCIA, 2006). Para alcançar essa posição, o país desejava uma posição privilegiada perante às grandes potências. No entanto,

o ideal de poder na ordem multilateral era perseguido como um direito, como uma demanda justa que seria oportunamente reconhecida dentro do espírito de civilidade

que inspirava aquela ordem. (...) Nesse ponto, a política externa corria o grave risco de confundir ‘objetivo estratégico’ com ‘direito natural’ (BARACUHY, 2006).

Acreditando ser ‘direito natural’ ou ‘objetivo estratégico’, a delegação brasileira voltou-se novamente à sua amizade com os estadunidenses para solicitar apoio. Os EUA concederam ao Brasil posições excepcionais como o direito de possuir sua representação à mesa da Liga com três delegados, de modo que este ficasse subordinado aos interesses estadunidenses, servindo de utilidade aos países aliados como uma grande nação representante da América do Sul (LINK, 1986 *apud* GARCIA, 2006; LACERDA, 2013; STREETER, 2010).

É possível afirmar que o Brasil passou a ser reconhecido no cenário internacional devido às habilidades diplomáticas de Epitácio Pessoa. Sua atuação na Conferência de Paz de 1919 pode ser resumida na garantia de um assento nas mesas de negociações ao lado dos EUA, Grã-Bretanha e França; na vitória na questão dos embates dos navios alemães, com a posse destes para a frota brasileira; e no reconhecimento da dívida do café confiscado pela Alemanha (FRANCA FILHO, 2010; FRANCA FILHO, 2013).

Domício da Gama, sobre essa questão, aponta: “bom para nós ter voz nos conselhos internacionais decidindo sobre o novo regime do mundo” (DOMÍCIO DA GAMA, 1919 *apud* GARCIA, 2018, p. 124). Dessarte, a aproximação entre EUA e Brasil foi

marca distintiva da atuação política de Epitácio na Conferência de Paz, de resto em linha com a diretriz estabelecida no Rio de Janeiro, foi a aliança instrumental com os Estados Unidos. Wilson efetivamente intercedeu em defesa das reivindicações brasileiras e patrocinou o ingresso do Brasil no Conselho da Liga como membro não permanente” (GARCIA, 2013, P. 127).

Fagundes (2013) também concorda com essa premissa, alegando que “algumas das implicações da Primeira Guerra Mundial para o Brasil foram a consolidação da Política Externa Brasileira voltada aos EUA, (...) anunciando o declínio da cultura europeia e a aurora do novo mundo representado pela América” (FAGUNDES, 2013, p. 279). Por último, Heitor Lyra, jurista e embaixador brasileiro, sobre a relação de cordialidade entre Brasil e EUA, põe expectativas positivas quanto ao amadurecimento dessa amizade:

Por suas afinidades, na América, o Brasil e os Estados Unidos estão destinados a desempenhar nesta parte do mundo uma tarefa que a cada dia se torna mais importante e mais vasta, e cujo êxito depende, em grande parte, de uma franca e leal amizade entre ambos (...) na estreita união entre os Estados Unidos e o Brasil reside o principal fator de paz no seio da grande família de nações americanas, aquela paz americana...(HEITOR LYRA, 1941, p. 198 *apud* LACERDA, 2013, p. 2013).

Apesar do clima de vitória, não era previsto que o país entraria em desacordo com a Liga das Nações e optaria pela sua saída nos anos seguintes por conta do desacatamento de sua solicitação de ter um assento permanente (GARCIA, 2013). Esse desacordo foi após o governo de Epitácio Pessoa. Enquanto estava na delegação, Pessoa foi eleito presidente da República, o que fez o paraibano dar um passo a mais em sua carreira política e ser o primeiro presidente eleito estando fora de território nacional (STREETER, 2010).

Considerações parciais

Epitácio Pessoa se posicionou na Conferência de Paz representando os interesses do país. A busca pelo prestígio internacional era seu foco maior e, para ele, a aproximação com o presidente dos EUA – com a justificativa de manter um histórico de laços amigáveis - era a maneira de alcançar esse prestígio.

Assim, Pessoa, como é possível analisar a partir de seus telegramas e cartas a Wilson, invoca essa amizade em todos os obstáculos que o Brasil enfrentou durante as negociações da Conferência. Essa proximidade era vista de forma estratégica, uma vez que os EUA se mantinham em posição de ascendência no cenário internacional como uma grande potência, paralelo ao decréscimo dos países europeus pós-conflito. Logo, ter boas relações com os estadunidenses era sinônimo de ter boas relações com, no momento, a maior nação do mundo.

Essa aproximação foi bem recebida pelos EUA e por Wilson, que parecia também gostar de manter bons laços com Pessoa, sobretudo por conta de intenções estratégicas de aproximação com a América Latina.

Por conta da participação na Conferência, Epitácio Pessoa tornou-se ainda mais popular, o que fez com que fosse eleito presidente da República, mesmo durante o período que estava na delegação. Sua gestão, que corresponde ao período de 1919 a 1922, será analisada em níveis externo, interno e individual nas próximas sessões.

CAPÍTULO 3 - O ESTADISTA

1919-1922

PANORAMA EXTERNO

Após o fim da Primeira Guerra Mundial e das Conferências de Paz de 1919, o mundo entrava na década de 1920. Esse período é fundamental para compreender os rumos que a sociedade global e as estruturas de poder iriam tomar nos próximos anos. Esse panorama externo tem a intenção de visualizar como parte do cenário internacional se encontrava no período de 1919 a 1922, focado no continente europeu, EUA e Rússia pós-revolução. Com o entendimento desses fatores é possível desenhar qual a trajetória que o quadro de forças e influências internacionais tomaria e como o Brasil – em panorama interno – se inseria nesse contexto.

Após a guerra, os países que não contavam com guerras civis e conflitos internos, experienciaram um *boom* econômico e social (HOBSBAWM, 1995). Pode-se dizer que

a década de 1920 testemunhou o surgimento de novos bens de consumo e de produção em massa. No campo político, todos os países democráticos passaram a permitir o voto feminino, em meio a movimentos mais amplos pela emancipação da mulher. A influência dos movimentos trabalhistas e dos partidos socialistas aumentou de forma dramática. No campo cultural, o Modernismo e o Surrealismo revolucionavam as artes, enquanto o jazz estourava no cenário musical (FRIEDEN, 2008, p. 213).

No entanto, essa produção exacerbada, sobretudo dos EUA, apresentava indícios de que não seria suportada ao longo dos anos seguintes, de modo que a economia mundial poderia estagnar, em vez de avançar. Essa estagnação poderia se dar por motivo principal: os EUA passaram a ser autossuficientes no que tange a produção de recursos, sem dependência do mercado externo. Apesar do cenário anterior de enfraquecimento agudo, as grandes potências europeias, em meio a reconstrução, buscavam pelo mesmo caminho de proteção de suas economias e de produção autossuficiente como forma também de proteção. Nos próximos tópicos, serão tratados aspectos referentes ao início da década de 1920 no panorama internacional do momento, em conjunto com a Rússia pós-revolução.

A economia das grandes potências nos primórdios da década de 1920

Após a Primeira Guerra Mundial e tentativa de reconstrução dos territórios, o cenário de hiperinflação; as nações buscavam a deflacionar suas economias a partir da garantia de moedas estáveis. No entanto, com o colapso do sistema monetário mundial causado pelas convulsões europeias no início da década, a moeda alemã, por exemplo, foi diminuída a um milionésimo de milhão de seu valor de 1913, “ou seja, na prática o valor da moeda foi reduzido a zero. Mesmo nos casos menos extremos, as consequências foram drásticas” (HOBSBAWM, 1995, p. 76). Desse modo, a hiperinflação foi um grande fator desestabilizador das economias e das populações, sobretudo da Europa Central e do Leste, dentro desse contexto.

Para contornar, as autoridades financeiras apostaram em uma junção de políticas austeras - como menor impressão de dinheiro, redução de gastos públicos, cobrança de mais impostos e a restauração do padrão-ouro -, além do apoio internacional para reconquistar a confiança das populações afetadas. Para isso, a Liga das Nações forneceu colaboração, assim como Bancos Centrais de algumas potências ocidentais e de corporações privadas em Nova York e Londres. Com esse apoio conseguiu-se chegar em um patamar de controle às hiperinflações europeias (FRIEDEN, 2008).

O comércio internacional também passou por problemas. Por conta do protecionismo econômico, governos europeus se encontravam em um contexto de uma série de barreiras ao comércio e aos investimentos estrangeiros - segundo Frieden (2008), talvez até mais protecionistas que os impérios anteriores. Mesmo com os pontos de Wilson, a liberalização do comércio não foi adotada de forma completa, uma vez que havia medo generalizado de conflitos seguintes e os países buscavam se proteger como podiam (FRIEDEN, 2008; STREETER, 2010).

O desemprego foi outro indicador crucial para entender as dificuldades da época no cenário econômico, social e político. De acordo com um editorialista no *Times* de Londres, após a guerra, “o desemprego (...) [foi] o mais insidioso, o mais corrosivo mal de nossa geração: é a doença social específica da civilização ocidental em nosso tempo” (ARNDT, 1944, p. 250 *apud* HOBSBAWM, 1995, p. 79). Desse modo, com o desemprego generalizado, ascendeu nos anos seguintes um conjunto de medidas elaborado pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), cuja teoria era protecionista e defendia a intervenção estatal na economia. Para ele, com essa estratégia, o pleno emprego e boas taxas de inflação seriam mantidos (HOBSBAWM, 1995).

Como é possível ver, o início do século 1920 não foi favorável nos âmbitos econômicos, sobretudo aos países europeus. Nem mesmo os EUA ficaram livres da

problemática, mesmo após a ascensão como maior potência mundial e estruturador das novas forças e poderes internacionais. Seus produtores de alimentos e *commodities* passaram por problemas no que tange a queda dos preços desses produtos primários, de modo que os “anos 20 não foram uma era de ouro para os fazendeiros dos EUA” (HOBSBAWM, 1995, p. 77).

Ao final desta década, os sintomas dessa crise que começava se encorpavam e causaram “o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos - a Grande Depressão do entre guerras” (HOBSBAWM, 1995, p. 73). Desse modo é importante ressaltar que a situação da década de 1920 se dá de maneira fundamental para visualizar também como foram instrumentalizados e construídos os movimentos que giram em torno e causaram futura Grande Crise de 1929. No entanto, paralelos aos acontecimentos na Europa e nos EUA, vale ressaltar qual é o cenário russo após a Revolução de Outubro de 1917 (HOBSBAWM, 1995; STREETER, 2010).

A Rússia no início da década de 1920

Após a Primeira Guerra Mundial e o processo de revolução nacional, a União Soviética passava por um turbulento período de reconstrução e reestruturação após perder cerca de 87% da sua capacidade industrial, quando comparado com 1913. Desse modo, avigorar a economia do país era um dos grandes objetivos do governo à época a partir de políticas de estímulo às empresas privadas, especialmente de pequenos negócios e agricultura, e à produção dos camponeses locais. Assim, a Rússia obteve os frutos desse intenso processo de reordenamento, no entanto, ainda se encontrava afastada das fortes relações com o restante do mundo por não ser um país capitalista (FAGUNDES, 2018; FRIEDEN, 2008).

No que tange a internacionalização da revolução como um dos objetivos dos bolcheviques, é possível dizer que logo após a Primeira Guerra Mundial, os acontecimentos na Rússia inspiraram uma série de manifestações e greves políticas na Europa Central. Nesse momento,

a Revolução de Outubro foi universalmente reconhecida como um acontecimento que abalou o mundo. (...) Os anos de 1917-9 na Espanha vieram a ser conhecidos como o ‘biênio bolchevique’, embora a esquerda local fosse anarquista apaixonada, ou seja, politicamente no pólo oposto ao de Lenin. Movimentos estudantis revolucionários irromperam em Pequim (Beijing) em 1919 e Córdoba (Argentina) em 1918, logo espalhando-se por toda a América Latina e gerando líderes e partidos marxistas revolucionários. O militante nacionalista índio M. N. Roy caiu imediatamente sob o seu fascínio no México, onde a revolução local, entrando na fase mais radical em 1917, naturalmente reconheceu sua afinidade com a Rússia revolucionária: Marx e Lenin tornaram-se seus ícones. (...) Revolução de Outubro

deixou em seguida sua marca na principal organização de massa do movimento de libertação nacional indonésio, o Sarekat Islam (HOBSBAWM, 1995, p. 57).

No entanto, a partir de 1920, bolcheviques estruturaram um novo modelo de movimento internacional comunista fundamentado no partido de vanguarda leninista e afastado da ideia de divisão permanente do movimento trabalhista internacional. Nesse modelo buscavam ativistas disciplinados e comprometidos para formatar um grupo de força global, de modo que partidos que discordassem eram barrados da nova formatação comunista internacional. Essa “elite de ‘revolucionários profissionais’ em tempo integral” (HOBSBAWM, 1995, p. 60) almejaram conquistar o apoio dos movimentos socialistas internacionais, sobretudo por acreditarem que estavam estabelecidos no poder de forma permanente. Fora da Rússia, os planos bolcheviques não eram esperados no Ocidente (CURTY, LÉON, BARBOSA, 2017; HOBSBAWM, 1995).

A manobra significou uma estratificação dos revolucionários nas próximas gerações, o que representou a ruptura do movimento como um todo. Desse modo, membros espalharam-se aos poucos por parcelas políticas distintas - como os sociais-democratas - e os partidos comunistas se tornaram minoria na esquerda europeia, pelo menos até a próxima década. O estilhaçamento do movimento pode ser explicado, dentre os diversos motivos, pela sobreposição dos interesses da nação em termos de relações com outros Estados em cima dos interesses revolucionários da classe, utilizados como um instrumento de política dos soviéticos (HOBSBAWM, 1995).

Porém, mesmo com uma Rússia comprometida em termos econômicos, sociais e políticos,

a história do (...) século XX não pode ser entendida sem a Revolução Russa e seus efeitos diretos e indiretos. (...) Fora do hemisfério ocidental, os dedos de duas mãos bastam para contar os poucos Estados do mundo que não passaram por alguma combinação de revolução, guerra civil, resistência e libertação de ocupação estrangeira, ou a profilática descolonização por impérios condenados numa era de revolução mundial (HOBSBAWM, 1995, p. 71).

Como é possível observar, todos esses movimentos mudaram as estruturas mundiais e influenciaram na formatação das novas formas de poder, mesmo diferentes das expectativas de Lenin e bolcheviques na Revolução de Outubro. Logo, compreender as repercussões das intentonas revolucionárias na década de 1920 é de fundamental relevância para desenhar quais seriam os moldes internacionais para as décadas seguintes.

Considerações parciais

Dentro do novo quadro de influências internacionais, nações europeias, EUA e Rússia buscavam se reestruturar de acordo com seus interesses e contextos. Para a Europa, a hiperinflação do desemprego eram sintomas comuns, enquanto houve baixa de preços de produtos primários, o que prejudicou sobretudo os grandes fazendeiros e exportadores estadunidenses. Na Rússia, o bolchevismo internacional não conseguiu continuar erguido visto que o partido socialista rompeu em diversas parcelas de pensamentos mais ou menos radicais. Logo, o movimento em moldes internacionais foi descontinuado, mesmo que a Revolução de Outubro represente, até hoje, uma das maiores dinâmicas de ingerência já acontecidas na história moderna, comparada até com a própria Revolução Francesa de 1789.

Visualizar esse cenário é relevante para identificar quais as opções de contexto externo que o Brasil poderia lidar; e qual o país opta por se alinhar. Assim, sabendo que a decisão foi uma aproximação mais exclusiva aos EUA, cabe ao próximo tópico descrever como, internamente, o país se posicionou de acordo com essa frente.

PANORAMA INTERNO

O panorama interno brasileiro do período em que Eptácio Pessoa assumiu a Presidência da República (1919-1922) foi bastante conturbado em termos econômicos e políticos. Levando isso em conta, faz-se necessário entender como se deu a gestão e consequências da política de Eptácio, assim como as vozes que atuaram nesse panorama e seus impactos políticos e econômicos. Compreender esse cenário é relevante para assimilar como, internamente, o país se portou após sua participação na Primeira Guerra Mundial e nas Conferências de Paz posteriores, especificamente a de 1919 e a Liga das Nações, especialmente no que tange ao estreitamento de laços entre EUA e Brasil.

Para isso, essa seção aborda a gestão do Presidente Eptácio Pessoa como um período de efervescência na história econômica, política e cultural brasileira. Nela, é abordado como estavam as condições do Estado e como se deu o crescimento da atividade econômica brasileira, que trouxe boas perspectivas internamente no Brasil à princípio. Para isso são descritas a concessão de empréstimos estadunidenses a partir de 1919, os quais solidificaram uma série de modificações estruturais no Brasil, além do crescente processo de

industrialização do país - sobretudo com o apoio de investimentos e da instalação de companhias estadunidenses em território nacional.

Com essa sobreposição, alguns setores foram mais beneficiados, reproduzindo uma espécie de *american way of life*, de modo que os EUA foram se tornando o parceiro comercial de maior relevância do Brasil, onde antes eram países da Europa, sobretudo Grã-Bretanha. Para finalizar o panorama interno brasileiro desse período será explanada a crise econômica interna que assolou essa época e como esse cenário exerceu sua influência no final do seu governo (FAUSTO, 2002; FRITSCH, 1993; GARCIA, 2006).

A crise tomou um impacto negativo no café nacional com a queda dos preços das *commodities* internacionalmente, gerando diminuição dos preços do produto e, conseqüentemente, efeitos na economia do país. Essa repercussão acabou afetando a perspectiva positiva do país do início de gestão de Pessoa, de modo que surgiu a renovação dos acordos entre Minas Gerais e São Paulo na Política Brasileira, culminando na eleição do presidente seguinte, Artur Bernardes (FAUSTO, 2002; FRITSCH, 1993).

A gestão do Presidente Epitácio Pessoa

O período da gestão do presidente Epitácio Pessoa é de muita efervescência na história econômica e social, além de política e cultural brasileira. Inicialmente, apesar de ser um período de greves operárias influenciadas pelos bolcheviques russos desde 1917, havia uma apreciação cambial no Brasil, concomitante ao período em que a indústria tinha interesse de investir. Com isso é gerado certo barateamento dos bens de capital e aumento das importações no país (COSTA, 2017; DIAS, sem data; FAGUNDES, 2013; FRITSCH, 1993).

Essa série de acontecimentos levou à um crescimento da atividade econômica brasileira no início da gestão de Epitácio que, por sua vez, tem impacto na receita fiscal do país, trazendo boas perspectivas internamente no Brasil. Isso abre margem para que os EUA, que disputavam por projeção de influência no Brasil com a Grã-Bretanha, concedessem inúmeros empréstimos ao país a partir de 1919. A chegada desses empréstimos trouxe uma série de modificações estruturais em território brasileiro. Nas reformas previstas pelo presidente Epitácio Pessoa, estava incluso um programa de obras no plano do governo com dois alicerces principais: reformas na infraestrutura do Nordeste do país e do Rio de Janeiro. Ele foi um dos primeiros políticos a discutir questões sociais no âmbito do Executivo Federal, as quais envolviam discussões sobre meios de transporte, secas, além das questões de costume

inerentes aos âmbitos militar e econômico (COSTA, 2017; FRITSCH, 1993; GARCIA, 2013; LACERDA, 2013).

O foco no Nordeste pode ser justificado pelo fato de que a) o então presidente Epitácio era paraibano; e b) pelo acontecimento de uma grande seca que assolou a região e que trouxe uma série de preocupações à sua gestão. Para conter seus impactos, a proposta envolvia a construção de diversos açudes na região. Entretanto, era levado em consideração - e por isso recebiam-se críticas - que o projeto que envolvia o Nordeste custava muito dinheiro, uma vez que internamente no país não havia tecnologias nem serviços apropriados para a construção dos açudes propostos. Era necessária a contratação desses serviços no exterior (APLPB, sem data; FRITSCH, 1993). No entanto, muitas das obras iniciadas por Pessoa só foram continuadas posteriormente, no Governo Provisório de Getúlio Vargas. Epitácio Pessoa, então, foi o precursor dessas mudanças e quem deu os primeiros passos para o desenvolvimento econômico nordestino (CARNEIRO, 2000 *apud* JOÃO PESSOA, 2013; MELLO, 2014).

O foco na infraestrutura do Rio de Janeiro, por sua vez, era justificado pela ideia de que a cidade era considerada a sala de visitas do Brasil. Desse modo, era preciso prepará-la sobretudo para a Exposição do Centenário de 1822, evento muito esperado à época principalmente pelas elites do país. Para o plano, então, foi proposta a urbanização do bairro de Ipanema e da Lagoa Rodrigo de Freitas através dos serviços de calçamentos, arruamentos e implantação de rede de esgotos. A crítica ao plano versava o mesmo argumento do foco no Nordeste, por ser um programa que consumia muito dinheiro (FRITSCH, 1993; GARCIA, 2013; LACERDA, 2013).

É válido ressaltar que a realização do plano proposto gerava benefícios para outros setores da esfera pública, como, por exemplo, para a qualidade de vida da população. Além das justificativas focais, Epitácio ainda defendia seu grande programa de infraestrutura alegando que seriam medidas de combate ao desemprego que seguia após a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, sabe-se que o desemprego no Brasil era causado de forma estrutural, e não pelas consequências imediatas do pós-conflito (FRITSCH, 1993).

Obviamente o programa do Nordeste se justificava por si só, devido aos efeitos sociais e econômicos da seca. Mas justificar os altos investimentos em obras públicas como forma de minimizar o desemprego, incorporando a preocupação conservadora europeia e americana com o avanço das esquerdas no pós-guerra, era algo absolutamente esquizofrênico (FRITSCH, 1993, p. 5).

Dessa forma, Epitácio, ao aplicar seu plano de infraestrutura no país, recebeu críticas quanto aos seus objetivos fundamentais e se estes não eram desviantes aos interesses unicamente nacionais. No entanto, esses são exemplos que fundamentam que, aos poucos, a Política Externa Brasileira voltou-se às interações com os EUA a partir de seus investimentos - utilizados, de acordo com o exemplo, para reformas de infraestrutura no país. De fato, essas interações contribuíram para o estreitamento das relações entre ambas as nações. No próximo tópico, será visto como estava o andamento da industrialização do país ainda na gestão de Epitácio Pessoa, sobretudo no que tange a relação do país com os estadunidenses.

Industrialização do Brasil na gestão de Epitácio Pessoa: aproximação crescente com os EUA

Após a Primeira Guerra Mundial, acreditava-se internamente que para a industrialização do Brasil era necessária uma transferência técnica de países já industrializados, sobretudo de máquinas, equipamentos e *expertise*. Alguns acreditavam que essa transferência, principalmente de maquinários, era acessível por conta de um mercado internacional aberto e competitivo após a Grande Guerra. A aproximação com os EUA seria uma alternativa viável ao alcance desses objetivos (FAUSTO, 2002). No entanto, há quem achasse que essa dependência de materiais estrangeiros, sobretudo dos maquinários, era um obstáculo ao aperfeiçoamento do setor industrial brasileiro. Essa sujeição ocorria porque os mercados internos no país ainda eram muito ligados ao âmbito local, o que fazia com que o Estado absorvesse as poupanças acumuladas e deixasse o setor industrial à margem de seus investidores (COSTA, 2017; GARCIA, 2013).

De acordo com a história econômica brasileira da República Velha, os EUA já vinham de uma sobreposição nos investimentos agrícolas de 94% e de mineração de 78% dos produtos brasileiros, já estabelecendo seu espaço de relevância para o andamento da economia do país. Esse comportamento estadunidense se justifica pela sua estratégia de investir no mercado externo de “economias coloniais politicamente independentes” (FAUSTO, 2002, p. 408). Assim, a América Latina representava um campo aberto para a penetração dos EUA com disponibilidade de mercado promissor e de oportunidades de negócios (GARCIA, 2006).

Nesse histórico, sabe-se que um número enorme de companhias estadunidenses se instalou no Brasil desde 1905, com maior ou menor dificuldade. Entretanto, Boris Fausto a respeito dessa possível dificuldade de aproximação do Brasil à zona de influência dos EUA momentânea, diz:

isso não quer dizer que o imperialismo americano não se tenha feito sentir antes no Brasil. Embora dispondo de limitados fundos próprios, o capital americano soube conquistar ampla influência no Brasil muito antes, usando-a inclusive como meio de assegurar-se a representação de capitais europeus aqui (FAUSTO, 2002, p. 409).

Assim, nota-se que a influência dos EUA no Brasil a partir de 1919 se detém a partir de uma construção e de projeção de interesses mútuos: dos EUA com a projeção de influência na América Latina; e do Brasil em busca de sua industrialização e de uma mais forte aliança com os EUA. Antes da Guerra, a influência dos britânicos ainda era latente; entretanto, a partir de 1919 em 1920, os EUA passaram a ter mais domínio do comércio externo brasileiro como um dos principais fornecedores e clientes (FAUSTO, 2002; GARCIA, 2013). Com isso, foi possível observar que os investimentos estadunidenses aumentaram no Brasil ao longo dessa década (GARCIA, 2006). A diplomacia econômica que se instalava nesse momento se mostrou de fundamental importância no contexto pós-guerra. Com o avanço estadunidense em solo nacional, a disputa pelo território brasileiro ficou acirrado quando pensado a concorrência com os países europeus.

Em paralelo a esses investimentos foi fundada em 1919 a Câmara Americana de Comércio de São Paulo, chefiada por William T. Wright. Seu objetivo era o de impulsionar as relações comerciais entre os dois países e sua atuação foi eficiente, quando em 1920 “a Câmara já havia cadastrado 320 firmas norte-americanas estabelecidas somente na cidade de São Paulo” (GARCIA, 2006, p. 73). Para convencer empresários estadunidenses a investirem em solo brasileiro, eram destacadas vantagens do país como sua grande população e território, além de suas inúmeras áreas desocupadas e inexploradas com recursos minerais e florestas. O Brasil era anunciado e vendido externamente como o país do futuro, com diversos pontos semelhantes aos EUA em relação ao seu comportamento político, de governo, cultura, e do Direito (GARCIA, 2006).

Segundo dados de 1919, o Brasil já importava dos Estados Unidos três quartos de seu carvão, metade de seu cimento, 95% de seus motores automobilísticos, 95% de seu querosene e gasolina, 98% de seu arame farpado e 90% de suas folhas-de-flandres, além de ‘centenas de milhares de dólares em importações de todas as variedades’. A mensagem que a Câmara desejava passar, em resumo, era basicamente esta: ‘Em todo o mundo, não há melhor campo para nossos produtos do que o Brasil’ (GARCIA, 2006, p. 74).

Dentro do recebimento de investimentos, alguns setores foram mais beneficiados, sobretudo os que reproduziam o *american way of life*, confirmando a projeção dos interesses

dos EUA em território brasileiro. São alguns desses setores: bens de consumo duráveis, máquinas e implementos, petróleo, automóveis, produtos farmacêuticos, empresas de comunicação (jornais, cinema), além da indústria de entretenimento (GARCIA, 2006).

Esse indiscutível avanço dos EUA na economia brasileira demonstrou uma transformação gradual de parceiro comercial e financeiro transitando da Grã-Bretanha para os EUA. Entretanto, mesmo com a série de investimentos estrangeiros e as mudanças no cenário mundial, a “economia brasileira continuava ‘essencialmente agrícola’” (GARCIA, 2006, p. 408; GARCIA, 2013). Desse modo, a década de 1920 também marcou o ápice da economia agroexportadora brasileira, sobretudo quando o país respondeu por 70% da oferta de café no mundo (VILLELA, SUZIGAN, 1975 *apud* GARCIA, 2006, p. 119; GARCIA, 2013).

Internamente, houve a ascensão de uma classe média na política brasileira que apoiava setores partidários de um chamado liberalismo autêntico, “capaz de levar à prática as normas da Constituição e das leis do país”. Isso levaria à transformação do país de uma República Oligárquica a uma República Liberal (FAUSTO, 1995, p. 305). No entanto, também haviam parcelas de críticos do governo que apontavam que o Brasil estava dando atenção exagerada aos EUA em contrapartida com relações com os países sul-americanos do entorno.

Rui Barbosa foi um deles, alegando que a prioridade aos EUA na Política Externa Brasileira não deveria existir. Para ele, ao fazer parte do Conselho [da Liga das Nações], o Brasil aceitava a posição de subalterno frente a outras soberanias (GARCIA, 2000). A existência desse debate entre a população do país fortifica a ideia de que, além de haver uma série de influências externas - vistas no Panorama Externo- que atingiam o país e o forçavam a se posicionar, internamente, o país também contava com discussões próprias quanto a sua aproximação exagerada ou não com os EUA.

Desse modo, o cenário brasileiro era um tanto quanto conturbado, em âmbitos os aspectos externo e interno e foi Epitácio Pessoa, enquanto Presidente da República, que angariou quais as posições o país deveria tomar, de acordo com seus interesses - e com os interesses estadunidenses. O país também experienciou uma crise interna a partir dos impactos da crise mundial da década de 1920. No próximo tópico serão analisados esses impactos e como a gestão de Epitácio Pessoa lidou com as dificuldades enfrentadas.

A crise econômica da gestão de Epitácio Pessoa e seu declínio

Entre 1919 a 1922 foi conhecido por ser um período de modificações na estrutura da política econômica de países considerados centrais. Essas mudanças influenciaram a política

brasileira, sobretudo no que tange o café (APLPB, sem data; LACERDA, 2013; FRITSCH, 1993). Segundo Celso Furtado (2007), os preços estabelecidos pelas regras do padrão-ouro, por exemplo, não correspondiam ao sistema de exportação de produtos primários. Assim, a economia nacional apresentava certa tendência de desequilíbrio externo, em paralelo ao desequilíbrio da economia brasileira (FURTADO, 2007 *apud* COSTA, 2017, p. 17).

Entender quais foram essas influências e consequências desse modo é de fundamental importância para identificar em qual contexto o país estava internamente inserido e quais seriam os *outputs* de gestão de Eptácio Pessoa frente à essa realidade. Após o período de aumento da demanda do produto e da elevação de seus preços que configurou o início da gestão de Pessoa, iniciou-se um momento de queda dos preços das *commodities* internacionalmente por conta de políticas austeras dos Estados e pela produção em massa, a qual aumentava a oferta e a demanda permanecia baixa (FRITSCH, 1993; GOMES, 2017; LACERDA, 2013; STREETER, 2010).

Essa reversão teve efeitos avassaladores sobre o café brasileiro, de modo que seus preços despencaram, gerando problemas na economia do país. O colapso no preço do café gerou desvalorização cambial gravíssima e queda nas importações, acarretando inflação, que era muito associada à variação do câmbio. Fritsch (1993, p. 6) comenta que “toda vez que se tem uma depreciação muito forte, segue-se um período de inflação”. Essa crise fez com que empréstimos e investimentos oriundos dos EUA cessassem, prejudicando ainda mais a economia do Brasil. Com isso, ocorreu um desequilíbrio financeiro no governo. O contexto do país era de muita dependência em relação as exportações de produtos agrícolas em um cenário anterior à crise de 1929 e a chamada Revolução de 1930. Concomitante a isso, Eptácio já tinha se comprometido com seus planos de reforma do Rio de Janeiro e Nordeste do país, não podendo desistir (COSTA, 2017; FRITSCH, 1993; FURTADO, 2007 *apud* COSTA, 2017; LACERDA, 2013).

Para a solução dessa instabilidade econômica sobrou para a gestão de Eptácio apenas um meio de financiar o déficit obtido: através da emissão de moeda e colocação de títulos da dívida pública para o mercado, não muito diferente das políticas adotadas pelos europeus. Entretanto, isso geraria mais desequilíbrio financeiro e inflação, tal como o contexto externo à época. Para resolver a questão, o governo cedeu apoio à defesa do café através de gastos públicos para comprar estoques e manter os preços. Essa escolha foi ao encontro dos interesses do café e de sua indústria, além do reconhecimento de que a crise brasileira era causada principalmente pela depreciação cambial oriunda da baixa do preço do produto (COSTA, 2017; FRITSCH, 1993).

Assim, o governo Epitácio tentou contornar a situação da crise que se instalava, mas, a perspectiva positiva do início de sua gestão ficou debilitada com a crise que acontecia globalmente e que gerava consequências ao país. Isso tudo ocorre quando se aproximava o período final da gestão de Epitácio Pessoa. Desse modo, seu governo chegou ao fim dentro de uma crise mundial que influenciou negativamente a economia do café, dentro de um cenário de desequilíbrio fiscal, além de inflação alta que durou até o final de seu mandato. Como consequência da crise surgiu internamente a renovação dos acordos entre Minas Gerais e São Paulo, até então amenizados com a eleição de um paraibano. A volta desse esquema político garantiu a eleição do presidente seguinte, Artur Bernardes (COSTA, 2017; FRITSCH, 1993; LACERDA, 2013).

Considerações parciais

O entendimento de qual cenário interno o Brasil se inseria no período em que Epitácio Pessoa foi presidente é essencial para compreender os impactos de sua atuação nas Conferências de 1919 na Liga das Nações para a política interna do país. Desse modo, a política de aproximação com os EUA que veio dessas reuniões gerou uma maior concessão de investimentos estadunidenses em território brasileiro. Toda essa aproximação fez parte de uma política externa voltada ao alargamento dos laços com os EUA, que buscava privilegiar boas relações mantidas nos anos que antecederam a gestão presidencial de Epitácio. No entanto, é possível notar que diferentemente dos anos anteriores, em que a amizade com os EUA proporcionava prestígio internacional ao país, nesse momento a relação entre as nações era buscada para fomentar a industrialização e o comércio nacionais. Esses investimentos estadunidenses, por sua vez, vieram se alargando a partir de 1919 e contribuíram, de fato, para o processo de industrialização do país.

No entanto, com a crise mundial que passou por seus preâmbulos na década de 1920, apesar da cordialidade já estabelecida entre Brasil e EUA, os investimentos caíram, afetando o café brasileiro e, consequentemente, gerando impactos no cenário interno do país. Isso fortifica a ideia de que o Brasil, na visão dos EUA, era um caminho estratégico, sobretudo como ponte à região sul-americana e que a cordialidade, tão esperada pelos brasileiros, não garantiria investimentos em momentos conturbados. Enquanto presidente Epitácio Pessoa enfrentou esses desafios elencados, como será descrito a seguir.

PANORAMA INDIVIDUAL

Compreender a gestão de Epitácio Pessoa após assumir como presidente é parte fundamental para que se entenda como sua atuação individual foi relevante para uma aproximação mais contundente do Brasil com os EUA, que já seguia certa trajetória padrão. Pessoa, que já tinha estabelecido laços de amizade com Wilson em Paris, utilizou desse artifício para complementar sua administração e trazer benefícios ao país, sobretudo no que tange do prestígio ao desenvolvimento da industrialização do país.

A partir dessa ideia, objetiva-se destacar pontos que fazem parte do governo de Epitácio Pessoa frente ao contexto internacional à época de grandes turbulências em busca de mostrar como Pessoa atuava de acordo com as diversidades de influências postas à mesa do cenário exterior. No entanto, é preciso analisar como se deu sua candidatura à presidência enquanto ainda era Chefe de Delegação e sua volta ao país, cujo caminho é parte fundamental para cristalizar aspectos dessa aproximação.

A candidatura

No ano de 1918, Rodrigues Alves foi reeleito presidente do país; no entanto, estava com sérios problemas de saúde. Por conta disso, quem assume o Brasil foi Delfim Moreira, vice-presidente, mas que também apresentava problemas de saúde e indícios de desequilíbrio mental. Quem comandava de fato a nação, visto esses fatos, era o ministro Afrânio de Melo Franco. Com as eleições em 1919, Epitácio Pessoa, então Chefe de Delegação em Paris, foi eleito (MOTA, FERREIRA, 2010) enquanto ainda estava em Paris pela Conferência. Epitácio, mesmo à distância, participou do processo eleitoral e foi escolhido o primeiro representante paraibano fora do círculo que só nomeava candidatos de São Paulo, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul (HAAG, 2009; STREETER, 2010).

Epitácio foi apontado como candidato por Raul Soares por ser bem reconhecido na política nacional devido ao seu histórico político, mesmo não fazendo parte de nenhuma aliança. O fato de Epitácio Pessoa estar em Paris em constante contato com os homens mais poderosos do mundo fez com que seu nome viesse à tona (DIAS, sem data; STREETER, 2010). A família de Rodrigues Alves, recém falecido, também apoiava a candidatura de Pessoa, uma vez que ele sempre se mostrou a favor de Alves como político. Para ele, Rodrigues Alves era um homem “formado pela moderação, ordem, respeito pela lei, patriotismo intelectual, alguém que alcançou os mais altos cargos sem cobiçá-los (...) [Ele]

pode ser um exemplo para os mais jovens, uma lição de liderança em um novo país” (EPITÁCIO PESSOA, 1917 *apud* STREETER, 2010, p. 107, tradução nossa¹⁵). Rodrigues Alves era para Epitácio, então, uma inspiração. O apoio da família, em uma época em que laços de família sempre contaram na política foi marcante para o resultado das eleições.

Rui Barbosa, como candidato oponente e indicado por Nilo Peçanha, era uma das mais influentes e admiradas personalidades políticas no país, no entanto, não era maleável em termos de personalidade. Para se aproximar ao eleitorado, Barbosa viajou o país como estratégia para não perder para Epitácio Pessoa. Nessas viagens, denunciou o alinhamento do Brasil com os EUA proporcionado por Pessoa e atacou a Liga das Nações como forma de desqualificar seu adversário (GARCIA, 2013; MCCREERY, 2010; STREETER, 2010). Apesar disso, a atuação de Epitácio Pessoa na Conferência alavancou seu *status* e posição nacionais, no entanto, sua candidatura foi algo que não estava, supostamente, sob sua cogitação (STREETER, 2010). Nas palavras de Epitácio, “eu não fiz nenhum *lobby* em meu nome e meu nome não foi adiantado [por mim], a possibilidade de minha candidatura não foi sequer imaginada quando saí do Rio de Janeiro para Paris” (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* STREETER, 2010, pp. 107-108, tradução nossa¹⁶). Ele ainda continua:

Foi idéia que jamais me perpassou pela mente, não só porque, sem modéstia, não me sentia á altura do cargo, como porque a machina política do paiz estava montada de tal maneira que ao representante de um Estado pequeno, como a Parahyba, não era licito levar tão longe a sua ambição (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* COSTA, 2017, pp.7-8).

Apesar de sua percepção, a candidatura de Epitácio Pessoa foi aprovada pela Convenção Nacional em uma sessão solene chefiada por Antônio Francisco de Azeredo, então senador da República, sendo a primeira vez na história do Brasil em que um representante do governo retornaria ao país como chefe de Estado durante uma missão diplomática. Assim, Epitácio Pessoa venceu seu oponente com mais de 70% dos votos, tendo conseguido 294.324 votos contra 118.303 adversários (COSTA, 2017; DIAS, sem data; GARCIA, 2006; LACERDA, 2013; VILLA, 2011).

Epitácio, como “nordestino a comandar o Brasil, desde o início do seu governo tentou conciliar o apoio aos chamados três ‘grandes’ estados da federação, São Paulo, Minas Gerais

¹⁵“(…) formed by moderation, order, respect for the law, intellectual patriotism, one who has reached the highest positions without aiming for them. (...) [He was] is able to be an exemple to the youngest, a lesson of leadership in a new country”.

¹⁶“I had carried out no lobbying on my behald and my name was no put forward [by me], the possibility of my candidature was not even envisaged when I left Rio de Janeiro for Paris”.

e Rio Grande do Sul. Seis dos seus setes ministros eram paulistas, mineiros ou gaúchos” (GASPAR, sem data; LACERDA, 2013). No entanto, antes de deixar a delegação brasileira oficialmente, o recém presidente escreveu pessoalmente uma carta ao Woodrow Wilson com os dizeres: “você nunca falhou em demonstrar interesse nas questões intrínsecas a mim e nas satisfatórias soluções destas você desempenhou um papel muito importante” (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* GARCIA, 2013, p. 128, tradução nossa¹⁷).

Assim, mesmo deixando sua função de diplomata para tornar-se estadista, Epitácio Pessoa não deixou escanteada a posição de amizade e de boas relações com os EUA na figura do presidente Wilson. Essa relação foi ainda mais fortificada em sua gestão. Inicialmente, após sua saída da delegação, Epitácio debruçou-se em sua nova etapa como presidente da República e, aproveitando que já estava no continente europeu, realizou diversas visitas presidenciais, como será visto no próximo tópico.

Visitas presidenciais

Ter vencido a eleição presidencial deu a Epitácio Pessoa ainda mais prestígio pessoal internacionalmente, de modo que passou a receber convites pelo mundo para realizar visitas oficiais. Dessa forma, Pessoa passou a ser alvo de homenagens dos mais variados tipos (GARCIA, 2013; STREETER, 2010). Em relação às visitas, o novo chefe da nação as realizava inicialmente em países da Europa como França, Bélgica, Itália, Grã-Bretanha e Portugal. Porém, após o recebimento de telegramas convocando com urgência o retorno do novo presidente, Epitácio declinou o convite de ir à Espanha, uma vez que era hora de voltar ao país. Na sua ausência, o cargo era presidido por Delfim Moreira, que sofria dos problemas de saúde citado (GARCIA, 2006; GARCIA, 2013; STREETER, 2010).

Segundo Fagundes (2013), as visitas presidenciais corresponderam a movimentos recíprocos e fraternos entre as nações para que se concretizassem alianças políticas, econômicas, culturais e morais entre os Estados. Nessas visitas, o objetivo era oferecer ou receber hospitalidade em prol da construção de uma imagem positiva para visitante e anfitrião. Nelas estavam em jogo o prestígio dos países que se relacionam, além de suas respectivas identidades políticas dentro da ideia de importância diplomática. Logo as visitas realizadas por Epitácio fizeram parte de um cálculo estratégico dentro do jogo da política internacional (FAGUNDES, 2018).

¹⁷“(…) during which you never failed to show the questions intrusted to me and in the satisfactory solution of which you played such an important part”.

A continuada aproximação com os EUA também foi latente nessa nova fase de Epitácio. Os estadunidenses também prezavam por essa relação por saber a importância de cativar o novo presidente brasileiro como forma de angariar mais influência dentro do território brasileiro ao se discutir questões de âmbitos econômicos e de cooperação estratégica (GARCIA, 2006). Um convite oficial dos EUA foi feito à Pessoa, que aproveitando sua volta à América, optou por visitar os vizinhos do norte antes de voltar ao Brasil.

Visita aos EUA

Quando é a vez de Epitácio visitar os EUA, ocorrem alguns problemas no navio em que estava e este fica preso no oceano Atlântico. Pessoa, então, em telegrama - marcado como “muito urgente” pelos EUA -busca entrar em contato com o governo estadunidense para que fosse enviado um barco de resgate, diz:

Devido a quebra em seus motores, Jeanne D’Arc [navio francês emprestado para viagem] não pode prosseguir viagem. PARE. Nossa situação pode se tornar perigosa de uma hora para outra. PARE. Gentilmente peça de forma mais urgente possível que o governo americano em meu nome envie um navio para nos encontrar e nos leve a Nova York. PARE (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* STREETER, 2010, p. 116, tradução nossa¹⁸).

Imediatamente o navio americano ‘*The Imperator*’ resgata Epitácio e sua delegação. Ao finalmente chegar em solo, Pessoa e acompanhantes são recebidos calorosamente pelos estadunidenses. O objetivo era viajar até Washington para conversar com o vice-presidente dos EUA, Thomas Marshall – já que Wilson ainda estava em Paris (LACERDA, 2013; STREETER, 2010). De acordo com o jornal da época New York Herald, o embarque da comitiva brasileira em solo americano foi realizado por uma recepção espetacular. Ao chegar em Washington foi finalmente recebido por Marshall. Nos dias que se sucederam, matérias com as seguintes manchetes “*Brazil’s President is Nation’s Guest - Dr. Pessoa and Party Taken from crippled French Warship at Sea’s by The Imperator - saluted by Habor Fort*”¹⁹ e “*Pessoa proclaims Brazil our friend*”²⁰ foram lançadas nos EUA (LACERDA, 2018, p. 211).

No que tange à essa recepção, Pessoa escreve:

¹⁸“Owing to break down in her engines Jeanne D’Arc [navio francês emprestado para viagem] is unable to proceed on voyage. STOP. Our situation may become dangerous from one moment to the next. STOP. Kindly ask most urgently ask American Government in my name to send ship to meet us and take us to New York STOP”.

¹⁹“O Presidente do Brasil é Convidado da Nação - Dr. Pessoa e partido foram extraídos do defeituoso navio de guerra francês pel’O Imperator - saudado pelo Forte de Habor” (tradução nossa).

²⁰“Epitácio Pessoa proclama o Brasil nosso amigo” (tradução nossa).

A amizade do Brasil pelo seu país glorioso é inerente à formação de nossas nacionalidades, um fato consagrado pela história internacional, reconhecido e anunciado no continente. (...) Isso tem resultado a partir de laços morais, intelectuais e políticos, de sentimentos idênticos de dignidade e independência, os quais são traços característicos de nossos dois povos; das mesmas tendências no avanço da lei e de outros domínios da inteligência, do mesmo ideal de liberdade e justiça em nossa vida doméstica e da mesma elevação da mente e do desinteresse em nossas relações internacionais. (...) Agora que o flagelo monstruoso [guerra] desapareceu da face do mundo civilizado e que as nações, impelidas pela energia acumulada na composição do tempo perdido, vão retomar sua antiga vida de paz e trabalho, o Brasil se alegrará em continuar desenvolvendo mais e mais relações de todo tipo, que as obrigam a ir para os Estados Unidos, e a lutar por esse fim será um dos empreendimentos mais afeiçoados do meu governo (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* LACERDA, 2013, pp. 212-213, tradução nossa²¹).

Logo em seguida, Pessoa já estava em meio a reuniões com financistas e empresários estadunidenses, com o exemplo de *Percival Farquhar* representando a *Itabira Iron Ore Company*. Ele propôs ao Brasil projetos para a exploração de minério de ferro em Minas Gerais e que, a partir desse momento, passou a participar nas diversas licitações e concessões brasileiras (COSTA, 2017; DIAS, sem data; GARCIA, 2006; GARCIA 2013).

O contrato com a *Itabira Iron Ore Company* deu à empresa a liberdade de exportar minério de ferro das jazidas de Itabira - atual território de Itabira do Mato Dentro (MG) em troca da construção de usinas de aço, trens de laminação, altos-fornos e ferrovias que ligavam a região ao porto de Santa Cruz, no Espírito Santo, além de um valor de 60 milhões de dólares. Epitácio acreditava que a entrada de capitais estrangeiros era mais que bem-vinda devido às dificuldades com a caixa de câmbio do país, no entanto, o contrato gerou polêmicas internas quando parcelas de oposição o consideraram danoso aos interesses nacionais (DIAS, sem data).

Na volta de Washington para Nova York, antes de ir embora de vez dos EUA, Epitácio Pessoa ainda se reuniu com o prefeito da cidade, Hylan, o qual declarou a opinião do Brasil como uma das repúblicas mais progressistas da América do Sul. Ele ainda acrescentou que tem certeza da vontade de seu povo (estadunidense) de perpetuar boas relações com os brasileiros e afirma o bom histórico de amizade que ambos países têm construído desde o Império (LACERDA, 2013). Epitácio Pessoa, então, estava pronto para voltar ao Brasil.

²¹“Brazil friendship for your glorious country has been from the very formation of our nacionalities, a fact consecrated by international history, recognizes and heralded in very continent. (...) It resulted from moral, intellectual and political ties, from identical feelings of dignity and independence, which are a characteristic trait of our two peoples; from the same tendencies in the advancement of law and other domains of intelligence, from the same ideal of liberty and justice in our home life, and the same elevation of mind and disinterest in our international relations. (...) Now that the monstrous scourge has disappeared from the face of civilized world and that nations, impelled by accumulated energy in the making up of lost time, are to resume their old life of peace and toil, Brazil will rejoice in continuing to develop more and more relations of every kind, which bind her to go the United States, and to strive for this end will be one of the fondest endeavours of my Government”

A gestão de Epitácio Pessoa enquanto presidente

Na sua volta - simbolicamente em seu navio de guerra estadunidense (LACERDA, 2013), Epitácio Pessoa agradeceu o presidente Wilson pela amizade que estabeleceram e pela calorosa visita que fez:

Estou cada vez mais convencido de que é dever dos nossos governos - já ligados por uma amizade que se tornou tradicional - fortalecer tanto quanto possível as relações entre os nossos povos (...), isso requer apenas que conheçamos um outro melhor (...) mostrando as vantagens que os dois países podem oferecer um ao outro (...), por favor, acredite, Vossa Excelência, que esta será uma das minhas maiores preocupações (EPITÁCIO PESSOA, 1919 *apud* STREETER, 2010, p. 125, tradução nossa).

Esse trecho é significativo ao apoiar o argumento de que a atuação de Epitácio Pessoa na Conferência de Paz de 1919 foi fundamental para a consolidação de um histórico de aproximação com os EUA desde Barão do Rio Branco. Vale salientar que ao chegar em território brasileiro, inaugurou a Avenida Presidente Wilson, no Rio de Janeiro, como uma maneira de homenagear a cordial amizade estabelecida (GARCIA, 2000).

Já no país, em entrevista, Pessoa declarou que seu governo apoiaria a cooperação econômica e comercial entre os dois países, de modo a consolidar os interesses de ambas as nações sem antagonizar países da Europa. De forma muito aberta foi dito que havia, então, amizade sincera e comunhão de interesses entre EUA e Brasil, assim, os estadunidenses teriam preferências frente aos europeus nas negociações. Pessoa também incentivou a entrada de investimentos de empresas dos EUA no país, tais como *Central and South American Telegraph Company*, *Bethlehem Steel Company* e *International Corporation* por ser contra a ideia de haver monopólios em território brasileiro; e manifestava o desejo de oficializar em termos práticos as relações financeiras entre os países (GARCIA, 2006; GARCIA, 2013).

Nos outros pontos de sua gestão, Epitácio tomou diversas escolhas. O presidente estava determinado em reformar o âmbito militar do país, visto que o exército brasileiro foi comprovado em déficit após sua participação na Primeira Guerra Mundial. Para o Ministro da Guerra, nomeou Calógeras por ter experiência em defesa internacional e uma extensa rede de contatos por ter ficado mais tempo em Paris, mesmo sendo um civil. Como Ministro da Marinha, nomeou para o cargo Raul Soares. Concomitante a isso, apesar dos interesses de reforçar a marinha e o exército brasileiro, estava em vigor a Lei do Desarmamento, discutida na Liga das Nações. O país, na teoria, apoiava a ideia, mas, na prática, temia uma posição

enfraquecida na região, sobretudo com a Argentina, que possuía tropas três vezes mais preparadas do que as brasileiras (APLPB, sem data; HAAG, 2009; STREETER, 2010).

Essas decisões foram tomadas com a justificativa de deixar o Exército e Marinha livres de questões administrativas, de modo que se dedicassem ao seu âmbito exclusivamente, e para incentivar o estudo por parte dos civis às questões de cunho militar, assim como os europeus faziam (COSTA, 2017; DIAS, sem data). Em seu mandato, Pessoa rompeu com o modelo tradicional de escolha de seu grupo ministerial, de modo que, ao nomear civis para cargos militares - sendo esta a primeira vez que acontece no país - provocou certo desconforto e resistência por parte dos militares. Além de Calógeras e Raul Soares, Epiácio optou por escolher Alfredo Pinto Vieira de Melo, para cuidar do Interior, José Manuel de Azevedo Marques, para Exterior, Homero Batista, para a Fazenda, além de José Pires do Rio, da Viação e Ildefonso Simões Lopes para a Agricultura (COSTA, 2017; DIAS, sem data).

No governo de Epiácio Pessoa,

há a busca por um maior tecnicismo (...), evidenciando um Estado de cunho transitório, com traços assíncronicos entre as instâncias política, jurídica e econômica; de acordo com José Antonio Spinelli, Luis Pereira conclui que “sendo o período correspondente aos anos 1889-1930 uma etapa de transição de uma formação social escravista ‘moderna’ para uma formação social capitalista, o Estado teria de ser, necessariamente, um ‘Estado transitório’ (Pereira apud Spinelli, 1992: 31). Desta forma, a eleição de Epiácio Pessoa respondia a este cenário, ao mesmo tempo modernizador, todavia, sem perder seu viés patrimonialista (COSTA, 2017, p.8).

Desse modo, o governo de Epiácio Pessoa se deu meio a um cenário de burburinho externo em um período pós-conflito e conferência de paz mundiais, além do contexto interno de transição política e de transformação do Estado nacionalmente. Sua figura, então, é um marco nessa transição histórica pelo qual o Brasil fez parte na década de 1920.

Ao cruzar os panoramas externo e interno ao seu governo, Epiácio, pessoalmente, solicitou ao Ministro das Relações Exteriores que tomassem um cuidado especial com a emissão de passaportes, sobretudo em relação aos agitadores estrangeiros que entravam no país meio ao contexto externo de Pós-Revolução Russa. Pessoa tinha receio de agitações bolcheviques no território brasileiro, de modo que em 1920, foram concedidos ao Congresso poderes para impedir qualquer tipo de subversão que envolvesse a banicção dos tipos de religião e da destruição da família. Foram presos ou deportados diversos líderes operários no país, de modo que fracos, não conseguiram gerar mais movimentos substanciais no país nesse momento, apesar de que geraram preocupação no então presidente (DIAS, sem data; STREETER, 2010).

Em 1921 também foi promulgada a lei Lei Adolfo Gordo, nº 4.269, de regulamentação à repressão ao anarquismo e que impunha sanções a quaisquer subversivos apontados pelas instituições legais que envolviam atividades ilegais como fabricação de bombas e depredação. Na lei, Pessoa estabeleceu que associações, sociedades civis e/ou sindicatos fossem fechados (DIAS, 2018; GASPAR, sem data; MOTA, FERNANDES, 2010). Essas medidas se deviam a um cenário interno de crise social-trabalhista e econômica no país, que foi o grande impulsionador de greves operárias e movimentos sindicalistas e/ou socialistas no Brasil (COSTA, 2017). De acordo com Laurita Pessoa, filha de Epitácio, o então presidente, levando em consideração a situação interna e social do país, até

havia viajado aos Estados Unidos para discutir questões trabalhistas junto aos países mais industrializados do mundo. Ao que tudo indica, Epitácio havia fomentado tais discussões no Congresso para que os parlamentares desenvolvessem leis de proteção ao trabalhador. Seria, portanto, o primeiro Presidente da república a se preocupar mais diretamente com as condições dos de baixo, as camadas trabalhadoras, porém, indo na esteira das medidas mundiais de proteção à classe trabalhadora, como maior controle, frente ao medo de uma Revolução Operária (LAURITA PESSOA, 1951 *apud* COSTA 2017 p. 11).

Ademais, durante o mandato de Epitácio, o secretário de Estado estadunidense, Bainbridge Colby, fez visita ao Brasil com o objetivo de agradecer o apoio brasileiro durante a Guerra e estreitar os laços políticos e econômicos entre os dois países, além de ser uma forma de retribuir a visita de Epitácio aos EUA no ano anterior. Colby, nessa visita, confirmou que havia uma crescente noção de que ambos os países constituíam uma esfera especial de poder na política mundial a partir de suas ligações culturais, econômicas e políticas (GARCIA, 2006). Esse estreitamento de laços, além de uma política de prestígio internacional eram simbólicos ao país e ao mandato de Epitácio Pessoa, enquanto chefe de delegação, como visto, mas também como presidente. A América do Sul, por sua vez, tinha um papel secundário em termos de prioridade na política externa do país (GARCIA, 2013).

Assim, nas diretrizes de sua política externa, levando em consideração a esfera triangular de atuação entre EUA, Europa e América do Sul, o governo de Epitácio priorizou as relações em maior grau com os estadunidenses, mesmo que ainda se projetasse com prestígio para o continente europeu após sua participação nas negociações de paz. As relações com a terceira ponta do triângulo, a América do Sul, eram dadas com menor fôlego. Internamente, muitos críticos apontavam que o Brasil dava atenção exagerada aos EUA comparada com os países sul-americanos do entorno (GARCIA, 2006).

No entanto, desconsiderando momentaneamente as pequenas parcelas de insatisfação popular - que serão vistas posteriormente - com as prioridades escolhidas pela gestão de Pessoa, a nação parecia satisfeita com as atitudes tomadas em âmbito internacional (GARCIA, 2013). Externamente as percepções também eram boas, de modo que governantes estrangeiros passaram a ter interesse e a realizarem visitas oficiais ao Brasil (FRANCA FILHO, 2013). Uma dessas visitas, por exemplo, foi a de Alberto I e Elizabeth, reis da Bélgica, em 1920, uma das mais representativas em termos de aliança ao longo prazo estabelecida no governo de Epiácio Pessoa, que já havia visitado a nação um ano antes. A parceria entre Bélgica e Brasil, inicialmente firmada com essa visita oficial, tem até hoje traços marcantes para a história das relações bilaterais do país; e o que prova certo legado diplomático da atuação de Epiácio Pessoa na história da Política Externa Brasileira (DIAS, sem data; FRANCA FILHO, 2013).

Enquanto presidente, Epiácio Pessoa ainda celebrou o Centenário da Independência a partir de uma exposição internacional realizada no Rio de Janeiro - que foi, em termos de infraestrutura, preparado para o recebimento de visitantes dispostos a apreciar a exposição. Segundo Dias (sem data), foi construído o Hotel Glória para receber os espectadores a partir dos entulhos do desmonte do morro do Castelo, além do túnel Rio Comprido para ligar os bairros da Tijuca e Laranjeiras. No espaço restante do Castelo, Pessoa investiu na construção do Centro Comercial e Administrativo do estado do Rio de Janeiro a partir do plano urbanístico de Alfred Agache, arquiteto francês. Além disso, Pessoa solicitou que uma parte da Lagoa Rodrigo de Freitas fosse aterrada.

O presidente revogou também a lei que bania a família imperial portuguesa do país, reatando relações fragilizadas desde o governo de Floriano (MOTA, FERNANDES, 2010). Epiácio agiu em diversos âmbitos nacionalmente, o que nem sempre agradou a todas as parcelas de opiniões. Por ter sido um presidente eleito enquanto era Chefe de Delegação, trouxe para o debate interno diversas questões da política internacional, quebrando a tradição de que a Política Externa Brasileira não era temática presente em campanhas presidenciais nem era minimamente discutida pela população (GARCIA, 2006). Ele assumiu então o cargo da presidência com prestígio internacional oriundo da participação da Conferência (FRANCA FILHO; STREETER, 2010), de modo que a política exterior de seu governo já começasse de certa forma em Paris (GARCIA, 2006). Vale salientar que Pessoa deixa o cargo de líder da comitiva brasileira na Conferência para outro membro da delegação.

Por ser uma figura política, Epiácio sofreu diversas críticas durante sua jornada e gestão quando presidente, algumas inclusive nos âmbitos da economia e do Ministério da

Fazenda (COSTA, 2017). Sua aproximação com os EUA também foi alvo de severas críticas, principalmente por jornalistas brasileiros e pelo seu adversário nas recém eleições Rui Barbosa. Para ele, a relação entre os países precisava ser franca e em moldes de igualdade, sem nenhum indício de sobreposição dos EUA no Brasil, como ele acreditava ser concebida a amizade entre Pessoa e Wilson (LACERDA, 2013). Em resposta, Epitácio disse que as propagandas antiamericanistas não representavam o sentimento de seu povo:

A amizade tradicional do povo brasileiro pelos Estados Unidos está bem estabelecida e consolidada por interesses comuns e afinidades morais para ser perturbada por tais propagandas política. Essa amizade do povo brasileiro foi ampliada e fortalecida pela posição assumida pela Delegação dos Estados Unidos na Conferência de Paz em Paris em favor dos interesses e reivindicações brasileiros como resultado da guerra mundial. Nessa circunstância, é impossível que qualquer homem ou grupo de homens faça algo que interfira nas relações entre os dois países (EPITÁCIO PESSOA, 1919 apud LACERDA, 2013, pp. 218-219, tradução nossa²²).

Apesar das divergências em seu governo, Epitácio Pessoa mostrou-se preocupado em manter as condições e interesses econômicos do Tesouro Nacional, além de buscar preservar uma boa relação entre o Governo Federal e os demais estados da Federação. Nesse cenário, o presidente também lidou com a formação de grupos de pressão que defendiam a obtenção de melhores condições de vida, o que configura um contexto complexo de atuação (LACERDA, 2013; STREETER, 2010).

No que tange o cunho industrial-econômico, cresceu no país um desejo de acabar com a dependência brasileira perante aos outros países, sobretudo europeus. Epitácio Pessoa, após sua experiência na Conferência de Paz, observou que nações menores eram usualmente escanteadas perante às grandes potências; esse fato influenciou a diplomacia da década de 1920, que via de forma crítica e muitas vezes pessimista como de fato funcionavam as relações mundiais (STREETER, 2010). Entretanto, o cenário interno do país, como visto, é de crise econômica, inflação descontrolada, além de demasiados empréstimos externos, sobretudo dos EUA (COSTA, 2017). Sobre isso, Epitácio diz: “taxaram-me de incoherente os meus desaffectedos porque (...) desperdicei rios de dinheiro, fiz emissões de papel moeda, dei causa a déficits avultados e elevei a dívida pública a cifras aterradoras” (EPITÁCIO PESSOA, 1920 apud COSTA, 2017, p.5).

²²“The traditional friendship of Brazilian people for the United States is too well established and consolidated by common interests and moral affinities to be disturbed in the least by such political propaganda. This friendship of the Brazilian people was augmented and fortified by the stand taken by the United States Delegation at the Peace Conference in Paris in favor of the interests and claims of Brazil as an outcome of the world war. Under this circumstance it is impossible for any man or group of men to do anything that interfere with the relations between the two countries”.

Por conta desse (des)controle, a imagem de Epitácio Pessoa foi se deteriorando, acompanhado de uma modificação da própria estrutura social do país, que vinha em constante ebulição desde a proclamação da República. Esse fato fez com que sobretudo jornais fizessem propagandas que não beneficiavam o presidente. Costa (2017) coloca que, nesse momento, “Epitácio Pessoa resume-se a um Presidente estereotipado pelos jornais, deixando-se em relevo um período de crise política, com forte oposição à aprovação dos orçamentos de despesa” (COSTA, 2017, p. 10). Essa cena era a que configurava o ano de 1922 no país, a qual deu fim à gestão de Pessoa

Fim do governo de Epitácio Pessoa

Em 1922, o mandato de Epitácio chegou ao fim. Foi nesse período que a orientação automática e imobilizada do Brasil para os EUA foi mais contestada. Em paralelo, uma série de efervescências sociais e culturais estavam acontecendo como o surgimento do Partido Comunista do Brasil, a explosão do modernismo artístico e a eclosão da primeira rebelião tenentista (GARCIA, 2006). Segundo Streeter (2010), os eventos dos anos anteriores, desde a Primeira Guerra Mundial, de fato modificaram a sociedade. No entanto, com o fim do governo de Epitácio Pessoa, havia uma nova necessidade de mudança, de modo que Pessoa, nesse momento, já representava o passado. O antigo regime já era bastante questionado, o que anunciava seu fim (GARCIA, 2013).

A presidência foi sucedida para Artur Bernardes, que assumiu em novembro de 1922. No entanto, é fato de que os políticos que fizeram parte da sucessão de Epitácio foram inspirados pela seu prestígio e patriotismo (DIAS, sem data; MELLO, 2014). No ano seguinte, Pessoa seria convidado pelo Conselho da Liga das Nações a participar da Corte Permanente da Justiça Internacional de Haia, ocupada anteriormente por Rui Barbosa e que, nesse momento, já havia falecido. Paralelo a isso, foi novamente eleito senador da Paraíba e ocupou ambos os cargos. Já no início da década seguinte, em 1930, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas, cujo vice era seu sobrinho, João Pessoa (DIAS, sem data).

No entanto, com a perda das eleições, Gaspar (2010) aponta que Epitácio ainda participou discretamente do movimento que depôs Washington Luís e fez com que Getúlio assumisse a gestão. Após isso, recusou o convite de Getúlio de ser embaixador do Brasil e nos EUA e supostamente se retirou da vida política. Em 1936, representou os EUA na Comissão Permanente de Arbitramento entre estadunidenses e britânicos - sendo uma escolha pessoal do

presidente Hoover (ESTADÃO, sem data). Para Costa (2017), a partir de toda essa trajetória política de Pessoa,

percebe-se um Epiácio Pessoa agente de seu próprio tempo. (...) É preciso localizar Epiácio Pessoa, num mandato de Presidente, com forte tendência ao desequilíbrio externo de um novo sistema econômico que se desenrolava, tendo que lançar mecanismos de defesa das finanças públicas e equação dos problemas que se lhe afiguravam (caso do café e também o problema da seca), e ao mesmo tempo corroborar com a manutenção de sua cultura política oligárquica (COSTA. 2017, p.13).

Ainda sobre sua figura, o autor continua alegando que Epiácio era

um homem de perfil douto, de visão universal e autônoma, também muito republicano e alimentado pela tradição de raiz e regional (no dizer de Gilberto Freyre), numa conjuntura de transição recente da monarquia para a república e, para tanto, ressaltando o entender de Freyre, uma modernidade que precisava ser oxigenada por governos que eram naturalmente tradicionais, mas com diferenciais e inovações. Em diversas passagens do livro, Epiácio se mostra um governante muito preocupado em buscar soluções, em resolver problemas, em lançar opiniões que sirvam de lição, ademais, revela-se um homem que concede os méritos aos outros e até mesmo humilde ao admitir determinadas limitações. É possível conceber a modernidade requerida ao Governo Epiácio Pessoa. Eram expectativas novas e de um tempo novo, de um capitalismo tardio e com desenvolvimento industrial realizado em bases financeiras estreitas e muitas vezes precárias. A população, em suas diversas camadas, requeria de Epiácio que ele se distanciasse cada vez mais das experiências políticas e das medidas econômicas adotadas até então (COSTA. 2017, p.19).

Com isso, a partir da trajetória de atuação externa de Epiácio Pessoa, pode ser dito que seus sucessos se deram a partir de uma trajetória de experiências jurídicas, de advocacia, negociação e cordialidade dentro de um contexto em constante adaptação às novas realidades nacionais e internacionais. Apoiado nessa ideia, Epiácio agiu nos âmbitos interno e externo de maneira a angariar prestígio para sua figura e para o país, principalmente com uma aproximação com os EUA, a partir da amizade com Woodrow Wilson. Não era difícil perceber que Epiácio tinha, de fato, certa afeição pessoal pelos EUA (BRAZIL ANUAL REPORT, 1919 *apud* GARCIA, 2006). Por outro lado, é importante ressaltar que boa parte também desse laço se deu pela vontade estratégica dos EUA de ajudar o Brasil com seus interesses, de modo que essa contribuição permitiu ao Brasil ter papel de maior relevância no cenário internacional (COSTA, 2017; GARCIA, 2006; LACERDA, 2010; STREETER, 2010).

Considerações parciais

A amizade entre Brasil e EUA, construída desde o Barão do Rio Branco e cristalizada com os laços de Pessoa e Wilson na Conferência de Paz de 1919, foi ainda mais enfatizada durante o governo de Epitácio. A visita que o presidente fez ao EUA antes de retornar ao país foi peça chave para o entendimento de como a relação entre os países fazia parte das prioridades de Epitácio nesse momento. Além disso, em sua gestão, o espaço para investimentos e entrada de empréstimos estadunidenses estava aberta, uma vez que se acreditava que esse capital exterior seria fundamental para o amadurecimento da indústria nacional.

Inicialmente, o cenário econômico do país era satisfatório, com alta exportação de café e balança comercial favorável, além de inúmeras empresas dos EUA se estabelecendo no país a partir das boas propagandas do país. Isso fez com que os brasileiros experimentassem o chamado *american way of life*, que também corresponde parte importante da projeção de influência dos EUA sobre o Brasil dentro do espectro de laços entre ambos os países. Epitácio foi grande incentivador disso ao se reunir pessoalmente com grandes empresas para fechar negócios.

Entretanto, as influências da crise econômica externa chegaram ao país, que consolidou a ruína do então presidente e sua administração. O cenário era de alta inflação, questões sociais sendo levantadas constantemente e a queda dos preços do café, que afetava toda a economia do país. Por conta disso, a população já se mostrava insatisfeita com as características das estruturas político-econômicas vigentes, mostrando que aquelas disposições políticas já estavam em derrocada. Novamente, o Brasil enfrentaria reestruturações em seus setores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os panoramas externo, interno e individual de forma separada contribui para o entendimento das etapas que ocorreram entre 1917 a 1922, na qual, cada acontecimento é complementado pelo outro - o que forma um escopo mais denso de informações. No fim das contas, essa divisão nada mais é do que uma ferramenta para a compreensão de um período marcado pelo jogo de influências e rupturas das estruturas de poderes existentes em diversos âmbitos de análise. Desse modo, esse conjunto de variáveis conforma um quadro totalizante de influências, consoante com o Método Histórico e a metodologia de Análise de Política Externa para construir a explicação do fenômeno em destaque.

Externamente, nesse quadro de influências, compõem diferentes fatores que engrossam o caldo de perspectivas de cenários internacionais à época. De 1917 a 1922, como foi visto, houve uma reordenação do contexto mundial a partir da Primeira Guerra Mundial. Os padrões estabelecidos de países europeus como grandes influências e detentores mundiais de poder dão lugar à ascensão dos EUA como potência mundial em destaque. Nessa cena, acrescenta-se o evento da Revolução Russa, que impactou profundamente esse quadro de estruturas mundiais pelas suas ideias reformadoras do que se considerava comum em termos de política, economia e sociedade no mundo ocidental capitalista. Era objetivo dos bolcheviques que a revolução não fosse delimitada ao território russo, e que se tornasse mundial.

Frente a esses acontecimentos, o mundo se molda e surgem novos valores e anseios. Crescia na Europa um desejo de vingança, sobretudo alemã, por parte das consequências da guerra que impulsionava o crescimento de parcelas de Direita no continente. Enquanto isso, o continente buscava se reerguer pós-conflito meio às suas inovações tecnológicas e perdas sociais e demográficas em paralelo com a Rússia após seu processo revolucionário. Esse é o cenário internacional para que ocorra, posteriormente, a Conferências de Paz de 1919 para discutir quais as diretrizes internacionais seriam adotadas pelos países após o conflito.

Na Conferência, as nações vencedoras se reuniram para discutir os rumos das relações internacionais e os EUA, como maior potência mundial do momento, tomou à frente nas negociações. Nelas foram realizados comitês e comissões distintas, mas que envolviam sobretudo a instalação da Liga das Nações como uma associação que prevenisse outros conflitos armados através dos 14 Pontos de Wilson e a elaboração do Tratado de Versalhes, que colocavam a Alemanha como culpada da Primeira Guerra Mundial.

A Conferência, então, desenhou as direções que o cenário internacional e o jogo de poderes e influências para os anos seguintes, sobretudo de 1919 a 1922. Nesse período, a conjuntura mundial continuou a ser recheada de resultados pós-conflito e pós-conferência. A Europa como um todo passava por sérios problemas econômicos, sobretudo de inflação e desemprego, enquanto os EUA, como maior credor mundial, participava a partir da transferência de empréstimos e investimentos aos europeus. Concomitante, a Rússia pós-revolução mostrava indícios de desestruturação dos interesses dentro dos partidos socialistas, rompendo com as ideias radicais de uma revolução internacional; apesar de que a onda bolchevique ainda influenciou parcelas significativas da Europa e no restante do mundo.

Diante das várias forças externas que se estruturavam nesse jogo internacional de influências, coube ao Brasil decidir qual seria sua política de alinhamento e como o país transitaria e se posicionaria dentro dessas questões. Como visto, a nação optou por se alinhar aos EUA, e isso cristalizado a partir de um paradigma americanista na Política Externa Brasileira, que acompanha desde os primórdios do século com Barão do Rio Branco, até - dentro do recorte desta análise - a gestão presidencial de Epitácio Pessoa.

Internamente, era objetivo de a República Velha fazer com que o país se distanciasse das noções do Império. Na política externa, isso foi visto de acordo com as pretensões brasileiras de alavancar seu prestígio nacional colocando-se no cenário internacional e realizando uma política estratégica de aproximação com os EUA. Ao quebrar a neutralidade de atuação no período da Primeira Guerra Mundial para lutar junto aos Aliados, o Brasil deu o primeiro passo que instrumentalizou os laços com os estadunidenses nesse período. Esse ato garantiu a posição brasileira na Conferência de Paris de 1919, sob delegação chefiada por Epitácio Pessoa.

Na conferência, o país usufruiu da oportunidade para angariar o prestígio internacional tanto almejado, relacionando-se com os principais países e seus representantes à época. O Brasil tinha demandas específicas, como o caso dos navios alemães atracados na costa brasileira, do torpedeamento dos navios que transportavam café e do montante de dinheiro armazenado em banco alemão. No entanto, o primeiro obstáculo foi chegar às reuniões em Paris com um número maior de delegados que seus assentos disponíveis à mesa. Para contornar e solucionar todos esses pontos, a nação recorreu exclusivamente à sua relação com os EUA, com a barganha de que teria sido o único país sul-americano a participar da Primeira Guerra Mundial e, para isso, necessitava tratamento especial.

Os EUA, que viam o Brasil como potencial parceiro estratégico em termos de mercados e território, concretizaram esse laço entre os Estados a partir do apoio em todos as

demandas brasileiras. Ao final da Conferência, os países apresentavam uma relação próxima e cordial. Isso continuou a ser visto durante a presidência de Eptácio Pessoa, de modo que, nesse momento, laços, empresas, investimentos e empréstimos oriundos dos EUA eram mais que bem-vindos e bem vistos no país. A busca pelo prestígio nacional - que se deu pela aproximação com os EUA - deu lugar à entrada de capitais para o desenvolvimento da indústria nacional – a partir da transferência também dos EUA.

No entanto, apesar de inicialmente apresentar um cenário propício para a economia do país, logo a nação sofreu os impactos da crise internacional que se escalonava desde a Grande Guerra. Com isso, inflação, tumultos sociais e queda dos preços do café tomaram controle do contexto interno desse período. É dito que, nesse ponto, a República Velha, conforme os moldes estruturados de poderes, já se fragmentava, sem comportar as agitações nacionais que transformavam a política e a sociedade a partir de 1922. Nesse contexto, o Brasil possuía diversos grupos de interesses distintos que faziam parte de um único cenário de atuação e de disputa pelo poder do país.

Para traçar uma posição de âmbito individual nessa trajetória e reforçar a ideia de que de que o líder ou tomador de decisões é fruto do cenário em que está inserido - ao mesmo tempo que gera influências, recorreu-se à atuação de Eptácio Pessoa. Antes mesmo da guerra, sua posição como figura pública ascendeu de maneira que Eptácio construiu um nome de prestígio e relevância nacional a partir de sua trajetória política. Por conta disso, ele foi escolhido para representar o Brasil na Conferência de Paz de 1919 e pôde corresponder às aspirações e interesses nacionais, sobretudo de alcançar melhores níveis de prestígio à nação. Em Paris, ele atuou denunciando o caráter exclusivista das negociações de discutirem somente os interesses das grandes nações e, a partir da construção de um laço de amizade com o presidente Wilson, foi figura indispensável para a concretude do alinhamento entre EUA e Brasil.

Por conta da popularidade de seu nome, Eptácio Pessoa foi eleito presidente da República ainda em viagem e sem realizar campanhas presidenciais, em um cenário em que Rodrigues Alves havia falecido, para compor o maior escalão político de sua carreira. Nessa gestão, Pessoa se comprometeu com questões internas de nível regional, porém, sem deixar escantear as relações construídas de cordialidade com os EUA. Com isso, a partir de sua atuação, o novo presidente se posicionou como ator fundamental para a compreensão desse período. Ele relacionou aspectos internacionais aos interesses da nação através de suas habilidades e perfil político, deixando sua marca registrada nos grandes antros políticos em níveis nacional e mundial.

Diante disso, é possível revisitar as hipóteses complementares e confirmar que a) a nomeação de Epitácio Pessoa para chefe de delegação se deu a partir de uma construção de seu nome durante sua trajetória política na Paraíba e Rio de Janeiro anterior à guerra; b) ser parceiro dos Aliados na Primeira Guerra Mundial teve importância para uma maior aproximação com o *paradigma americanista* na política externa do país; c) a atuação da figura de Epitácio Pessoa através da sua participação na delegação brasileira da Conferência de Paz foi relevante para a instrumentalização do *paradigma americanista* na Política Externa Brasileira; d) durante o governo de Epitácio, a aproximação com os EUA, antes vista como uma maneira de angariar prestígio nacional, passou a significar um instrumento para desenvolver a indústria e a economia do país; e e) o perfil e as preferências pessoais de Epitácio Pessoa contribuíram para a consolidação de uma Política Externa mais próxima do *paradigma americanista*.

Esses fatores possibilitam a ideia de que, Pessoa, a partir de um leque de constrangimentos no qual estava inserido, optou pelo não afastamento ao americanismo. Desse modo, sua trajetória é peça importante que contribui para o entendimento desse paradigma à época, de modo que tratar dessa parcela da História sem seu nome seria obscurecer a análise em questão. Infere-se, portanto, que Epitácio Pessoa, com sua particular atuação na Conferência de Paz de 1919 e como presidente da República, contribuiu para a fortificação e aperfeiçoamento do *paradigma americanista* de Política Externa Brasileira - existente desde o período do Barão - a partir dessa aproximação brasileira com os EUA no período da República Velha.

REFERÊNCIAS

- ABL (Brasil). Academia Brasileira de Letras. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/levi-carneiro/biografia>>. Acesso em: 08 maio 2018.
- ABLPB (Paraíba). Academia Paraibana de Letras. **Nº 31 - (PATRONO) Epitácio da Silva Pessoa**. Disponível em: <<http://www.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-31-a-40/222-n-31-patrono-epitacio-da-silva-pessoa>>. Acesso em: 30 maio 2018.
- ARÉVALO, Raquel; KUHN, Bruno. A Doutrina Monroe e suas influências: impactos nas Américas. 2016.
- BANDEIRA, Moniz. **A presença dos EUA no Brasil**. 2. Ed. Ed. Senac. SP. 1998.
- BARROS, Sebastião do Rego. A Revolução de Outubro: 80 anos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 12, p.19-36, nov. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n32/v12n32a03.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- BARACUHY, Braz. A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 355-397, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-852920060002000002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Biografia - Epitácio Pessoa**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/institucional/procurador-geral-da-republica/galeria-dos-ex-pgrs/galeria/biografia-de-epitacio-da-silva-pessoa>>. Acesso em: 16 maio 2018.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Do apogeu ao declínio da Primeira República: a ilusão do poder (1912-1930). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2002. p.199-232.
- COSTA, Rodrigo Henrique Araújo da. Epitácio Pessoa em Pela Verdade, de 1925: Política, Economia e Memória nos seus anos como Presidente da República (1919-1922). **Campo da História**, Caruaru, v. 1, n. 2, p.1-25, jan. 2017.
- CURTY, Carla; LÉON, Jaime; BARBOSA, Leila. A Revolução Russa e suas influências sobre o contexto no qual se desdobra o debate da revolução brasileira. **Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017**, p. 1867-1917.
- DIAS, Sônia (Brasil). Fundação Getúlio Vargas. **Epitácio Pessoa**. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <<http://atlas.fgv.br/verbetes/epitacio-pessoa>>. Acesso em: 16 maio 2018.

ESTADÃO (São Paulo). Acervo Estadão. **Epitácio Pessoa**. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,epitacio-pessoa,567,0.htm>>. Acesso em: 18 maio 2018.

ESTADÃO (São Paulo). Acervo Estadão. **Há 100 anos, EUA abandonavam neutralidade e entravam na Primeira Guerra Mundial**. 2017. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,ha-100-anos-eua-abandonavam-neutralidade-e-entravam-na-primeira-guerra-mundial,12754,0.htm>>. Acesso em: 20 maio 2018.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Rituais de hospitalidade e encenações da História: visitas de Chefes de Estado no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). In: FRANCA FILHO, Marcílio Toscana; MIALHE, Jorge Luís; JOB, Ulisses da Silveira (Org.). **Epitácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013. Cap. 5. p. 271-306.

FARIA, Débora Jacintho de. **Paris Peace Conference: Post Great War: Stair steps for a new global order**. 2015. Disponível em: <<http://site.internationali.com.br/images/mib/paris.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

FARIAS, Rogério de Souza. Biography as method in International Relations: an approach towards Teaching. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S.l.], v. 18, sep. 2017. ISSN 1518-1219. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/md47e18011>>. Acesso em: 18 abr 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Usp, 1995. 653 p.

_____. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006. 455 p. (Tomo III - O Brasil Republicano).

FAVERÃO, Gustavo de Mauro. **Autonomia, universalismo e alinhamento na política externa brasileira do século XX e suas implicações nos processos de integração regional**. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

FGV (Brasil). Fundação Getúlio Vargas. **Nunes, José de Castro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nunes-jose-de-castro>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscana. À guisa de Introdução: algumas questões preliminares e metodológicas. In: FRANCA FILHO, Marcílio Toscana; MIALHE, Jorge Luís; JOB, Ulisses

da Silveira (Org.). **Epitácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013. Cap. 1. p. 23-35.

_____. **Cartas de Epitácio Pessoa demonstram apurado senso de Justiça**. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-abr-05/marcilio-filho-cartas-epitacio-pessoa-demonstram-senso-justica>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. **Legado internacional de Epitácio Pessoa volta a ecoar**. 2010. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2010-jun-09/legado-ministro-presidente-diplomata-epitacio-pessoa-volta-ecoar>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. **Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma Análise da Construção da Tradição**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Cap. 4.

FRIEDEN, Jeffry A.. Tudo o que é sólido desmancha no ar.... In: FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global: História econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Cap. 6. p. 194-235. Tradução de: Vivian Mannheimer.

FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p.3-8, 1993.

GARCIA, Engênio Vargas. Epitácio Pessoa Diplomata: de Versalhes ao Catete. In: FRANCA FILHO, Marcílio Toscana; MIALHE, Jorge Luís; JOB, Ulisses da Silveira (Org.). **Epitácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013. Cap. 5. p. 111-132.

_____. O Brasil e o estabelecimento da Liga das Nações. In: GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): Vencer ou Não Perder**. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2000.

_____. Rumo à Europa: a nova projeção mundial do Brasil. In: GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Editora Unb, 2006. p. 33-116.

GASPAR, Lúcia. Bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco. **Epitácio Pessoa**. Disponível em:

<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=254:epitaciopessoa&catid=40:letra-e>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GOMES, Iordan Queiroz. **O estado da Parahyba e a representação da República: Epitácio Pessoa e a (re)afirmação da tradição familiar à época do governo de Venâncio Neiva (1889-1891)**. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. P. 1 - 16.

Disponível

em:

<https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502851726_ARQUIVO_OESTADODAPARAHYBA-IORDANQUEIROZGOMES.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.

HAAG, Carlos. **A permanência do assento permanente**. 2009. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/06/01/a-permanencia-do-assento-permanente/>>.

Acesso em: 22 maio 2018.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 478 p. Tradução de: Marcos Santarrita.

HUDSON, Valerie M.. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, Provo, v. 1, n. 1, p.1-30. 2005.

_____ The history and evolution of foreign policy analysis. In: SMITH, Steve et al (Ed.). **Foreign policy: theories, actors, cases**. Oxford: Oxford University Press, 2008. Cap. 1. p. 11-29.

JOÃO PESSOA. Ubaldina Fernandes Nunes. Justiça Federal (Comp.). **Processos Históricos 2012**. João Pessoa: Justiça Federal, 2013. 63 p. Comissão de Gestão Documental. Disponível em:

<http://www.jfjb.jus.br/arquivos/anexosGesDoc/REGISTROS_HISTORICOS_2012.pdf>.

Acesso em: 18 maio 2018.

KENNEDY, Paul M.. **The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000**. Nova York: Random House, 1988. 704 p.

KUHN, Byron; ARÉVALO, Raquel. **A Doutrina Monroe e suas influências: Impactos nas Américas**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/8848/1/01_A Doutrina Monroe e suas influências.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LACERDA, Matheus de Medeiros. **Diplomacia Presidencial de Epitácio Pessoa: Da conferência de Paz à volta ao Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2013. 253 p.

LEITE, Juçara Luzia. Revisando livros didáticos de História: ação da diplomacia cultural em nome da paz. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.1-2, out. 2011.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. **Do Americanismo ao Universalismo: As transformações nas Relações Internacionais do Brasil de 1902 a 1964**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LINK, Arthur S. (Ed.). **The Papers of Woodrow Wilson**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1971. Disponível em:

<http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20172/1266934_Cartoze pontos.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MCCREERY, David. **H-Diplo Review Essay**. Humanities & Social Sciences Online. 2010. Disponível em: <<https://issforum.org/essays/PDF/Haus-Brazil.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Samuel Duarte**. Brasília: Edições Câmara, 2014. 338 p. (Perfis Parlamentares 70).

MOTA, Guilherme, FERREIRA, Gabriela (COORD.). **Os juristas na formação do estado - Nação brasileiro, 1ª edição**. Saraiva, 2010.

NOLETO, Mauro Almeida. **Memória Jurisprudencial: Ministro Epitácio Pessoa**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2009. 318 p. (Série memória jurisprudencial). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalMemoriaJurisprud/anexo/Epitacio_Pessoa.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018

PATERSON, Thomas G. (Ed.). United States entry into World War I. In: PATERSON, Thomas G.. **Major Problems in American Foreign Relations: Since 1914**. 7. ed. Ohio: Wadsworth Publishing, 2009. Cap. 2, pp. 82-83.

PEREIRA, Luiz Felipe Schervenski. **Discursos Políticos do Ministro Oswaldo Aranha e a Defesa do Pan-americanismo no período do Ministério das Relações Exteriores (1938-1944)**. 2015. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

RICUPERO, Rubens. **A Revolução Russa e o Sistema Internacional**. São Paulo: Lua Nova, 2008. 59-76 pp.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 53, p.40-59, fev. 2013.

SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 43, p.87-112. 2003.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. Barra Funda: Saraiva, 2007. 372 p. (Coleção Relações Internacionais).

SHEPLEY, Nick. The Paris Peace Conference: the aims of the participants. In: SHEPLEY, Nick. **Britain, France and Germany and the Treaty of Versailles: The Failure of Long**

Term Peace. 3. ed. Salmiya: Auk Academic, 2011. Cap. 1. p. 9-31. Disponível em: <[https://www.tumwater.k12.wa.us/cms/lib/WA01001561/Centricity/Domain/646/The Paris Peace Conference - Aims of the Participants.pdf](https://www.tumwater.k12.wa.us/cms/lib/WA01001561/Centricity/Domain/646/The%20Paris%20Peace%20Conference%20-%20Aims%20of%20the%20Participants.pdf)>. Acesso em: 20/04/2018.

SILVA, Alexandra de Mello e. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 139-158, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 18 mai 2018.

STREETER, Michael. **Makers of the Modern World**: Eitácio Pessoa. Londres: Haus Publishing, 2010. 206 p.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 115-132, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200115&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10 mai 2018.

THE TELEGRAPH. **The war that launched the American Century**. 2014. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/history/world-war-one/inside-first-world-war/part-nine/10801898/why-america-joined-first-world-war.html>>. Acesso em: 20 maio 2018.

UOL (São Paulo). **Primeira Guerra fez impérios "sumirem" do mapa; veja os países divididos...** 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/07/26/primeira-guerra-fez-imperios-sumirem-confira-mapa-antes-e-depois-do-conflito.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

USHMM (EUA). **A Primeira Guerra Mundial**. Elaborado por: United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007427>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

VARGAS, Mojana. A Construção do Pan-Americanismo nas Páginas de Américas (1949-1969). **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 9, p.46-81, jul. 2014.

VERAS, Eliane. Historia de Vida: ¿Un método para las ciencias sociales?. **Cinta de Moebio**, [s.l.], n. 39, p.142-152, dez. 2010. SciELO Comision Nacional de Investigacion Cientifica Y Tecnologica (CONICYT). <http://dx.doi.org/10.4067/s0717-554x2010000300002>.

VILLA, Marco Antonio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011. 160 p. Disponível em: <[http://files.camolinaro.net/200000547-e2767e36f2/A História das Constituições Br - Marco Antonio Villa.pdf](http://files.camolinaro.net/200000547-e2767e36f2/A%20História%20das%20Constituições%20Br%20-%20Marco%20Antonio%20Villa.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2018.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil e o Mundo: A Política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p.134-154, 1999.